



O PRODUTOR COMO DONO DO SEU DINHEIRO

Nesta época de aperto financeiro, toma mais força a idéia de se criar um sistema financeiro controlado pelos próprios produtores. E na lembrança volta o cooperativismo de crédito

Página 5

QUEM ESTÁ GANHANDO COM A CRISE DO PORCO

Página 10

MILHO PARA MATAR A FOME

Página 8

CAMPANHA PARA PLANTAR MENOS SOJA

Os preços baixos e ainda o descaso oficial quanto à situação dos produtores, vai motivar uma campanha para que se reduza a área de plantio e ainda se use menos insumos nas lavouras

Página 3



A COLÔNIA QUE FOI DOS PEQUENOS

Foi no Mato Grosso do Sul que surgiu um dos primeiros projetos de colonização para brasileiros que se tem notícia no País. Hoje, passados quase 40 anos da época em que os produtores começaram a chegar e a tomar posse de suas colônias de terra, são poucos os pioneiros que ficaram para contar sua história.

Página 14

Página 14

Página 14

COOPERATIVA REGIONAL
TRITÍCOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, esquina
Porto Alegre - Caixa Postal 111
IJUI - RS
GERAL - PABX 332-1549

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA Nº 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO
Diretoria Executiva

Presidente:
Ruben Ilgenfritz da Silva
Vice-Presidente:
Arnaldo Oscar Drews
Superintendente:
Clóvis Adriano Farina
Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues
Borges, Luís Régis do Amaral, Werner
Erwin Wagner, Eduardo Augusto de
Menezes, Valdir Zardin, Rui Polidoro
Pinto, Bruno Eisele, Wilson Oliveira,
Eduardo B. Ferreira.

Conselheiros (Efetivos):

Alberto Sabo, Erni Schünemann,
Egon Eickoff, Telmo Rovero Ross,
Joaquim Stefanello.

Conselheiros (Suplentes):

Alfredo Driemeyer, Reinholdo Luiz
Kommers, Ido Marx Weiller, João
Telló, Arnaldo Hermann, José Carlos
Vione.

Conselho Fiscal (Efetivos)

Dair Fischer, Aquilino Bavaresco,
Antonio Bandeira.

Conselho Fiscal (Suplentes)

Álvaro Darci Contri, Alceno Elvino
Volmer, Rui Adelino Raguzzoni.

Capacidade em Armazenagem:

IJUI (Sede)	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto	77.000 t
Tenente Portela	60.800 t
Vila Jôia	67.000 t
Esq. Umbú (Sto. Aug.)	50.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	48.000 t
Maracajú	84.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	84.000 t
Dourados	60.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao qua-
dro social, autoridades, universidades
e técnicos do setor, no país e exterior.
Nossa tiragem, 18.500 exemplares.

Associado
da ABERJE



Associado da

AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Registrado no Cartório de Títulos e
Documentos do município de Ijuí,
sob n. 9. Certificado de marca de
propriedade industrial M/C11 n.
022.775 de 13.11.1973 e figurativa
M/C11 n. 022.776, de 13.11.1973.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes
Dária C. de Brum Lucchese
Moisés Mendes

Correspondente no MS:

Lorena Ely Fischer

Composto no Jornal da Manhã, Ijuí, e
impresso no Jornal do Comércio,
Porto Alegre.

Ao leitor

Todas as histórias sempre contaram que o Mato Grosso, tanto o do Sul como o outro, o do Norte, e ainda todos estados para cima, em direção à Amazônia, são lugar apenas de produtor grande. Mas as histórias foram mal contadas. Tem muito colono pequeno vivendo nestas regiões e garantindo uma boa parte da produção de alimentos. Só que daqui a pouco estas histórias podem ficar verdadeiras: mesmo sendo muitos os colonos pequenos, a terra que eles ocupam é pouca. E cada vez mais se acelera o ritmo de desaparecimento das pequenas propriedades. A reaglutinação de áreas acontece numa velocidade muitas vezes superior do que nos estados do Sul do País.

É da zona de colônia que sai o feijão, o milho, a mandioca, a batata que a população dos estados do Centro-Oeste consome. Mas cada vez mais a soja ocupa maiores áreas de plantio e os pequenos não estão conseguindo suportar o peso dos investimentos que esta cultura está exigindo. Mas esta é uma situação que não estamos contando agora. Vamos contar no mês de julho, no seguimento da matéria sobre os pequenos agricultores sul-mato-grossenses. Nesta edição, a partir da página 14, contamos como aconteceu a ocupação de uma área colonizada pelo Governo de Getúlio Vargas, lá pela década de 40, e qual a situação dos produtores que hoje ocupam aquela região, que fica na zona da Grande Dourados. Também se fala da situação fundiária do Estado, que está se tornando um outro corredor de migrantes. A história se repete mais uma vez: o colono deixa sua terra, seu minifúndio, e sai atrás de áreas

maiores. Áreas que ele está perdendo já agora no Mato Grosso do Sul.

Os arrozeiros, os criadores de porco e os plantadores de soja estão em polvorosa. Os primeiros já levaram suas máquinas para as ruas, num protesto público contra a política agrícola do governo que não favorece em nada o agricultor. Os segundos se prepararam para iniciar uma campanha e reduzir o plantio de soja. Já os suinocultores estão decididos a fazer um levantamento e mostrar, como num Raio-X, quais as razões de mais esta crise do porco.

Estas manifestações dos produtores são comentadas nas páginas desta edição. O caso da soja está na página 3; o protesto dos arrozeiros na 23 e a crise na suinocultura na página 10.

No lugar de enriquecer os bancos por que os próprios produtores não administram seus recursos de crédito? Até hoje muitos impecilhos vinham atrapalhando o fortalecimento do cooperativismo de crédito, mesmo que o sistema não seja novidade nenhuma por aqui. No mundo inteiro o cooperativismo de crédito é uma das bases mais fortes de todo sistema cooperativista, mas no Brasil, especialmente nos últimos anos, foi cada vez mais difícil o próprio produtor resolver o que fazer com o seu dinheiro e as riquezas que a produção rural está gerando. Agora, quando a situação financeira do setor primário está decretando a falência da economia agrícola, se volta a falar e a incentivar a formação de novas cooperativas de crédito. Veja o que anda acontecendo, lendo a matéria da página 5.

Do leitor

UMA ESCOLA POBRE

Venho por meio desta solicitar uma assinatura deste jornal para minha escola. A minha escola chama-se Henrique Dias, na localidade de Linha Alvorada. É uma classe de unidocentes e só eu leciono nessa escola, onde o trabalho entre as quatro séries é muito difícil. O total de alunos é 27, sendo que a terceira e quarta séries são em número de 16 alunos. Tivemos já duas etapas com a Fidene de Ijuí. O primeiro curso realizado em Planalto tratou sobre a ocupação do território do Rio Grande do Sul, o desenvolvimento de Planalto, o desenvolvimento mental da criança, a instituição familiar e a elaboração dos componentes. O segundo curso já foi sobre redação. É um assunto muito importante, e se exige muita leitura dos alunos, para que eles possam elaborar uma boa redação. Por isso solicito que atendam o meu pedido, já que a base da redação é a leitura. Solicitaria que enviassem as edições desde agosto de 1980, pois abordam muitos assuntos do RS. A minha escola é pobrezinha, e não temos condições de adquirir livros de historinhas para que os alunos possam ter o costume da leitura. A região é de famílias carentes. Gostaria muito que me ajudassem, pois quero que meus alunos amem a leitura.

Salete Socoloski

Linha Alvorada - Planalto

NOTÍCIAS APRECIADAS

Fui visitar um vizinho em Toledo, onde me apresentaram o Cotrijornal do mês de maio de 81. Gostei muito, pelos vários assuntos, e simpatizei com o jornal. Solicito a fineza de me mandarem este número de maio, que remeterei a importância pelo correio. Na expectativa de suas apreciadas notícias, firmo com mais alta estima e consideração.

Casemiro Bolcewicz

Nova Sarandi - Toledo - Paraná

JUVENTUDE ARGENTINA

Tenemos ela agrado de dirigirmos a ustedes a afectos de informales que recibimos normalmente el periódico Cotrijornal, el cual es leído con gran interés por el equipo técnico de la Cooperativa y asociados de la Juventud Cooperativista. Es nuestro deseo continuar suscriptos. Por medio de él nos enteremos del crecimiento que ha alcanzado el movimiento cooperativo en nuestro país, y en especial la cooperativa Cotrijuí. Desde hace tiempo venimos procurando organizar una visita técnica a su Estado, y al área de trabajo de su cooperativa. Ahora bien, tenemos un problema ya que no sabemos a quien dirigir nuestra solicitud. Por ello los agradeceríamos nos informe con quine comunicarnos. En dicha visita quisiéramos conocer sobre el funcionamiento de la cooperativa por un lado, y por otro de lo relacionado con la agricultura, suinocultura, piscicultura, proyectos de biogás, etc., en su área. Pensamos que nuestro delegación estaría compuesta por técnicos de cooperativas, asociados e integrantes de la Juventud Cooperativista y técnicos del INTA (Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria) de nuestra zona.

Miguel Sanchez

secretário administrativo da
Juventud Cooperativista Centro
Avellaneda - Avellaneda - Argentina

ATUALIZAÇÃO

Há uns três meses recebi em Cuiabá uma carta dos senhores com o propósito de atualização de endereços, e se gostaria de continuar recebendo o Cotrijornal. Pois bem, naquela oportunidade dei o endereço da cidade de Cascavel -PR, mas por uma questão de locomoção dentro da empresa fui transferido para Planalto -PR. Desta forma, se não for muito trabalhoso, gostaria que esse jornal fosse enviado para

o meu novo endereço.

Roberto Almeida Bonoto
Planalto - PR

AMIGA DE PELOTAS

Primeiramente quero agradecer-lhes pela atenção que me dispensaram quando lhes comuniquei minha mudança para Pelotas, solicitando que me enviassem o jornal para o novo endereço. Reafirmo minha opinião a respeito deste importante trabalho realizado por V. Sas. É um trabalho valioso, informativo e digno de toda a admiração. As informações estão excelentes, e neste último número (84) achei bastante interessante a matéria sobre o arroz parboilizado, pois, apesar de consumi-lo, ficava interessada em saber sobre o seu processamento. Outro assunto que me despertou a atenção foi com respeito aos danos causados pela erosão, que é abordado com bastante propriedade por V. Sas., já que os problemas de desgaste do solo se acentuam gradativamente, tornando-se urgente a necessidade de esclarecer o agricultor sobre os cuidados a serem tomados no cultivo de suas terras. Também desejo parabenizar a dona Cilda pela valiosa contribuição sobre o preparo de conservas caseiras. Sempre desejei preparar uma boa conserva e seguirei suas recomendações. Parabéns a todos que, direta ou indiretamente, contribuem para a realização deste excelente trabalho. Um abraço da amiga

Suely Lúcia da Silva
Pelotas - RS

PROFESSORAS

Venho por meio desta pedir-lhes uma assinatura do Cotrijornal, pois estive lendo e achei muito importante para nós professoras. As professoras que solicitam assinatura são as seguintes: Carmem Iolanda Goulart, Zenilda Maria Saurin, Nelcy Zuffo e Gildete Sauri.

Planalto - RS



UM CASO DANADO

Foi entre boatos de "sai, não sai" a prorrogação dos empréstimos da soja, que os produtores gaúchos tomaram uma posição quanto às dificuldades de comercialização desta safra. Caso realmente seja mantida a posição oficial de não prorrogar o prazo para o pagamento das dívidas de custeio da lavoura de soja — que encerra, na grande maioria dos casos, dia 30 de junho — as lideranças do setor rural do Estado vão iniciar uma campanha por tudo quanto é canto. Esta campanha terá o sentido de reduzir o uso de insumos na lavoura (adubos, defensivos, etc), e diminuir a área de plantio da soja na próxima safra.

Esta decisão foi tomada numa reunião que aconteceu em Porto Alegre na tarde do dia 23 de junho, exatamente uma semana antes de encerrar o prazo para a liquidação dos contratos bancários. Os produtores ainda estavam reivindicando, sem sucesso, o aumento dos EGFs (Empréstimos do Governo Federal), para Cr\$ 1.000,00 por saco, no lugar dos Cr\$ 660,00 fixados como preço mínimo do produto.

Participaram da reunião representantes dos sindicatos de trabalhadores e de empregadores rurais e ainda de cooperativas da rede da Fecotrigo (Federação das Cooperativas Brasileiras de Trigo e Soja).

Coordenando a reunião estavam exatamente as lideranças da Fecotrigo, da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul) e da Farsul (Federação da Agricultura no Rio Grande do Sul).

ROMPER COM A POLÍTICA AGRÍCOLA

No final do encontro ficou clara a decisão de romper com a política agrícola do Governo, já que ela não está atendendo os interesses e as reivindicações da classe produtora rural. Foi também elaborada uma nota oficial, assinada pelas três federações, onde elas manifestam seu "veemente protesto pela total desconsideração de que vêm sendo alvo" e ainda "seu lamento, como brasileiros, de ver o País, mais uma vez, desperdiçar tão preciosas e indispensáveis divisas pela intransigência, insensibilidade e descaso das autoridades pelo destino da produção nacional e pela situação de milhares de agricultores que um dia foram levados a acreditar na expressão Plante que o Governo Garante".

Foi lembrado inclusive que as cooperativas já haviam levado ao Governo — isto no ano passado, em setembro — uma proposta de antecipar a comercialização da safra de 1981. A proposta nem chegou a ser apreciada. Naquela ocasião as

cotações da soja andavam por volta de 370 dólares a tonelada, o que daria condições de se aproveitar um mercado em alta e conseguir bons preços. Em maio deste ano, quando as cotações começaram a baixar (atualmente andam em torno de 270 dólares a tonelada) os produtores voltaram ao Governo, desta vez para pedir a prorrogação dos empréstimos. Esta era entendida como a única forma de evitar maiores quedas nos preços a nível de comercialização interna.

APOIO A OUTROS MOVIMENTOS

Entre as decisões tomadas durante o encontro está a de continuar reivindicando a prorrogação dos contratos e o aumento dos EGFs, mesmo que a maioria dos produtores já nem tenha mais esperanças neste sentido. A campanha para reduzir o uso de insumos e diminuir a área de plantio deverá começar através de uma série de reuniões em todos os sindicatos e cooperativas, denunciando a atual situação. Também foi definido o apoio dos sojicultores aos movimentos dos produtores de arroz e criadores de suínos, pela dinamização de um sistema financeiro próprio dos produtores rurais (o cooperativismo de crédito) e ainda a defesa da agroindústria cooperativa.

No custo da produção o peso do dinheiro

O custo para produzir um saco de soja na próxima safra deve chegar a Cr\$ 2.007,00 segundo cálculos da Fecotrigo, contra os Cr\$ 889,00 que custava produzir a mesma quantidade no ano passado. É baseada neste custo que a Fecotrigo está sugerindo ao Governo um VBC (Valor Básico de Custeio) de Cr\$. 29.255,00 por hectare para a formação da próxima lavoura.

O que chama atenção neste estudo é que o peso maior está exatamente nos encargos financeiros, ou seja, os juros que o produtor terá que pagar se formar a lavoura com dinheiro do crédito rural. Pela primeira vez, em muitos anos, os fertilizantes dei-

xaram de ser o item de maior peso na formação do custo. Os juros, ou seja o custo financeiro, serão responsáveis por uma participação de 21,5 por cento no total, enquanto os fertilizantes ficam com 17,4 por cento. Na safra passada a parte financeira levava 11,9 por cento.

Este aumento no peso do custo financeiro se deve exatamente ao acréscimo das taxas de juros e a diminuição do percentual financeiro, que para os grandes produtores, por exemplo, chega apenas a 60 por cento do VBC.

As causas explicam a baixa?

Que o mercado da soja é uma coisa prá lá de enjoada todo mundo está cansado de saber. Mas que os preços iam baixar tanto, bem na época em que o produtor ia vender seu produto para pagar as contas no banco, esta era uma coisa que pouca gente estava esperando. Afinal, teve quem conseguisse garantir um preço de até Cr\$ 1.300,00, ou mais, pelo saco de soja se quis se adiantar e vender a preço futuro.

O preço começou a cair, a cair, beirando por volta dos Cr\$ 1.000,00. No mínimo precisava estar uns Cr\$ 200,00 ou Cr\$ 300,00 acima disto para que se pudesse vender a safra, cobrindo os custos da produção e sobrando uns trocos para se levar o resto do ano. Mas que nada. Nunca o mercado esteve tão mal nos últimos tempos como durante o mês de julho. Há quem consiga explicar as razões que fizeram a soja valer tão pouco aqui dentro do Brasil, como sendo um reflexo das condições internacionais de comercialização do produto.

Bem se sabe da influência da Bolsa de Chicago no preço da soja. E se sabe também que não é só a oferta de soja pelo mundo afora que influencia o seu preço. O que estaria acontecendo agora, por exemplo, é uma porção de fatores que se juntaram para estragar a alegria dos produtores brasileiros, que pensavam com esta safra respirar um pouco melhor depois das últimas e seguidas frustrações.

CAUSAS E CAUSAS

Uma das causas, segundo os especialistas de mercado andam explicando por tudo quanto é jornal, seria a fraca procura por óleo de soja em todo mundo, por existirem outras opções. Junte-se a isso os altos estoques de óleo que estão guardados nos Estados Unidos, mais uma elevação nos juros bancários dentro daquele país e inclusive o fortalecimento do dólar americano, que é a moeda empregada na maioria dos negócios internacionais.

O estranho é que a situação da safra americana, que sempre influencia bastante também o preço, não é das melhores. Muito produtor de lá não conseguiu acabar o plantio de sua lavoura porque está chovendo demais nas zonas produtoras. Este fato bastaria para dar uma melhorada no preço da soja dos brasileiros. Mas nem isto adiantou, pois já há quem esteja dizendo que, mesmo atrasando o plantio, as chuvas estariam favorecendo um aumento na produtividade da soja já plantada.

Não dá para esquecer ainda que a própria situação do mercado interno da soja está ajudando a baixar os preços. Todo mundo sabe que dia 30 de junho vence a maioria dos contratos bancários dos produtores. E o pessoal precisa vender para pagar o banco. Assim, muito comprador está aproveitando a situação para ficar com um lucro maior mais tarde, quando se espera uma recuperação no mercado. Mas só se espera. Hoje em dia ninguém mais é louco prá garantir coisa nenhuma.

EM CAARAPÓ UM DESAFIO: A PRODUÇÃO INDÍGENA

A quinta unidade da Cotrijuí no Mato Grosso do Sul, instalada no município de Caarapó, começou a enfrentar no final de março todos os desafios que acompanharam a Cooperativa nas outras quatro cidades e nos postos das localidades do interior. Mas, desta vez, não só os produtores tradicionais, entre estes muitos gaúchos, esperam contar com a cooperativa. O desafio é maior, pois a Cotrijuí foi convocada a colaborar na organização da produção de uma reserva indígena que vem encontrando sérias dificuldades para manter suas 250 famílias unidas.

Foi no dia 30 de março que a unidade de Caarapó começou a funcionar. Mas desde dezembro do ano passado, a Cooperativa já mantinha um supermercado na cidade, que fica a uns 55 quilômetros de Dourados. O município tem um bom número de pequenos produtores, e nos últimos cinco anos multiplicou em quase seis vezes a área destinada à agricultura. As lavouras, que há cinco anos ocupavam em torno de cinco mil hectares, hoje andam ao redor de 30 mil hectares, e com previsões de que serão ampliadas ainda mais.

Nas últimas safras de cada cultura, a soja ocupou 18 mil hectares; o milho ficou com 4.500; arroz, 2.600; algodão, 1.800; feijão, 2.100; trigo, 4.600; e o amendoim, 500 hectares. O gerente da unidade, Albino Ramos, já trabalhou em Ijuí e Coronel Bicaco, na Região Pioneira da Cooperativa, e há dois anos está no Mato Grosso, onde também atuou em Rio Brillante. Ele sabe que a estrutura montada pela Cooperativa em Caarapó, com 20 funcionários na unidade, um armazém para 160 mil sacas e um secador para 30 toneladas/hora, representa um bom apoio aos produtores, mas lembra que a prestação imediata dos serviços apenas faz parte do trabalho todo a ser realizado.

COOPERATIVISMO É NOVIDADE

Os produtores do município, em sua grande maioria, não têm experiência nenhuma com cooperativas. Isso quer dizer que, até agora, eles estiveram praticamente entregues aos intermediários, vendendo suas safras a uma indústria de Fátima do Sul, uma cidade próxima, ou aos atravessadores de Dourados. Foi por isso que, antes mesmo da unidade do município começar a funcionar, muitos produtores se as-

sociaram a Cotrijuí em Dourados. Atualmente, Caarapó já conta com 42 associados, e recebeu perto de 14 mil sacas de soja da última safra.

No próximo ano, Albino espera receber de 200 a 300 mil sacas do produto, contando que boa parte das safras de Ponta-Porã, Naviraí, Amambai e Dourados deverá ser entregue em Caarapó. Por enquanto, além de cuidar da comercialização, a unidade prestará assistência aos produtores com um agrônomo e um técnico agrícola, que já se encarregam de, ao mesmo tempo, improvisar um trabalho de comunicação.

ÍNDIOS QUEREM É DINHEIRO

Nesse início de atividades, a unidade encontra os indígenas da reserva dos Kaiwá e Nãndeva entre os mais entusiasmados produtores. Os dois grupos ocupam uma área de 3.650 hectares, dos quais 200 são cultivados com soja e milho. Até agora, as tribos não têm a lamentar a invasão dos brancos, que ocorre em outras reservas de todo o país, mas estão preocupadas com um problema mais sério. Muitos índios vêm deixando a reserva, atraídos pelo dinheiro que podem ganhar em changas (biscates) na cidade.

O chefe do posto da Funai em Caarapó, Manoel Hélio Alves de Paula, admite isso sem constrangimentos. Os índios podem mesmo ser vistos não só em Caarapó, mas também em outras cidades da região, bêbados e andando sem rumo. Manoel trabalha com indígenas há 10 anos, veio do Amazonas e está há menos de ano na reserva. No ano passado, ele tentou organizar uma lavoura coletiva, mas nem todos os índios se mostraram empolgados com a idéia. Agora, ele pensa em repetir a experiência, e também estimular

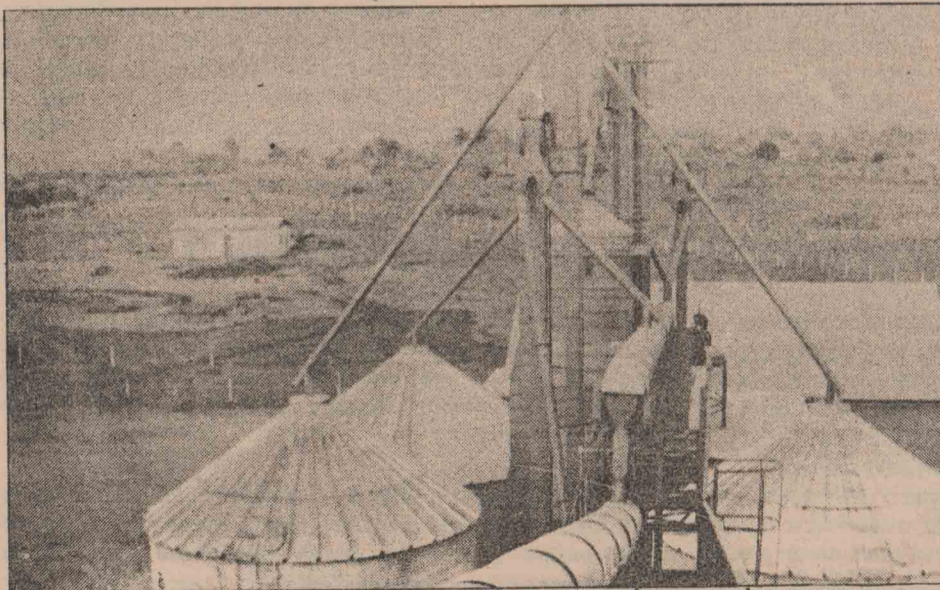


Muitos índios vêm deixando a reserva, atraídos pelo dinheiro que podem ganhar na cidade cada família a formar lavouras individuais, por entender que é isso que muitas delas preferem.

Manoel lembra que as tribos vêm sendo logradas pelos atravessadores, e o chefe dos Nãndeva, o cacique Cassiano Aquino, confirma isso. Cassiano fala pouco, mas admite que o cooperativismo pode contribuir para que a produção dos indígenas seja organizada. A intenção de Manoel e do cacique é a de fazer com que as famílias encontrem dentro da própria área uma forma de ganhar dinheiro. Se isso acontecer, as duas tribos poderão ser preservadas, pois atualmente não são poucos os índios que deixam mulher e filhos, passando dias e dias na cidade.

COSTUMES SERÃO RESPEITADOS

Além de se desligar da sua gente, esse índio andarilho vem trazendo para a reserva algumas influências negativas, e pouco a pouco deixa de participar das atividades em grupo. Para o chefe da Funai, não há outra saída hoje, que não seja a organização dos Kaiwá e dos Nãndeva como produtores, e o cooperativismo pode levar adiante essa



A estrutura da Unidade representa um apoio aos produtores

idéia. O trabalho deve ser cuidadoso, como o próprio pessoal da Cotrijuí em Caarapó e Dourados reconhece, pois é preciso respeitar hábitos e costumes dos indígenas.

O início desse relacionamento entre a reserva e a Cooperativa já está encaminhado, com aprovação até da regional da Funai em Campo Grande. A Cotrijuí cuidará da comercialização das safras das tribos, tendo a Funai — que é o órgão que dá tutela aos índios — como ponto de contato. Um trabalho de assistência técnica também está sendo pensado, e deverá ocorrer em conjunto com um sistema de atendimento à reserva, já mantido pela própria Funai. O agrônomo da unidade, José Paulo Clemente, ficará com essa tarefa.

“UMA QUESTÃO DE BOM SENSO”

Com a assistência de um técnico que acompanhe tudo mais de perto, os índios talvez tirem melhor proveito inclusive de algumas cabeças de gado existentes na reserva. O gado é de leite, mas quase nenhuma família é beneficiada pela criação. Boa parte, aliás, da alimentação das tribos é fornecida pela Funai, quando, na verdade, a reserva tem condições de assegurar a subsistência das famílias e, ao mesmo tempo, produzir grãos que garantam algum dinheiro aos indígenas.

Se essa experiência der certo, sem que represente uma intromissão na vida das tribos, Manoel de Paula estará fazendo valer uma posição que defende como indigenista. Ele entende que o índio deve evoluir, tomar conhecimento do que há de novo em termos de tecnologia. E prevê que, se não for assim, os poucos sobreviventes estarão condenados à destruição. Segundo Manoel, essa preocupação de se levar novas informações aos indígenas é até “uma questão de bom senso”.

O CRÉDITO DO PRÓPRIO PODUTOR

O cooperativismo de crédito está renascendo no Rio Grande do Sul e, desta vez, parece que vem com toda força.

Quando os presidentes da Cotrijuf, Ruben Ilgenfritz da Silva, e da Fecotrigo, Jarbas Pires Machado, falaram ao presidente do Banco Central das cooperativas de crédito da Alemanha Ocidental que, no Brasil, o cooperativismo de produção era forte, mas não existia praticamente nada em termos de cooperativismo de crédito, ele não quis acreditar. E realmente é difícil, não só para os associados de cooperativas na Alemanha, como também em outros países europeus e até mesmo nos Estados Unidos, imaginar que o sistema cooperativo possa ser forte se não tem autonomia financeira.

Mas o caso é que no Brasil a situação é exatamente esta. O cooperativismo de produção, reunindo produtores rurais em cooperativas como a Cotrijuf, é bastante forte e movimenta grande parte da produção agrícola nacional. Mas já na área de crédito existe muito pouco. Ou existia. Agora, com todo incentivo da Fecotrigo, volta a renascer o sistema cooperativo de crédito rural no Rio Grande do Sul. E o ressurgimento do sistema até começou ao contrário daquilo que se pensaria o mais certo de acontecer: foi funda-

da primeiro uma Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul, a Cocecrer, para então, dentro de um sistema comum de trabalho, irem surgindo as cooperativas singulares de crédito rural. É Mário Krueel Guimarães, vice-presidente da Fecotrigo, uma das pessoas que mais está movimentando o ressurgimento do cooperativismo de crédito, quem explica:

— Fundamos primeiro a Central para criarmos um sistema de crédito rural. Se primeiro fossem criadas as cooperativas singulares, cada uma trabalhando de uma forma, elas sentiriam mais intensamente o boicote das instituições financeiras, que é inevitável.

O COOPERATIVISMO COMEÇOU NO CRÉDITO

No Brasil o cooperativismo de crédito não é coisa nova. Até a primeira cooperativa que surgiu por aqui foi exatamente uma cooperativa de crédito, isto em 1902, no interior do município gaúcho de Nova Petrópolis. O sistema de crédito rural brasileiro foi inspirado no cooperativismo de crédito rural alemão que, até hoje, é um dos mais fortes do mundo. Mas ao contrário do que

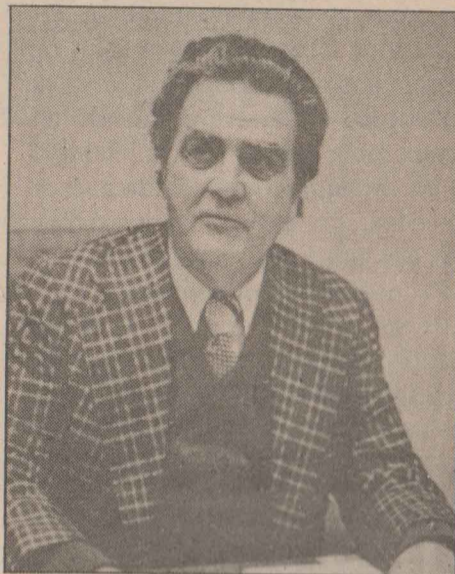
aconteceu na maioria dos países, aqui no Brasil o sistema mesmo se expandindo bastante, — chegando a existir 64 cooperativas de crédito no interior do Rio Grande do Sul — acabou fracassando. Tanto que até o momento de criação da Cocecrer, sobreviviam apenas 13 cooperativas. E muitas razões existem para explicar este fracasso. É o próprio Mário Krueel quem conta:

— Primeiro não existiu integração entre as cooperativas de crédito e nem entre estas cooperativas e as de produção. Além disso, desde a criação da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil, isto em 1937, esta instituição financeira passou a operar com juros altamente favorecidos para o crédito rural. Os produtores rurais encontravam no Banco abundância de recursos a baixo custo.

A atuação dos bancos no sistema de crédito rural, especialmente do Banco do Brasil (que sempre financiou a maior parte da produção agrícola) tornou praticamente desnecessária a existência do cooperativismo de crédito.

O COOPERATIVISMO DO "NÃO PODE"

Outro motivo para a situação



Mário Krueel Guimarães: sem crédito um sistema capenga

em que ficou o cooperativismo de crédito, segundo o vice-presidente da Fecotrigo, foi a reforma bancária que aconteceu no Brasil em 1964. O Banco Central passou a fiscalizar violentamente as instituições de crédito, o que resultou no fechamento das maioria das cooperativas que existiam na época, principalmente as do sistema chamado Luzatti. Estas cooperativas, de acordo com Mário Krueel, realmente só tinham o nome de cooperativa:

— Elas nasceram deturpadas e cheias de distorções. Estas cooperativas até podiam usar o nome de banco e, por incrível que pareça, surgiu uma cooperativa de crédito rural em plena Copacabana, no centro do Rio de Janeiro, onde produtor rural não tinha nenhum.

Com isto, o Banco Central foi cada vez apertando mais o cerco em torno das cooperativas de crédito, baixando normas cada vez mais rígidas para sua atuação. A situação chegou a tal ponto, de acordo com Mário Krueel, que "o cooperativismo de crédito passou a ser apelidado de cooperativismo do não pode".

Um dos não pode é o de receber depósitos dos associados a prazo, pagando um juro maior do que 12 por cento ao ano. Também é proibido às cooperativas de crédito conceder como empréstimos pessoais a seus associados (os conhecidos papagaios) mais de 20 por cento daquilo que é aplicado em crédito rural. Outra proibição da lei para as cooperativas de crédito é que elas abram agências filiais ou escritórios em outras localidades.



DE TRÊS COISAS, FALTA UMA

Isto tudo foi tornando cada vez menos atrativo para os produtores uma participação nas cooperativas de crédito. Mas o sistema cooperativista, como um todo, sempre se ressentiu desta ausência. O Mário Kruehl é quem conta que em todo mundo o sucesso do sistema cooperativista depende, fundamentalmente do funcionamento de três coisas, o que ele chama de tripé econômico:

— Este tripé é constituído pelas compras em comum, vendas em comum e pelo crédito. Apesar do crescimento do cooperativismo de produção, ele estava crescendo caindo, pois mesmo que se incunbissem da venda da produção de seus associados, da própria industrialização dos produtos recebidos, e agindo a contento nos setores de compras em comum, a parte relativa a crédito estava fracassando e tendia a desaparecer. Isto vinha tornando os produtores e suas cooperativas agropecuárias dependentes do sistema bancário capitalista.

Só que a situação começou a mudar, isto a coisa de três ou qua-

tro anos. Com a inflação cada vez mais alta, as autoridades monetárias começaram a reduzir o crédito à produção agropecuária. Ao mesmo tempo em que os recursos eram reduzidos, cresceram as taxas de juro. Hoje está na boca de todo mundo que o dinheiro está custando caro demais, que pensar em crédito rural é se atolar cada vez mais nas dívidas.

DE 6 SAFRAS 2 SÃO DO BANCO

É ainda do Mário Kruehl Guimarães a informação de que o produtor planta para si dois terços de sua lavoura e entrega para os bancos um terço daquilo que colheu como pagamento de juros:

— Os cálculos mais otimistas são de que em cada seis safras, o produtor e suas cooperativas pagam o equivalente a duas safras às instituições bancárias. Estas duas safras são o custo da intermediação feita pelos bancos. Os bancos cobram a remuneração do seu trabalho de intermediação dos recursos, que são gerados na grande maioria, pela própria agropecuária. Os bancos emprestam um dinheiro que é do próprio produtor, e cobram juros por isto.

A saída que se começou a ver, novamente, para esta situação, foi a de incentivar o ressurgimento das cooperativas de crédito. Das 13 cooperativas que sobreviveram à reforma bancária de 1964 e às dificuldades econômicas nos anos posteriores, nove participaram da criação da Central de Crédito. Formada a Central, se passou a incentivar a criação de novas cooperativas pelo interior afora. Já surgiram, desde então, 26 novas cooperativas e a intenção é chegar, no final de 1981 a 50 cooperativas e, em 1982, a 180 cooperativas espalhadas pelo Rio Grande do Sul.

ALIVIAR A PRESSÃO

“Estamos nos organizando”, diz Mário Kruehl, “para conseguir aliviar a pressão financeira que nos é imposta pelo sistema bancário e nos libertar da escravidão a que estamos submetidos por não termos capacidade de compreender a importância do trabalho do padre Theodore Amstead, que fundou em 1902 a primeira cooperativa brasileira e fez surgir no Brasil o cooperativismo de crédito”.

A intenção está bem clara: ali-

viar a pressão financeira, pois segundo o Mário “está longe de nós a suposição de que a organização que se está implantando nos vá libertar, a médio prazo, do auxílio financeiro governamental, tanto para o desenvolvimento das nossas lavouras e criações como para o de nossas cooperativas rurais. Longe de nós, também e principalmente, a suposição de que algum dia poderemos dispensar o trabalho do Banco do Brasil que, através de sua Carteira de Crédito Agrícola, deu condições para o extraordinário desenvolvimento da agropecuária brasileira e suas cooperativas”.

O que está claro é que não se poderá permitir que o sistema cooperativo de crédito fracasse outra vez no Brasil:

— Cooperativa só nasce quando existe uma necessidade. Quando está tudo bem não se sente a necessidade de união para a defesa de interesses ou prestação de serviços, pois estes problemas não existem. Mas agora, se fracassarmos outra vez, este será o fracasso definitivo do cooperativismo de crédito no Brasil.

Dinheiro com custo mais baixo

O cooperativismo de crédito está renascendo com tanta força que até alguma resistência que ainda pudesse existir na área oficial foi desaparecendo na medida em que se esclarecia qual a forma de funcionamento das cooperativas que vão sendo fundadas e se juntando ao sistema. Um sistema, por sinal, que tem inclusive o reconhecimento do próprio BNCC, que é o Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Mesmo que tenha o nome de Cooperativo, o BNCC é controlado pelo governo, que é o seu maior acionista.

O presidente do BNCC, Toshio Shibuya, participou da instalação oficial da Cooperativa Central de Crédito Rural, o que aconteceu em Porto Alegre no dia 29 de maio. Como ele falou naquela ocasião, na medida em que se aumentar a rede de cooperativas de crédito rural, se estará praticamente aumentando o número de agências do BNCC. Segundo ele “é a possibilidade de se efetivar no Brasil o verdadeiro crédito cooperativo”.

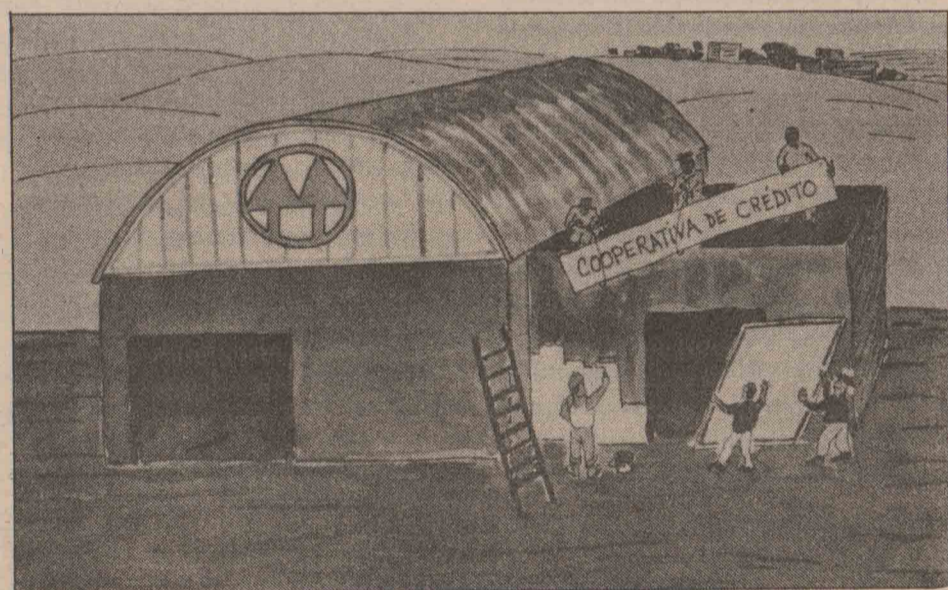
A Central está, portanto, oficialmente instalada e já tem inclusive toda diretoria eleita. O primeiro presidente é Werno Neumann, da Cooperativa de Nova Petrópolis.



Toshio Shibuya: o verdadeiro crédito cooperativo

Menos de um mês depois de fundação, a Cocecrer já provocou o surgimento de 26 novas cooperativas de crédito em todo Rio Grande do Sul. A sua função, como central, deverá ser a de orientar, disciplinar e padronizar os serviços das cooperativas singulares. Todas trabalhando de um jeito parecido fica mais fácil se manter um verdadeiro sistema de crédito, facilitando em muito as operações de cada cooperativa.

Nesta primeira fase da Cocecrer está sendo incentivada a cria-



A Central está incentivando a criação de cooperativas de crédito junto a cooperativas de produção.

ção de cooperativas que funcionem junto às cooperativas de produção. É que a lei não permite, por exemplo, que as cooperativas de produção tenham uma seção de crédito, o que já resolveria em muitas situações financeiras pelo interior afora.

DINHEIRO MAIS BARATO

A vantagem que o produtor vai encontrar numa cooperativa de crédito, segundo o pessoal que está incentivando o sistema, é um barateamento no custo do dinheiro. Isto porque a cooperativa, por não visar lucro, não terá objetivo enriquecer nenhum dono. Sua função será tornar mais acessível ao produtor rural o financiamento de sua produção. Mesmo que ela conceda o empréstimo cobrando o mesmo juro inicial de um banco particular, no final do ano ela pode devolver aos associa-

dos parte deste dinheiro, na proporção dos empréstimos tomados junto à cooperativa.

Neste ponto também entra a vantagem de montar um sistema integrado de crédito, através da Cooperativa Central: mesmo que frustre a safra em uma região, o produtor pode contar com o auxílio da Cooperativa. Através da Central poderão ser deslocados recursos de uma região que não teve problema para outra região que enfrente dificuldades econômicas. Isto sem contar que a Central pode ainda buscar recursos fora para financiar os associados de suas cooperativas.

O sistema, mesmo já montado, vai custar um pouco até engranar. Afinal a experiência volta a ser vivida e, desta vez, não se está querendo incorrer nos mesmos erros do passado e ver todo cooperativismo de crédito rolar por água abaixo.

No resto do mundo o sistema é forte

O maior banco do mundo durante o ano de 1980 foi o francês Crédit Agricole. Deixou para trás tradicionais instituições financeiras que atuam em vários países do mundo, captando recursos de um canto e outro para aplicar nas atividades mais lucrativas para o banco. E o Crédit Agricole é o banco das cooperativas francesas.

Este exemplo comprova o quanto o cooperativismo de crédito se desenvolveu pelo mundo afora. Só na França existem 97 cooperativas centrais de crédito, que têm no Crédit o seu "banco central". Na Alemanha, de onde o padre Amstead "importou" a idéia das caixas rurais Raiffeisen, existem hoje mais de 5 mil caixas locais de crédito rural, 11 caixas centrais e um banco cooperativo que mantém 19.500 agências bancárias das cooperativas espalhadas por todo território alemão. Só para se ter uma idéia do quanto é forte o cooperativismo de crédito na Alemanha, basta dizer que somando todas as agências de 100 bancos brasileiros, não se alcança a metade do número de agências das cooperativas alemãs.

Na Holanda o sistema de crédito rural é praticamente uma cópia do sistema alemão. Mesmo sendo um país que tem um sexto da área territorial do Rio Grande do Sul, lá existem 1.300 cooperativas de crédito com mais de 3.000 agências bancárias (quase três vezes o número de agências que o Banco do Brasil tem em todo País).

Nos Estados Unidos — o país sede das maiores organizações financeiras do mundo — existe também um forte sistema de cooperativismo de crédito rural. O país é dividido em 12 regiões, e em cada região existem três instituições de crédito rural: uma financia a produção do agricultor, outra diretamente as cooperativas de produção e uma terceira concede créditos para a aquisição de terras. Em todo país estão instaladas mais de 20 mil cooperativas e agências de atendimento aos produtores americanos.

Na Finlândia, um país do Norte da Europa, existe um banco central que reúne 379 cooperativas singulares, mantendo 1.195 agências. Na Áustria são 1.399 cooperativas singulares vinculadas a um Banco Central, possuindo 1.984 agências bancárias para o atendimento aos produtores associados.

"No mundo inteiro", como explica Mário Krueel Guimarães, vice-presidente da Fecotrijo, "as cooperativas de crédito e os bancos trabalham de igual para igual. A diferença é que uma instituição é cooperativa e visa a economia do produtor, enquanto a outra é capitalista e visa o lucro do dono do banco"

Por volta só sobrou a Pestanense

Já houve época em que a caixa da Cooperativa de Crédito Rural Pestanense Ltda., de Augusto Pestana, conseguiu financiar a compra de três ou quatro colônias de terra para alguns de seus associados. Hoje, talvez nem o custo da escritura destas colônias de terra possa ser financiado com os recursos que a cooperativa consegue manter através dos depósitos de seus 822 associados. E isto que a situação financeira da Pestanense nem é das piores. Até pode ser considerada muito boa, ainda mais quando se sabe que ela é uma das últimas 13 cooperativas de crédito que sobrevivem ainda no Rio Grande do Sul. Das 65 organizações de produtores dedicadas ao crédito rural que existiam no estado lá pelos idos de 1964, só restaram estas 13 para contar da experiência introduzida no Brasil pelo padre Amstead que conheceu o trabalho das caixas rurais Raiffeisen, da Alemanha. E a Pestanense foi uma destas poucas cooperativas que conseguiram sobreviver a todas as restrições oficiais impostas ao funcionamento das cooperativas de crédito no Brasil.

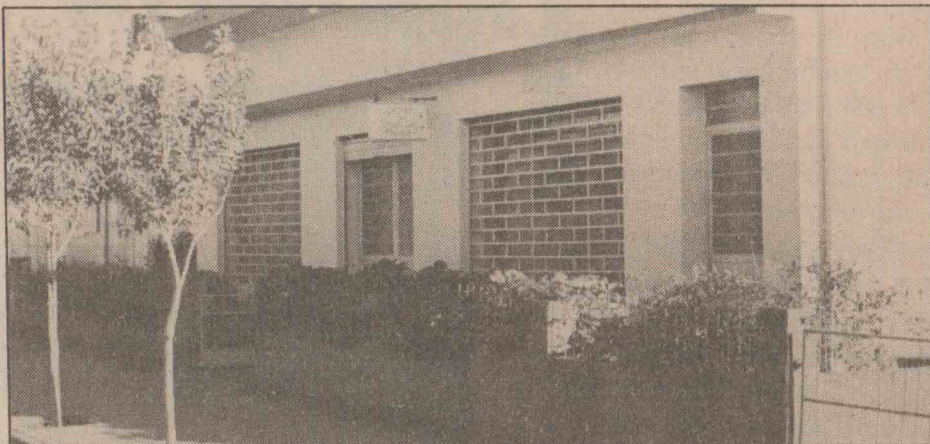
Enquanto pelas redondezas, tanto em Ijuí como em Ajuricaba, onde também atuavam cooperativas de crédito, estas entidades entraram em processo de liquidação, a Pestanense continuou firme, "sem jamais sentir-se numa situação desesperadora", como explica seu atual presidente, Evaldo Kessler. Seu Evaldo está cumprindo o terceiro mandato como presidente da Cooperativa de Crédito Rural do município e lembra com um certo orgulho:

— Nós nunca mandamos ninguém embora porque a cooperativa não tivesse o dinheiro necessário para devolver o valor de um depósito feito por seus associados.

ASSOCIADOS
— De todos os pesares, o que nos vem melhorando na Pestanense. Só de janeiro a junho deste ano, por exemplo, foram admitidos 30 novos agricultores no seu quadro social. O prédio onde funciona a cooperativa é próprio e o seu capital social chega a atingir Cr\$ 800 mil. Os agricultores a ela associados têm atualmente financiados o valor total de Cr\$ 2 milhões em crédito de custeio e empréstimos pessoais. A razão que o seu Kessler encontra para explicar o fato da Pestanense estar atualmente nesta situação relativamente folgada, é bastante simples:

— Aqui, inclusive por uma tradição religiosa, a cooperativa sempre foi dirigida com muito conservacionismo e toda honestidade. Os empregados nunca fizeram uso da cooperativa para sobreviver, mas sim trabalharam para a cooperativa sobreviver.

O seu Kessler não esquece as



O prédio onde funciona a Pestanense é da própria Cooperativa



Evaldo Kessler e Lourenço Winkelmann: tudo com economia

da outros motivos:

— Em Augusto Pestana o agricultor antigo não quis se deslocar a outros centros para movimentar sua conta bancária. Além disso, também não tivemos concorrentes bancários aqui na cidade. O único banco instalado é o Banrisul, com o qual inclusive mantemos ótimas relações, depois de até mesmo nossos excedentes de caixa em conta corrente.

SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS

Seu Kessler reconhece que o crédito concedido pela cooperativa não tem passado de uma suplementação dos recursos que os produtores obtém junto aos bancos ou ao repasse feito através da Cotrijuí:

— Os nossos recursos são provenientes apenas dos depósitos feitos pelos associados, o que traz um limite na nossa capacidade de financiamento.

O máximo que já saiu de financiamento da caixa da Pestanense foi um valor de Cr\$ 50 mil, o que atualmente não dá nem para comprar o adubo de uma pequena lavoura de soja ou trigo. É seu Kessler quem fala:

— Nossos recursos são geralmente aplicados pelos associados na formação de outras lavouras, que não conseguem crédito tão fácil nos bancos.

INIMIGO DA INFLAÇÃO

O presidente da Pestanense tem claro que o cooperativismo de crédito pode ser uma saída para a crise financeira enfrentada no Brasil especialmente pelos agricultores:

— Se todos os agricultores neste país afora se unissem em cooperativas de crédito e pudessem con-

tar com recursos diretos do Banco Central, a situação seria bem outra. Em traços gerais uma cooperativa é o inimigo número um da inflação — mesmo que também sofra os efeitos e seja sacudida pela inflação — porque ela está mantendo juros mais baixos.

Enquanto nos organismos de crédito oficial os juros para a agricultura chegam a 45 por cento, os financiamentos feitos junto à cooperativa de crédito sofrem um juro de 36 por cento ao ano. No caso dos empréstimos pessoais, o juro é de 45 por cento, o que representa muito menos que os 100 ou até 130 por cento cobrados pelos bancos.

E como isto pode acontecer? Quem explica é o gerente da Pestanense, o seu Lourenço Pedro Winkelmann, que trabalha há mais de 22 anos na Cooperativa:

— No ano passado nosso juro era ainda mais baixo. Agora com a inflação ele ficou maior, mas mesmo assim inferior ao dos bancos. Isto pode acontecer porque a nossa despesa é pequena e aqui o nosso lema é ajudar os mais necessitados, com muita economia e honestidade.

A preocupação com economia, por sinal, é bastante grande. O único funcionário da Pestanense é exatamente o seu Winkelmann. Ele só não ficou sozinho no atendimento aos associados e no trato com toda burocracia depois da recente morte de seu único colega, porque o próprio presidente da Pestanense resolveu também dar expediente diário na cooperativa. É seu Kessler quem conta:

— Por enquanto vamos levando assim. Em março terá nova eleição e depois disso decidiremos como fica o número de funcionários.

COM A VOLTA DO MILHO FICA UMA DÚVIDA: E O PREÇO COMPENSA?

Como a criação de suínos era grande, coisa de uns 400 animais, o seu Bertholdo Uhde, da Linha 20 (Ajuricaba), sempre conservou, mesmo na época da explosão da cultura da soja, uma lavoura de milho. Até quando o milho andava praticamente desaparecido, o seu Bertholdo se orgulha de nunca ter comprado sequer um quilo de ração para alimentar os animais. "Colono que se preza", ele costuma dizer, "sempre tem que plantar milho para a alimentação dos animais, ou para fazer uma canjica". Nesses anos todos, a experiência tem lhe mostrado que o milho sempre bateia os custos na alimentação da criação, "já que não precisa andar misturando nenhum fortificante. Quem trata animal só com farelo de soja, tem que misturar sempre a farinha de osso, por causa da descalcificação".

Na última safra o seu Bertholdo plantou 130 quilos de milho, consorciados com mais 120 quilos de soja. A produção de milho andou ao redor de 1.300 sacos contra 120 de soja. Não foi melhor com a soja porque o milho cresceu demais e abafou a outra cultura. Mesmo assim, seu Bertholdo assegura que até foi bem demais, já que o máximo que conseguiu tirar só com a soja, dessa mesma área, foi 500 sacos. Ele fala do lucro:

— O milho, se o tempo corre bem, com alguma chuva e não pega seca, dá muito mais do que a soja. Se ele for plantado bem no cedo, o risco do produtor é bem menor. Se tocasse de vender toda a produção de milho e mais a da soja, ia me render um bom dinheiro, muito mais do que se tivesse plantado só a soja na mesma área.

NO LUGAR DA SOJA

Por causa da crise sem fim da suinocultura, o seu Bertholdo, a exemplo de outros produtores, está diminuindo a criação de porcos. Mas nem por isso, está pensando em diminuir a área de milho:

— Não é por causa do porco que vou deixar de plantar milho. No final das contas, é o milho quem ainda vai ocupar o lugar da soja, que já está chegando ao fim da picada.

O caso do desaparecimento do milho, "uma cultura que ocupou muitas terras desse Rio Grande", ao



Bertholdo Uhde: boa colocação

ver do seu Bertholdo, se deu pelo simples fato de que ele dava muita mão-de-obra, se comparado com a soja, "uma cultura mais fácil de lidar e que tinha comércio e preço seguro e compensador". Foi simplesmente por causa do preço e da trabalhama na hora da colheita, que o milho andou desaparecido, dando lugar às grandes importações de milho. Diz o seu Bertholdo:

— Foi uma época em que o milho não valia nada. Só plantava aquele pessoal que tinha alguma criação. Era só prô gasto.

TRIGO E SOJA NÃO MATAM A FOME

— Não é de hoje que o pessoal está se dando conta que é preciso plantar muito mais do que simplesmente o trigo e a soja. "O produtor já andou vendo", comenta o seu Bertholdo, "que o trigo e a soja não matam a fome de ninguém". De uns tempos para cá as coisas viraram de tal forma, que o milho passou a ser considerado um bom negócio. Pela própria falta do produto, o preço se conservou bom e muita gente voltou a apostar no milho:

— Santa Catarina, por exemplo, por um bom tempo vai garantir colocação para o milho, já que é um Estado com grande criações de aves e de suínos. Consumidor garantido, o milho tem. Só que prá sobrar milho, é preciso plantar muito mais do que vem sendo plantado.

Como produtor experiente, uma coisa o seu Bertholdo tem bem certo: "com o milho não vai acontecer a mesma coisa que aconteceu com a soja". Ele fala:



Arno Tesch: fazendo rotação de culturas

— Com boas safras de milho, o governo pode muito bem diminuir a fome do povo. Quem planta milho tem ovos, galinhas, leite, carne...

FAZENDO ROTAÇÃO

O milho andou meio de lado por uns bons tempo lá na propriedade do seu Arno Tesch, de Coronel Barros (Ijuí). Há coisa de dois anos ele começou a se dar conta do cansaço e desgaste da terra, só com a soja e o trigo em cima. Achou que estava na hora de fazer alguma coisa e partiu para o plantio de milho. "Comecei a plantar milho, mais pela necessidade de rotação de culturas na terra, do que pelo preço, que numa época andava louco de bom", explica.

E foi justamente numa área que andava com o mal do pé no trigo que o seu Arno fez a primeira experiência, plantando 40 quilos de milho. Como o resultado foi positivo, assim de saída, na safra passada, ele reservou uma área de 4 hectares para o milho. Plantou 100 quilos de milho

consorciado com 80 de soja. A produção foi de 500 sacos de milho e mais 85 de soja. "Colhi mais de 100 sacos por hectare".

O seu Arno nunca gostou muito de plantar o milho no meio de outra cultura por causa da trabalhama. Na última safra, porém, foi obrigado a misturar a soja, porque veio uma geada grande e o milho ficou ralo. Em umas partes teve que até que replantar. Mas no final das contas, a consorciação compensou, como ele diz:

— Se fosse só plantar a soja, ia colher uns 300 sacos. Com os dois consorciados, além de ter tirado uns 500 sacos de milho, ainda tirei alguma coisa de soja.

Nuns cálculos assim meio por cima, dos 240 sacos entregues na cooperativa, o seu Bertholdo calcula que ganhou uns Cr\$ 140 mil, isso sem contar os ganhos com a soja.

— Se tocasse de vender os 500 sacos ao preço de Cr\$ 600,00 cada um, e mais a soja, o lucro ia ser bem maior. Só que eu prefiro deixar um pouco de milho prô trato dos animais.

ALTO NEGÓCIO

Para a próxima safra o seu Arno já reservou 3 hectares para o milho, "uma cultura que não dá prá abandonar", embora os custos da lavoura sejam iguais aos da soja ou até maiores.

— A lavoura de milho leva menos semente mas, em compensação, precisa de mais adubação do que a soja. Na última safra gastei 250 quilos de adubo com o milho, enquanto que a soja plantei sem adubo.

A intenção do seu Arno é continuar aumentando a área de milho,

continua



Milho para diminuir a fome do povo



Erich Breinig: o preço já não compensa

"pois o negócio com a soja anda ficando muito ruim.

"Nem sei se o milho ainda não vai ser um alto negócio, melhor do que lidar com soja".

POR CAUSA DA RAÇÃO

Por uns 13 anos, o seu Abílio e a dona Elça Wildner, de Rincão Seco, Coronel Barros (Ijuí) deixaram de se preocupar com a lavoura de milho. Todas as atenções estavam voltadas, como o seu Abílio mesmo afirma, para a soja e o trigo. Foi preciso que o trigo deixasse de produzir e que a soja também começasse a castigar, para o seu Abílio lembrar que ainda existia o milho, uma cultura que em anos anteriores enchia os seus galpões. Coisa de dois anos atrás, com o custo elevado demais da lavoura de trigo e ainda por cima o preço deses-



Abílio e Elça Wildner: o milho rendendo mais que a soja

timulante e algumas frustrações, levaram o seu Abílio a investir no milho. Afinal, os suínos, as galinhas, as vacas, precisavam se alimentar e a ração andava ficando cara demais.

No primeiro ano o seu Abílio teve uma colheita de 600 sacos de milho. Já no outro ano, pensando em aproveitar melhor a área e tirar um pouco mais, ele consorciou o milho com a soja. Plantou 140 quilos de milho e teve uma produção final de 650 sacos. No meio do milho colocou 180 quilos de soja e tirou 185 sacos. Que o milho rende mais do que a soja, em se falando de produtivida-

de, nem o seu Abílio e nem a dona Elça têm dúvidas. O receio deles é que todo o mundo se toque a plantar milho em grande quantidade e daqui algum tempo, não vá existir nem colocação e nem preço compensador. Diz o seu Abílio:

— O milho dá mais que a soja, só que onde começa a produzir demais vai faltar colocação. A criação do porco já anda terminando por causa do preço. E exportação prô milho não existe.

PREÇO MELHOR

Erich Breinig, proprietário de

150 hectares em Portão Velho e também em Gamelinha (Tenente Portela), nunca deixou de plantar milho para o consumo próprio. Mas nos dois últimos anos aumentou a lavoura para vender a maior parte da safra. Seu Erich plantou 19 hectares na safra 79/80 e 12 na de 80/81. Nas últimas safras vinha conseguindo tirar uns 50 sacos por hectare. No último ano resolveu investir na lavoura, com bastante adubação, uréia e mais "a ajuda do tempo", e conseguiu tirar mais de 100 sacos. Diz o seu Erich, que até ganhou um prêmio estadual de produtividade promovido pelo INCRA:

— Na safra anterior eu já tinha conseguido tirar uns 80 sacos.

A intenção do seu Erich para esse ano é a de plantar uns 15 hectares. Não pretende aumentar a área de milho, porque quer diversificar toda a lavoura, sem fazer grandes áreas de uma cultura só:

— A turma não vai plantar muito milho, como se pensa. Podem aumentar a área, mas nem tanto. A soja continua ocupando a maior parte da lavoura e todos sabem que se aumentar a área de milho demais, o preço cai.

Mesmo assim, o seu Erich acha que o preço, hoje, já não é tão compensador. Precisaria estar pelo menos em Cr\$ 700,00. Por enquanto ele não tem medo de um estouro do milho, a ponto que aconteça do preço cair em muito.

Abastecimento em perigo

Os números mostram que a produção de milho no Brasil, na safra 80/81, andou em torno de 22.500 mil toneladas. Acrescentando ainda mais o estoque já existente, de 1.250 mil toneladas, o país teve uma disponibilidade de milho de 23.750 mil toneladas. Também foram levadas em consideração as quebras de safra que aconteceram lá pelo Nordeste do país.

Como o consumo aparente de milho no país anda por volta de 22.550 mil toneladas, quer dizer que ainda sobram coisa de 1.200 mil toneladas. Esse excedente na produção de milho, segundo o Leocádio Antunes Filho, diretor da Cotriexport, a subsidiária da Cotrijuí responsável pela comercialização, seria o equivalente a menos de um mês de consumo interno do país.

"Ocorre, diz o Leocádio, "que essa situação deixaria o abastecimento interno do país, para o próximo ano, em perigo, caso aconteça alguma frustração na safra do milho". Como o excedente é pouco, se acontecer de dar uma frustração grande na próxima safra, o país poderá recorrer à importação de milho outra vez.

Em termos gerais, o abastecimento do país neste ano, deverá ser normal. Em algumas regiões, como a do Sul, poderá acontecer excesso de produção, enquanto que no Nordeste é certo que o milho vai faltar. "Com essa situação, é quase certo que o Nordeste passará a ser um importador de milho da Região Sul", comenta o Leocádio.

CONSUMO HUMANO

No Rio Grande do Sul, a previsão inicial para o milho era de 3,9 milhões de toneladas. No entanto, a produção final ficou em 3,5 milhões de toneladas.

No caso da avicultura, tanto de corte, como de postura, espera-se que o consumo de milho estacione. Já com a suinocultura, que vem atravessando uma crise grande, as estimativas são de que aconteça uma redução no consumo em torno de 20 por cento.

É quase certo, que em termos gerais o Estado apresente um excedente de milho em torno de 400 mil toneladas. "Este número poderá variar de acordo com o consumo humano, já que com a retirada do subsídio do trigo, é provável que aconteça um aumento de consumo de milho e seus

derivados, principalmente em termos de propriedades rurais", explica Leocádio. E é da recuperação da suinocultura no Estado e da retomada do crescimento da avicultura, que vai depender muito o futuro da cultura de milho no Estado.

A PRODUÇÃO NA COTRIJUI

Depois da parada meio forçada, um pouco por causa das facilidades do trigo e da soja, e outro pouco por causa da falta de mercado e preços, o milho voltou a ocupar espaços nas lavouras de quase tudo quanto é agricultor.

Na área de ação da Cotrijuí, na safra de 80/81 foram plantados 59 mil hectares de milho, sendo recebidos 30.832.011 mil quilos de produto, contra os 7.056.499 quilos entregues pelos associados na safra 79/80 (que ocupou uma área de 44 mil hectares). Só na Região Pioneira foram recebidos 20.438.574 quilos de milho, enquanto em Dom Pedrito a entrega foi de 89.285 quilos e no Mato Grosso do Sul de 9.889.194 quilos.

A desatenção em relação à cultura do milho era tão grande, que até coisa de 5 anos atrás, se um produtor desejasse pedir um financiamento pa-

ra a lavoura, "até conseguia atraparlar o pessoal do Banco", comenta o Rivaldo Dhein, agrônomo do Departamento Técnico da Cotrijuí (Ijuí). "Não que não existisse financiamento para o milho, é que não era nada comum alguém procurar, tal a desatenção que foi dada ao milho. É aquela velha política de que exportar é o que importa", diz o Rivaldo.

Nos últimos dois anos a situação se modificou bastante. Tanto isso é verdade que a entrega de produção na Cooperativa aumentou em muito, a ponto de se pensar numa reestruturação em termos de armazenagem dentro da própria Cotrijuí, no sentido de eliminar os problemas enfrentados não só com o milho, mas também com todos os outros produtos entregues em menor quantidade.

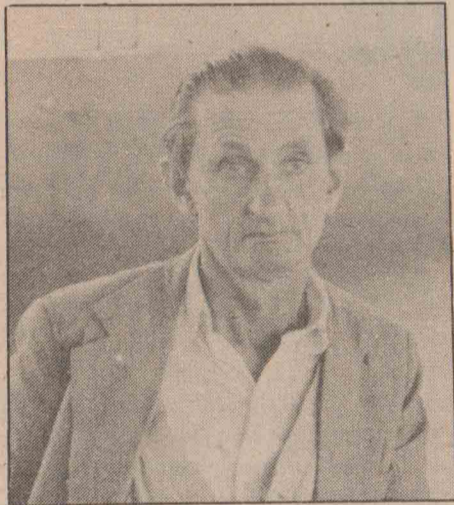
Um estudo da implantação de três pequenos silos, com capacidade variando entre 500 e 1.000 toneladas, está sendo feito pelo Setor de Operações da Cotrijuí. "Com a implantação desses silos, a Cotrijuí também estaria diversificando em termos de capacidade de silos, para poder jogar com quantidades menores de produção", diz Euclides Casagrande, diretor de Operações da Cooperativa.

QUAIS OS MISTÉRIOS POR TRÁS DA CRISE?

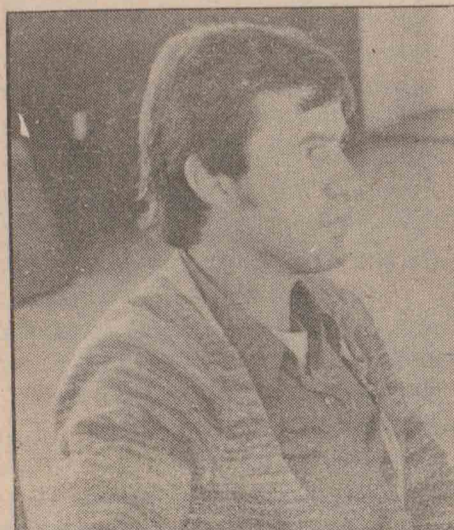
Tudo está sendo organizado sem muita pressa, para que as falhas de outros movimentos, como o do ano passado, não se repitam. É assim, com bastante cautela e esperando que todos pensem da mesma forma, que os suinocultores do sul do Brasil pretendem firmar uma posição bem clara diante da crise que atinge o setor. A mobilização começa a acontecer, e pela primeira vez nos últimos anos envolve criadores do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Eles querem que tudo fique bem claro a respeito dessa tal crise, para que nenhum mistério atrapalhe o movimento, e aí então possam partir para a defesa da categoria.

Na verdade, a crise da suinocultura tem muitos mistérios que começam a ser esclarecidos. No dia 16 de junho, em Três Passos, muitas dessas coisas até agora um pouco confusas foram sendo melhor entendidas. A reunião foi a primeira realizada pelos criadores do Rio Grande do Sul, após uma decisão tomada em Chapecó (Santa Catarina), de que o pessoal deve estar unido para a mobilização. Foi em Chapecó, no mês de maio, que os três Estados mais ou menos definiram o encaminhamento do movimento em conjunto, com os sindicatos de trabalhadores rurais assumindo a coordenação de tudo.

Essa união dos três Estados fará com que, desta vez, não aconteçam desencontros. Os suinocultores chegaram à conclusão de que desde o início da crise, que provocou um boicote à comercialização de porcos no ano passado,



Erni Knorst: 80% não paga as dívidas



Frei Plínio: puxando cantos

pouca coisa foi acertada de forma organizada. Por isso, talvez, é que até o momento os protestos, os documentos com os reivindicações, as muitas queixas, não deram resultado nenhum. Agora, com esse trabalho de base, que vai conscientizar o criador dos problemas que ele enfrenta, esses desencontros serão evitados, e ninguém ficará correndo atrás ou na frente. Gaúchos, catarinenses e paranaenses esperam partir parinhos, e decidindo tudo em conjunto.

E O RETORNO?

Na reunião em Três Passo, umas 60 pessoas, entre dirigentes de sindicatos, membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Luterana, criadores e até professores, discutiram a situação. Gente de 17 municípios participou dos debates, contando representantes de Chapecó e de Descanso, de Santa Catarina. O encontro iniciou de manhã e terminou de tardezinha, com o levantamento dos problemas dos suinocultores, uma análise dos motivos dessa crise e as saídas que podem ser seguidas.

No levantamento da situação, foram repetidos todos os entraves que se criaram para a atividade, a partir dos investimentos maciços estimulados pelo governo, há uns dois anos atrás. Os criadores lembraram que não houve retorno quase nenhum desses investimentos, que o preço mínimo de Cr\$ 48,00 (fixado ano passado) é injusto, que a produção continua com altos custos. Lembraram também dos intermediários, dos esquemas montados pelas indústrias para destruir os pequenos criadores, dos altos juros cobrados pelos bancos, da tal peste africana que não teria existido, e do êxodo rural que vai se acelerar em consequência de tantos problemas.

VAI PIORAR

Erni Knorst, presidente do STR de São Martinho, disse que em seu município 80 por cento dos criadores não têm

como devolver aos bancos o dinheiro tomado como empréstimo. E o professor Dinarte Bellato, que vem auxiliando a CPT a analisar a crise e organizar os produtores, afirmou que em Santa Catarina, onde há 130 mil criadores, só uns 15 mil vão sobreviver a este esquema organizado para derrubar o pequeno. Essa parece ser, segundo Bellato, a pior ameaça para o criador: se a situação hoje já está difícil, é preciso se preparar, porque ela vai ficar pior ainda, dentro de pouco tempo.

E como se preparar? Para início de movimentação, veio de Santa Catarina uma proposta de levantamento de custos da produção. A CPT até já organizou um questionário, que seria respondido de município em município. Depois, esse levantamento de custos seria analisado por regiões, e mais tarde a nível estadual. No final do trabalho, os três Estados voltariam a discutir o que foi apurado, e se partiria então para as outras saídas possíveis, definindo as formas de pressão. Os custos seriam levantados de julho a agosto; os dados tabulados em setembro, para apuração dos gastos com a criação; e até dezembro tudo estaria concluído após as reuniões das comissões estaduais.

Teve quem não visse nisso uma saída, como foi o caso do presidente do STR de São Martinho. Erni Knorst entendia que os criadores deveriam partir para pressionar as autoridades e exigir solução para a crise desde já. Mas outros, como o criador Adão Rodrigues, que também é da CPT de Três Passos, pensavam diferente. Para Adão, o levantamento de custos vai é "clarear a cabeça do produtor". Romeu Antonio Winck, presidente do STR de Braga, completou essa opinião, lembrando que os questionários irão incentivar o pessoal a participar do movimento, "para que se possa salvar alguma coisa". O certo é que a grande maioria concordou que o levantamento é muito

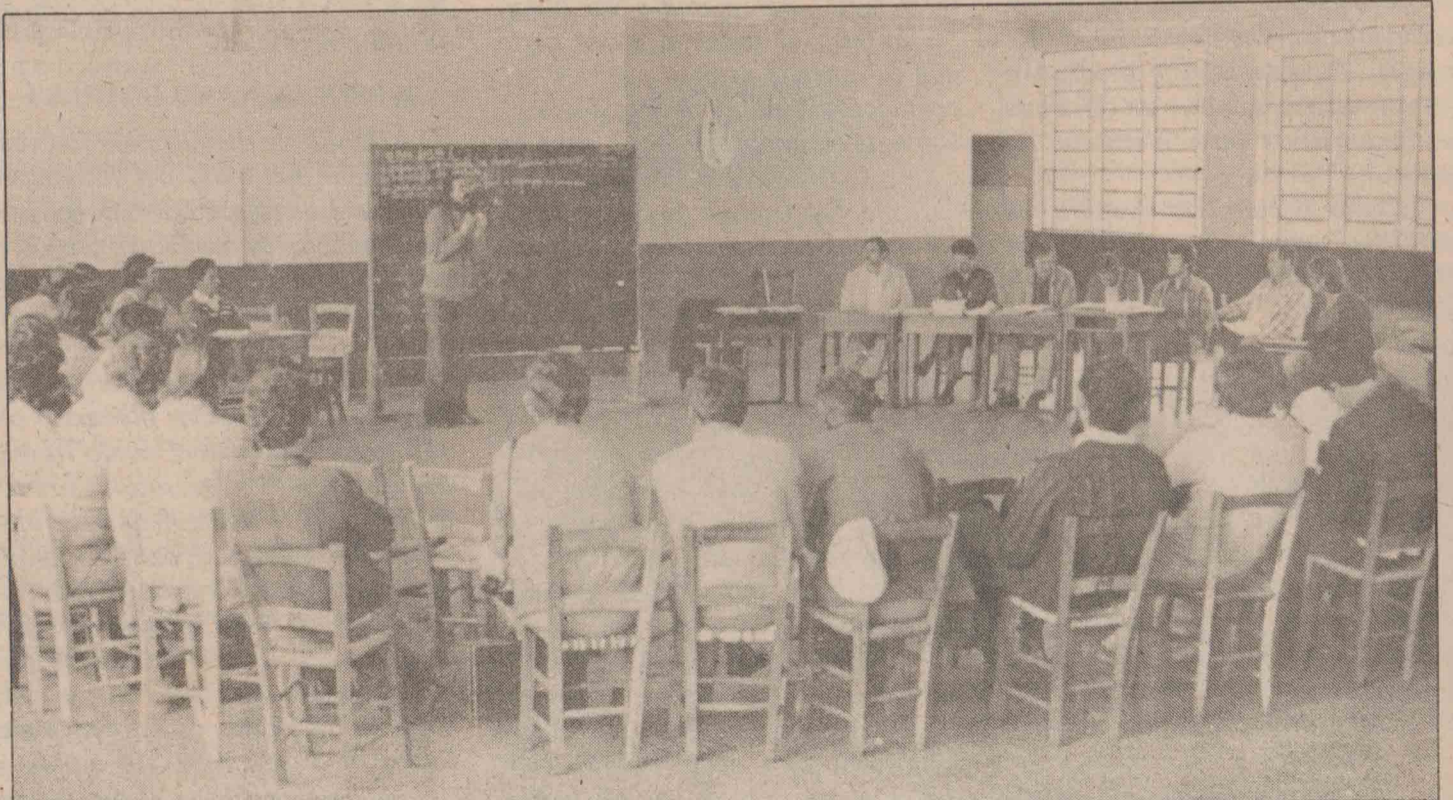
mais uma forma de organizar o criador, e essa idéia foi bem entendida.

UMA COISA SÓ

Outra conclusão dos criadores é a de que a suinocultura não pode ser vista como uma atividade isolada do resto da agricultura, da pecuária e de todo o trabalho de produção. Muitos alertaram que essa crise deve ser olhada dentro de uma política toda, que não tem beneficiado o produtor, que favorece as grandes empresas e que só estimula o êxodo rural. A maioria também concordou que os sindicatos, a Igreja, as cooperativas, os produtores e suas famílias e todos os que estão dispostos a participar de movimentos como este, devem ser "uma coisa só, pra que se dê uma chacoalhada em tudo de uma vez".

Depois desses debates, muitas alternativas foram sugeridas, mas foram sendo desprezadas, porque não interessavam a todos. Foi Carlos Karlinski, do STR de Ijuí, quem propôs que se leve os questionários de custos para discussão nas bases, e só depois, se assim for decidido, se inicie o levantamento. A proposta foi aceita, e inclui a participação das regionais da FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Gaúcha) e da própria FETAG na coordenação estadual do movimento. Esse trabalho já conseguiu resultados considerados bons nas zonas do fumo e da uva, e por isso os criadores acreditam que dará certo também para os suinocultores.

O encontro terminou como iniciou, com o frei Plínio Maldaner, coordenador regional da CPT em Três Passos, puxando uns cantos que falam da terra que é de todos, de esperança e do fim do egoísmo. Um dos versos resume bem a decisão do pessoal dos três estados em conduzir o movimento em conjunto, sem pressa e sem desencontros: "Lá vamos chegar/ou longe ou pertinho/pois já enxergamos/que este é o caminho".



O encontro reuniu 60 pessoas que discutiram, mais a fundo, as causas e soluções para a crise

Olhar o "bicho" de frente

A crise da suinocultura vem se arrastando há mais de ano, e já há quem pergunte se os criadores aguentarão tudo isso por mais tempo. O movimento organizado pelos três Estados é uma prova de que os criadores sabem que é preciso reagir diante dessa situação. Se isso não acontecesse, o fim dos pequenos estaria bem perto, de acordo com um estudo que o professor Dinarte Belatto, de Ijuí andou realizando. Na reunião de Três Passos, o professor fez todos verem que o futuro para o pequeno criador é de alamar qualquer um.

Para Belatto, os criadores estão cansados de saber que o negócio está feio, mas nem por isso "nós vamos deixar de olhar o bicho de frente". E, olhando a crise de frente, aparecem alguns dos tais mistérios que só agora vão sendo explicados. O professor entende que a peste africana, os investimentos oficiais dos empréstimos à vontade e outros fatores já podem ser vistos claramente como parte da ameaça esquematizada contra o pequeno criador. Foi a partir da peste africana, em 78, que começou a se eliminar com fuzilamentos e na fogueira os porcos chamados comuns, e os investimentos só completaram a entrada dos novos porcos,

"delicados que nem gente", nos chiqueiros dos criadores. É claro que os frigoríficos foram os beneficiados com a peste.

CONTROLE TOTAL

Esse processo, de total controle das raças dos porcos pelos próprios frigoríficos, vai se acelerar. Serão os frigoríficos que vão ditar como devem ser as criações, que tipo de porco criar, o que dar de alimentação a esses animais. Tudo porque essas mesmas empresas controlarão a suinocultura desde o nascimento dos leitões, até o abate e a comercialização no varejo. Só serão criados os porcos que interessam a esses frigoríficos, os animais tipo carne. Eles vão controlar o fornecimento de rações e até comprar o milho do produtor, determinando preços, condições de pagamento. Parte desse esquema já está funcionando, e agora o controle só vai aumentar.

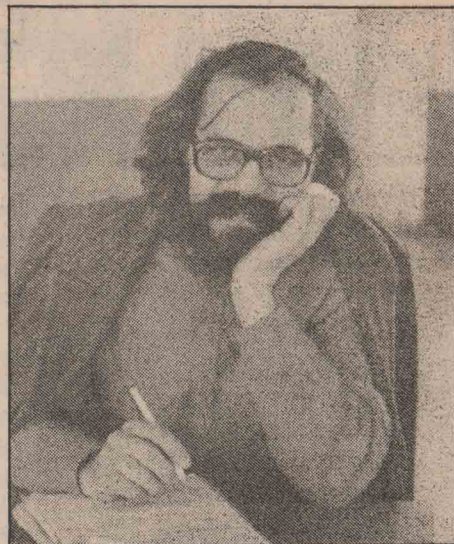
Isso quer dizer que os frigoríficos serão verdadeiros fiscais dentro do chiqueiro do criador. Vão acompanhar tudo de perto, e pouco a pouco farão valer sua força. Eles vão inclusive devorar os frigoríficos menores, para que ninguém fique atrapalhando o funcionamento do esquema. Integrarão o abate de suínos à pró-

pria criação, não só de porcos como também de aves, como já está ocorrendo, e entrarão inclusive na fabricação de óleos vegetais, pois a banha de porco já não interessa a ninguém.

E de que forma o pequeno criador pode se dedicar à suinocultura com o "capricho" exigido pelos frigoríficos? Como manter criações de luxo, com porcos delicados? Como suportar o custo dessas criações? Ao que parece, não é só isso que preocupa. Belatto lembrou que a tal integração pregada pelos frigoríficos vai fazer com que essas indústrias tenham suas próprias criações. Os frigoríficos farão, então, concorrência aos produtores, e em pouco tempo está feita a "limpeza", como diz o professor.

HORA DE UNIR

Em Santa Catarina, onde esse processo está bem adiantado, o alarma é maior. Nesse Estado, as propriedades de até 50 hectares representam mais de 97 por cento do total, e esses minifúndios produzem 91 por cento dos suínos. No Rio Grande do Sul, a situação é mais ou menos parecida: as propriedades de até 50 hectares são 89 por cento do total das propriedades gaúchas, e contribuem com



Dinarte Belatto: futuro de alamar

mais de 88 por cento da produção de suínos. O pequeno criador é a grande maioria, mas não está unido como deve.

Enquanto o produtor se dá conta disso, ele vai sabendo também que alguém tira proveito da crise, e desse lado estão os frigoríficos, os fornecedores de insumos, rações, remédios. Resumindo, o criador deve atentar para o fato de que a crise não se resume só na falta de demanda de carne, no baixo consumo, na queda dos preços. Ela vai evoluir, vai crescer mais, e expulsar o pequeno do mercado. Isso só não acontecerá se houver organização, a partir das bases, e esse movimento agora iniciado se propõe a unir o pessoal.

O banco não acha grave

Dirigentes sindicais, criadores, técnicos e outras pessoas envolvidas com a suinocultura dizem que são poucas as regiões do Estado onde se investiu tanto no porco como a zona abrangida pela agência do Banco do Brasil de Santo Augusto. E se os investimentos foram tantos, como é que esses criadores vão se ver na hora de devolver o dinheiro? O gerente da agência, José Carlos Poletto, garante que os investimentos por ali não foram em número tão grande, e diz que a situação também não é tão grave.

Segundo ele, 95 por cento dos criadores estão cumprindo com as obrigações mais ou menos em dia. Os outros cinco por cento deram problemas para o banco, porque teriam utilizado indevidamente os recursos. É Poletto quem diz que só não consegue devolver o dinheiro ao banco quem não utilizou como devia os empréstimos. Os outros, que estão aguardando melhores preços para o porco, podem até pedir prorrogação dos financiamentos, e isso já está acontecendo. Os prazos para prorrogação são bastante variáveis, e só não consegue renovar os empréstimos quem desviou as verbas, segundo o gerente.

A agência destinou recursos para Santo Augusto, Coronel Bicaco e São Martinho, e os empréstimos de custeio tiveram prazos de seis meses a um ano. Os de investimento foram dados para amortizar em até cinco anos. Poletto diz ainda que desde 79, quando começaram as devoluções dos empréstimos, o banco tem feito

prorrogações, e assegura: "Nós não vamos levar ninguém à falência". Para ele, o criador tem é que se conscientizar de que o porco comum não tem futuro, e também "acompanhar a técnica". Outro conselho do gerente é para que o produtor crie porco o ano todo, e não

tenha só porco "de safra".

Sobre sua mesa na agência, o gerente tem um recorte de um boletim, que anuncia bons perspectivas para o porco brasileiro. É que, segundo esse boletim, países tradicionais na produção de suínos estão com queda na oferta de carne de

porco. Ele acha que a produção nacional pode agora ser exportada, mas não esquece que ninguém quer saber da carne brasileira depois da tal peste africana. "A crise — diz ele — hoje é a do frango, e inclusive os bovinos estão em situação pior que os suínos".



José Carlos Poletto: só não renova quem desviou

NÓS TEMOS O MELHOR TRATAMENTO PARA O SEU TRIGO:

O TRATAMENTO PADRÃO.

Sabe como os órgãos oficiais fazem para saber quando um produto é realmente bom para o trigo?

Eles comparam com Manzate® D e Benlate®.

Estes dois fungicidas são considerados padrão para todos os demais. Se o fungicida a ser testado chega a obter um desempenho igual ou superior ao de Manzate D e Benlate, ele é considerado bom.

Se o desempenho for inferior, ele é rejeitado.

Seu agrônomo sabe melhor do que ninguém como estes testes são feitos. Pergunte para ele.

Manzate D + Benlate = proteção total para o trigo.

Não é por menos que Manzate D e Benlate são considerados tratamento-padrão para o trigo. Em todos os testes de campo realizados,

chegou-se a obter um aumento de 30 a 100% de produtividade em comparação com as áreas não tratadas.

Isso porque Manzate D e Benlate protegeram totalmente o trigo, controlando as doenças da folha e da espiga, como a septoriose da gluma, a helmintosporiose e a giberela.

Neste ano, saiba como colher mais trigo. Pergunte a quem usa Manzate D e Benlate.

Ou, para maiores informações, envie o cupom anexo para Du Pont do Brasil S.A. - CP8112 - São Paulo - SP

DU PONT
MARCA REGISTRADA

AGROQUÍMICOS

*Manzate D e Benlate são marcas registradas da Du Pont.



Nome: _____ CEP: _____
Endereço: _____ Tel.: _____
Empresa: _____
Cargo: _____
Cidade/Estado: _____
*Manzate D e Benlate

VACINAR PARA PODER VENDER

Dentro de algum tempo nenhum produtor poderá comercializar seus porcos sem ter um certificado que comprove que seus animais foram vacinados contra a peste suína. Esta medida começará a ser exigida em todo país a partir do momento em que as Inspetorias Veterinárias, do Ministério da Agricultura, considerarem que uma parcela expressiva do rebanho suíno já esteja vacinada.

O trabalho mais adiantado, de acordo com o delegado da regional de Ijuí — uma das 15 regionais do estado — Luiz Carlos Machado Dias, é exatamente o desenvolvido no Rio Grande do Sul. Isto porque, segundo o delegado, é neste estado que o controle de sanidade animal atinge a maior parte do território. A estrutura montada, através das delegacias e inspetorias veterinárias, permite um controle maior do estado sanitário do rebanho.

Só ainda não é possível determinar exatamente o prazo em que esta vacinação estará concluída em todo Estado — para, a partir de então, se passar a exigir do produtor a apre-

sentação do certificado de sanidade — porque está faltando vacina. Explica o doutor Luiz Carlos:

— Houve um atraso na aquisição das doses necessárias para a vacinação em todo Estado. Isto porque dependemos de concorrência pública para a aquisição deste material, o que está retardando um pouco o nosso trabalho.

EXIGÊNCIA DE FORA

A exigência de vacinação, segundo o delegado regional “é uma maneira de provar às missões estrangeiras que chegam aos frigoríficos, que o Brasil está controlando o estado sanitário de seus suínos. Estas missões às vezes chegam e nem olham as instalações dos frigoríficos. Estão interessados em ver os certificados de sanidade”

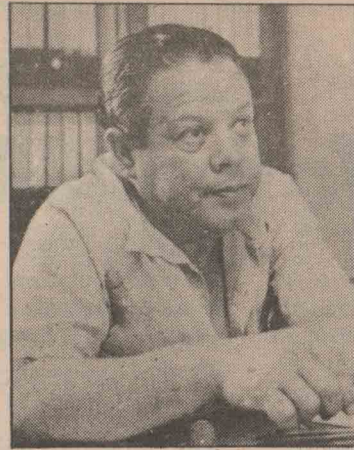
Desde que surgiu aquela “onda” de existência de peste suína africana no rebanho brasileiro, se deixou de exportar carne para outros países. Agora, para voltarmos a exportar, segundo o veterinário Luiz Carlos, precisaremos de um visto da FAO, que é uma entidade

da Organização das Nações Unidas que cuida desta parte de alimentação em todo mundo. E a FAO só vai liberar este visto depois de o Brasil comprovar que está vacinando seus rebanhos.

Esta seria, segundo o delegado, a razão principal desta vacinação em massa contra a peste suína. Outra, naturalmente, seria o interesse de se manter um controle efetivo sobre o estado sanitário dos porcos, na tentativa de evitar prejuízos maiores no caso do surgimento de focos de peste suína clássica. A vacina é específica para este tipo de peste, pois no Brasil ainda não se tem vacina para a peste suína africana.

O QUE É VACINADO

Quem anda pelo interior vacinando os animais são os guardas sanitários ligados às inspetorias veterinárias. Só ficam de fora da vacinação as porcas prenhas, os animais que serão comercializados logo em seguida e os leitões recém nascidos. Herivelto Ramos Pinto, chefe da Inspetoria de Ijuí, explica:

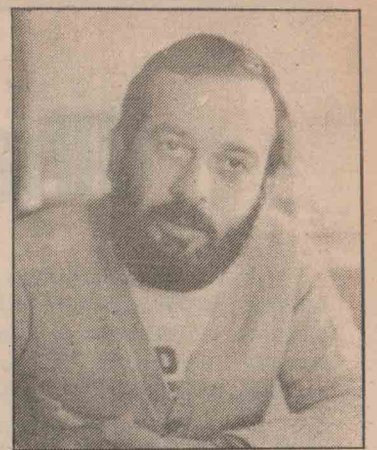


Luiz Carlos: sem prazo fixo

— No caso dos leitões, vacinamos a partir do seu décimo dia de vida aqueles animais que nasceram de porcas ainda não vacinadas. Os leitões de porcas já vacinadas recebem sua dose a partir dos 30 dias de vida.

Não existe a intenção de chegar a vacinar 100 por cento do rebanho, o que é na verdade impraticável. Chegando a vacinar metade do rebanho já se considera sanitariamente bom. Nesta fase inicial, se pretende vacinar de 60 a 70 por cento dos suínos, o que é considerado um índice ideal de vacinação.

Se por acaso os guardas sanitários não chegaram em alguma propriedade, o produtor deverá se dirigir à inspetoria veterinária de sua cidade para se informar como proceder. Em alguns casos, segundo o delega-



Herivelto: 70 por cento é o ideal

do regional, o próprio produtor poderá aplicar a vacina. Deverá, entretanto apresentar na Inspetoria Veterinária a nota de compra da vacina onde conste o nome do laboratório que a fabricou, a data de fabricação da vacina e ainda qual a classificação de seus suínos (discriminando a raça), para que a Inspetoria possa manter um controle sobre o rebanho.

Também nos casos em que alguns animais ficaram de fora da vacinação (no caso as porcas que estavam prenhas e os leitões) o próprio produtor poderá fazer o repasse da vacina. Só que antes de vacinar os animais, também deve se dirigir à Inspetoria levando a nota de compra da vacina, e se informando da forma de proceder na aplicação da dose em cada animal.

Desconfiança existe. Mas sem razão, dizem os técnicos

Por enquanto nenhum produtor está sendo forçado a vacinar seus animais contra a peste suína, como explica o delegado regional da Inspetoria Veterinária, Luiz Carlos Machado Dias:

— A campanha de vacinação está sendo democrática. Tanto, que os produtores que não querem vacinar não são forçados. Só que mais tarde, quando se passar a exigir o certificado de sanidade, ele precisará fazer as vacinas para poder comercializar seus suínos. Quem não vacinar agora só estará retardando o trabalho.

O caso é que alguns produtores desconfiam não só da eficiência da vacina como também de que ela traga até mais prejuízos do que vantagens para o criador. É o caso do seu Hugo Scheuer, de Esquina São João, Coronel Bicaco, que anda culpando a vacina pela morte dos seus animais:

— Os porcos foram vacinados dia 15 de março e começaram a se aniquilar. Só os filhotes nascidos das porcas vacinadas, de uns 200 filhotes, hoje só sobram 120. Os porcos não pegaram mais peso depois da vacina. Acho que perdi, de um lote de 60 leitões, mais de 40. E eu até nunca duvidei da validade da vacina, pois fui vacinador, há uns 30 anos atrás, lá em São José do Inhaçorá. E aqui no meu boliche eu sempre digo pro pessoal que é bom. Mas agora me aconteceu esta.

Os porcos começaram a



Hugo Scheuer: nunca duvidou. Mas agora...

morrer uns dois meses depois da vacina e ele acha que o “remédio” estava estragado:

— Nunca tinha visto coisa assim. Crio porco toda vida e sei que o que deu nos porcos não é peste.

O seu Hugo não chamou um veterinário pra saber do que estava acontecendo, de medo de perder toda criação:

— Se eu digo que os porcos estão assim, vão querer acabar com tudo de vez. Hoje os porcos já não valem mais nada, mas que fiquem assim mesmo. O pior é perder tudo.

VACINA NÃO MATA

O veterinário Herivelto Ramos Pinto, da Inspetoria Veterinária de Ijuí, afirma que o caso da morte dos porcos do seu Hugo não tem nada a ver com a vacina:

— A vacina não mata animal nenhum. Mesmo que exista algum problema de manejo com a vacina — problemas de conservação — ela não vai ma-



Benno Gehrke: só os pequenos

tar o animal. Só não vai fazer efeito.

A mesma opinião é do agrônomo João Klohn, o responsável pela área de suinocultura na Cotrijuí:

— Se vacina matasse, todas crianças e adultos que são vacinados contra sarampo, varíola, coqueluche, raiva, também iriam morrer desta doença depois de vacinados.

É o guarda sanitário que aplicou a vacina na criação do seu Hugo, Anaurelino dos Santos, quem encontra uma resposta para o fato que está acontecendo:

— Se fosse problema com a vacina, teria dado reação em 24 horas, que é o tempo para efeito, e não dois meses depois. Apliquei a mesma vacina, do mesmo lote, em outros porcos e nunca deu problema parecido

Para o Anaurelino o que anda liquidando a criação do seu Hugo é uma intoxicação provocada por milho ardido:



Nery François: não dá pra ir contra

— O milho do seu Hugo fica numa tulha grande, onde aquece e fermenta, causando problema prós porcos. Faz anos que lido com porco e sei que é isto o que acontece.

SÓ GENTE CAPACITADA

Lá na propriedade do seu Benno Gehrke, em Esquina Gaícha, Augusto Pestana, os vacinadores ainda não apareceram. Ele tem 3 criadeiras e está com 23 porcos no chiqueiro. Se o pessoal da Inspetoria chegar para vacinar, ele não vai impedir que os guardas façam seu trabalho:

— Eu deixo vacinar, mas só quando os porcos são pequenos. Quando grandes não deixo, que aí dá febre e eles param uma porção de dias de engordar e daí não vou poder vender os animais.

Há anos atrás o seu Benno já andou vacinando os porcos e reparou nesta “parada” de crescimento. Também viu que uma vacina mal aplicada

inflama e até apodrece a orelha dos bichos:

— Mas morrer porco por causa de vacina eu nunca vi. Acho justo vacinar os animais, porque é exigência pra se poder exportar a carne de porco ter este atestado de vacina. Só acho que uma vez que não tem peste não era importante. Em todos casos, pode que dá-se a peste e daí vacinar é uma prevenção. Agora deve ter gente capacitada para fazer a vacina.

NÃO DÁ PRÁ IR CONTRA

Outro que diz não ver problema nenhum em vacinar os suínos é o seu Nery François, da Linha 17, em Ajuricaba. Uns 100 dos seus 160 suínos foram vacinados no dia 8 de junho. Ficaram de fora só os leitões que seriam abatidos dentro de poucos dias.

Seu Nery diz não entender muito dessas coisas de vacinação, de exigência de frigoríficos, mas que se o pessoal da Inspetoria diz ser interessante, “então a gente deixa vacinar. Não dá pra ir contra as autoridades”.

Ele lembra que alguns anos atrás era obrigado a vacinar tudo quanto é porco. Depois a vacinação foi meia deixada de lado e agora é que está voltando:

— Se é pra gente ter algum impedimento na hora de vender os animais, é melhor vacinar. E o pior ainda é a gente não vacinar e os animais começarem a morrer. Isso sim que é ruim.

A COOPERATIVA FAZ SEU PLANO

A Cotrijuí monta o COTRI-SAÚDE na tentativa de reduzir as dificuldades que os produtores associados enfrentam no momento em que precisam qualquer tipo de atendimento médico-hospitalar

Um plano de saúde próprio, administrado pela Cotrijuí, para o atendimento médico e hospitalar das famílias de associados da Cooperativa, começará a ser posto em prática a partir do início de julho deste ano. A proposta da própria Cooperativa de montar e administrar um plano de saúde surgiu no ano passado, próximo da época em que iria encerrar o convênio existente com a Unimed. As posições quanto a renovação deste convênio estavam divididas entre o quadro social da Região Pioneira, existindo a argumentação de que o convênio se tornava bastante caro para muitas famílias de pequenos produtores rurais. Naquela ocasião nasceu uma proposta de aproveitar a estrutura que a Cooperativa já mantinha — e se preparava para ampliar — na área de assistência hospitalar, montando desta forma um plano de saúde que se tornasse mais barato para o quadro social.

O plano foi montado e discutido em muitos dos núcleos de associados da região Pioneira. No dia 18 de junho foram reunidos os representantes eleitos desta região para apresentar os resultados das discussões no interior e tomar uma posição quanto ao estabelecimento do plano. Nesta reunião ficou decidido que o plano de saúde da Cotrijuí seria implantado e colocado em experiência durante seis meses. Durante este período se terá condições, segundo eles, de avaliar o desempenho do plano, voltando a discutí-lo e adaptando as modificações que se fizerem necessárias.

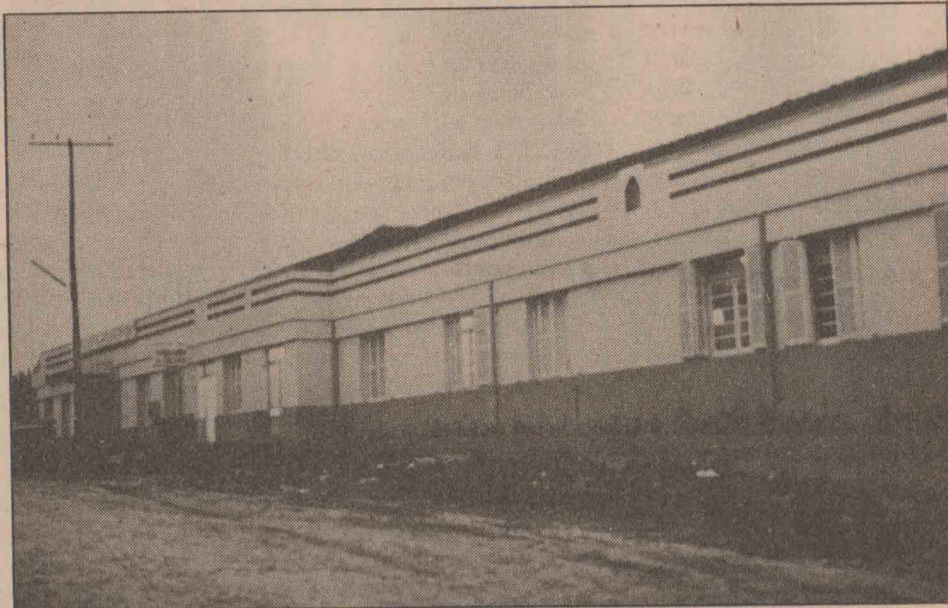
RENOVAÇÃO DA UNIMED

Outra das decisões tomadas na reunião dos representantes foi a de assinar um novo convênio com a Unimed. Acontece que o plano da Cooperativa prevê o atendimento apenas nos hospitais que ela mantém ou administra, não credenciando — pelo menos por enquanto — outros médicos ou hospitais. Desta forma, principalmente nas unidades onde não existe Hospital da Cotrijuí, o convênio com a Unimed continua tendo sua validade.

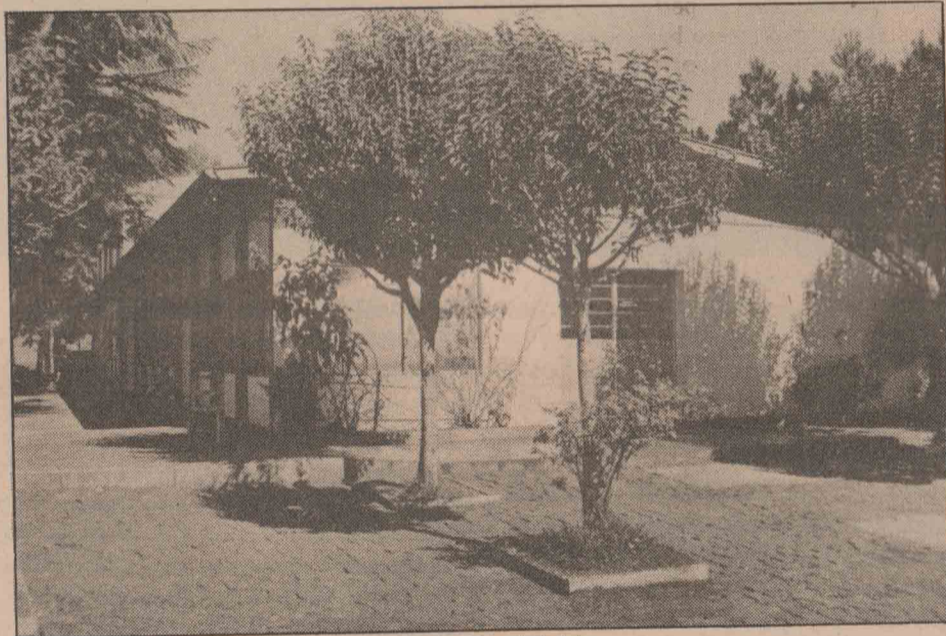
O COTRI-SAÚDE

O plano, que leva o nome de COTRI-SAÚDE, oferece três modalidades de atendimento e benefícios.

A opção 1 dá cobertura nas consul-



Apenas nos hospitais da Cooperativa, como o de Santo Augusto. . .



. . . e Ijuí, haverá atendimento através do Cotri-Saúde

tas realizadas com os médicos da Cooperativa, e tem um custo mensal de Cr\$. . . 165,00 para cada beneficiário. Se o associado inscrever no plano, dentro desta opção, por exemplo, três pessoas da família, o custo mensal será de Cr\$ 495,00.

A opção 2 prevê consultas junto aos médicos dos hospitais da Cooperativa, exames de laboratório e de raios-x e ainda serviços gerais de ginecologia (atendi-

mento a mulheres). O custo, nesta opção, é de Cr\$ 350,00 por mês para cada beneficiário. Inscrevendo, por exemplo, três pessoas da família (pai, mãe e um filho), o custo mensal é de Cr\$ 1.050,00.

A opção três é a mais completa. Ela inclui: consultas médicas junto aos médicos da Cotri-Saúde; exames de Raio-X e laboratório; serviços de ginecologia; serviços de ambulatório (pequenos atendimentos, como curativos, etc, sem necessi-

dade de internação hospitalar); internamento hospitalar em quarto de segunda, ou ainda a possibilidade de ocupar um quarto de primeira, complementando as despesas com verbas do Funrural e INAMPS; cirurgias e partos (tanto normais como anormais ou que exigem cesariana).

Na opção três o custo do plano é de Cr\$ 600,00 para o beneficiário titular (no caso o associado), de Cr\$ 500,00 para cada um dos 4 primeiros dependentes e de Cr\$ 300,00 para os demais dependentes.

INSCRIÇÕES

As inscrições para o plano serão abertas no dia 6 de julho. Quem se inscrever até o dia 5 de agosto não precisará cumprir os prazos de carência, ou seja, o período que começa a valer o atendimento depois da data de inscrição.

No caso das consultas, o prazo de carência é de 60 dias a contar da data de inscrição. Para cirurgias o prazo é de 180 dias (6 meses) e para partos de 270 dias (9 meses). Para os recém-nascidos, se inscritos no plano até o 15º dia após o nascimento, não haverá qualquer carência.

PARTICIPAÇÃO

No caso das consultas médicas será cobrado um fator moderador, que deverá ser pago diretamente ao médico na ocasião da consulta. Na opção 1, o fator moderador é de Cr\$ 100,00 por consulta; na opção 2 é de Cr\$ 150,00; e na opção 3 de Cr\$ 200,00.

Este fator moderador será o mesmo também quando as consultas forem realizadas fora do expediente normal do médico e também quando as consultas forem feitas na casa do paciente. Neste caso, os beneficiários do plano deverão pagar ao médico as despesas de locomoção. Não será necessário pagar este valor quando as consultas exigirem um retorno do paciente para nova consulta depois de 10 dias. Da mesma forma não será cobrado o fator moderador nas visitas feitas pelos médicos durante o período de internação hospitalar.

Os associados que precisarem de exames de laboratório e Raio-X — aqueles inscritos nos planos 2 e 3 — também terão uma participação nos custos destes exames. A participação não será cobrada apenas nos casos em que os exames foram solicitados pelos médicos durante o período de internação hospitalar. O fator moderador nos exames obedecerá os seguintes percentuais.

Classe A — empregados de associados e seus dependentes: 10 por cento do custo do exame.

Classe B — associados da Cotrijuí que sejam proprietários, mas enquadrados na categoria de trabalhadores rurais: 30 por cento do custo dos exames.

Classe C — associados da Cotrijuí, qualificados como empregadores rurais: 50 por cento do custo dos exames.

O atendimento aos beneficiários do plano será feito somente através dos hospitais e médicos da Cooperativa. Os hospitais são o Bom Pastor, de Santo Augusto; Casa da Saúde, de Ijuí; Coronel Dico, de Coronel Barros (Ijuí) e Santa Libera, de Vila Júia (Tupaciretá).

A Unimed continua

Paralelamente à implantação do plano COTRI-SAÚDE, foi também renovado o convênio Cotrijuí-Unimed. As renovações, inscrições ou pedidos de exclusão deste convênio, deverão ser feitas em cada uma das Unidades da Cooperativa.

Os associados que quiserem deixar de fazer parte do convênio tem prazo até o dia 30 de junho para entregarem suas carteirinhas e assinarem um pedido de exclusão. Durante o mês de julho ainda pode ser feito este pedido, mas, neste caso, deverá ser pago um mês proporcional ao valor já reajustado do convênio.

Novas inscrições serão aceitas até

o dia 31 de julho. As renovações também tem prazo até o dia 31 de julho para serem efetivadas, devendo o associado procurar sua Unidade para carimbar a identidade de beneficiário do convênio e assinar um compromisso de pagamento do valor das mensalidades.

O convênio com a Unimed prevê o atendimento junto aos médicos, hospitais e laboratórios da área de ação da Unimed-Ijuí credenciados para a prestação destes serviços. A relação dos profissionais e estabelecimentos credenciados, e ainda os serviços cobertos, pode ser conseguida em qualquer uma das unidades da Cooperativa.

O custo do convênio, neste segundo semestre, é de Cr\$ 765,00 por mês para o usuário titular (o associado da Cotrijuí) e de Cr\$ 730,00 para cada dependente inscrito.

O fator moderador nas consultas é de Cr\$ 140,00 para os beneficiários da Classe A (empregados rurais de associados da Cotrijuí); Cr\$ 360,00 para os da Classe B (pequenos proprietários) e Cr\$. . . 750,00 para a Classe C (empregadores rurais). As participações nos exames de laboratório é de 10 por cento do custo real destes exames para os beneficiários da Classe A; 30 por cento para os da Classe B e 50 por cento para os da Classe C.

A impressão que a maioria dos pequenos produtores gaúchos têm do Mato Grosso do Sul — assim como de outros estados das regiões Centro-Oeste e Norte — é que por lá não existem agricultores que trabalhem em pequenos pedaços de terra. Mas existem sim, e muitos nesta situação. Inclusive foi no Mato Grosso do Sul, lá pela região de Dourados, que surgiu um dos primeiros projetos de reassentamento de produtores, isto na época do governo do presidente Getúlio Vargas. São os dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que mostram que 64,3 por cento dos produtores sul-mato-grossenses são pequenos proprietários, com áreas de terras menores que 100 hectares. São muitos, mas têm em suas mãos uma pequena porção do território estadual: pouco mais de 2 por cento. Aqui nesta matéria estamos contando um pouco da situação dos produtores que vivem atualmente na zona de colônia na região de Dourados e o retrato da situação fundiária no Estado. A matéria é muito extensa e, por esta razão, foi dividida em duas partes. A primeira, publicada nesta edição, e a próxima, que complementa e esmiuça ainda mais a situação dos pequenos produtores da região, sairá na edição de julho.

Desde o dia em que chegou ao Mato Grosso do Sul, meio desanimado, o gaúcho João Eberhardt passou a contribuir para o crescimento de um fenômeno que se acelerou no Estado nos últimos anos. João está há uns seis anos no Mato Grosso, e nesse tempo só foi pra frente. Aos poucos, foi ganhando dinheiro com a agricultura, e hoje é dono de cinco lotes de 30 hectares, nas proximidades de Dourados. Às vezes, ele ainda olha ao longe e diz que nunca pensou em encontrar terras e fazer negócios tão bons.

Seu João é um dos novos produtores bem sucedidos do Estado. Mas não é desses gaúchos, paulistas, mineiros, que se quer falar agora. Esses novos matogrossenses já são bem conhecidos, de tanto que se falou neles, e o que interessa no momento é descobrir um pouco dos antigos posseiros, dos velhos desbravadores que, por verdadeiro milagre, ainda sobrevivem no Mato Grosso do Sul. É aí, quando se fala nos mais antigos, que pode se clarear a participação de seu João nas mudanças que vêm ocorrendo no Estado.

Ao comprar, de pouco a pouco, cinco lotes de terras em Dourados, ele e sua família foram ocupando áreas onde até anos atrás moravam cinco famílias. Esse é o fenômeno no qual o gaúcho se viu envolvido, e que vem ocorrendo na região da chamada Grande Dourados, que abrange uns 20 municípios. Nessa região ainda hoje se encontra o maior número de pequenas propriedades do Mato Grosso do Sul. É aí também que se acelera esse processo de concentra-

ção da terra. Tudo por causa da boa qualidade do solo, das estradas, da proximidade com outros centros e com o Sul do país.

A FUGA DO MINIFÚNDIO

Até hoje, no entanto, pouco se falou desses minifundiários, que estão perdendo suas terras sem que a gente como seu João Eberhardt seja culpada do que está ocorrendo. A verdade é que seu João também fugiu do minifúndio no Rio Grande do Sul. Ele e outros gaúchos e gente de todo lado estão dentro de uma das maiores áreas onde, até bem pouco tempo, houve uma concentração enorme de pequenos produtores. Essa área, de mais de 260 mil hectares, foi colonizada pelo governo federal, a partir de 1944, e ali começou a primeira etapa das colonizações do tempo de Getúlio Vargas. Também ali ficou o único exemplo de uma ocupação mais ou menos organizada da terra no Mato Grosso do Sul.

A colônia federal, como era chamada, começa perto da cidade de Dourados e se estende por outros municípios depois emancipados. É uma imensidão de lotes que, até por volta de 1970, tinham 30 hectares. Em cada um desses lotes havia uma casa, e por perto uma igreja e uma escola. Hoje, os lotes já não têm o mesmo tamanho, e as casas estão cada vez mais longe uma das outras. Tudo foi dado de graça aos colonizadores, que vieram especialmente do Nordeste. Mas já no início muita gente desistiu de derrubar mato, enfrentar brigas e participar de mutirões.

Quantas crianças morreram?

Quantas famílias ficaram inimigas? Quantas histórias ficaram para ser contadas pelos colonizadores? Muitas vezes, os próprios administradores da colônia estimulavam as desavenças, como foi o caso de um tal de Batuba, de quem as lembranças não são nada boas. Em 53, Batuba foi preso pelos colonos, por não respeitar as mulheres e as filhas dos outros. O pessoal era assim, decidido, tanto para prender um administrador como para pegar firme num mutirão até de noite, e depois bailar até de madrugada. Em 54, a colônia ficou uma semana quase parada, lamentando a morte de Getúlio Vargas, e um ano depois festejou a entrega dos títulos de posse dos lotes.

FARTURA MEDONHA

Os que saíram antes de receber os títulos, e depois voltaram à colônia arrependidos, tiveram que continuar perambulando. E o arrependimento desses que desistiram de viver no mato foi bastante grande. Não há na Grande Dourados, e em nenhuma outra região do Estado, terras tão boas como as da colônia federal. Isso o pessoal é quem diz, e os técnicos confirmam. A semente podia ser atirada na terra, "porque de qualquer jeito vinha com uma facilidade enorme, e a fartura era medonha", conta o professor Lourival Barbosa, filho de um dos colonizadores.

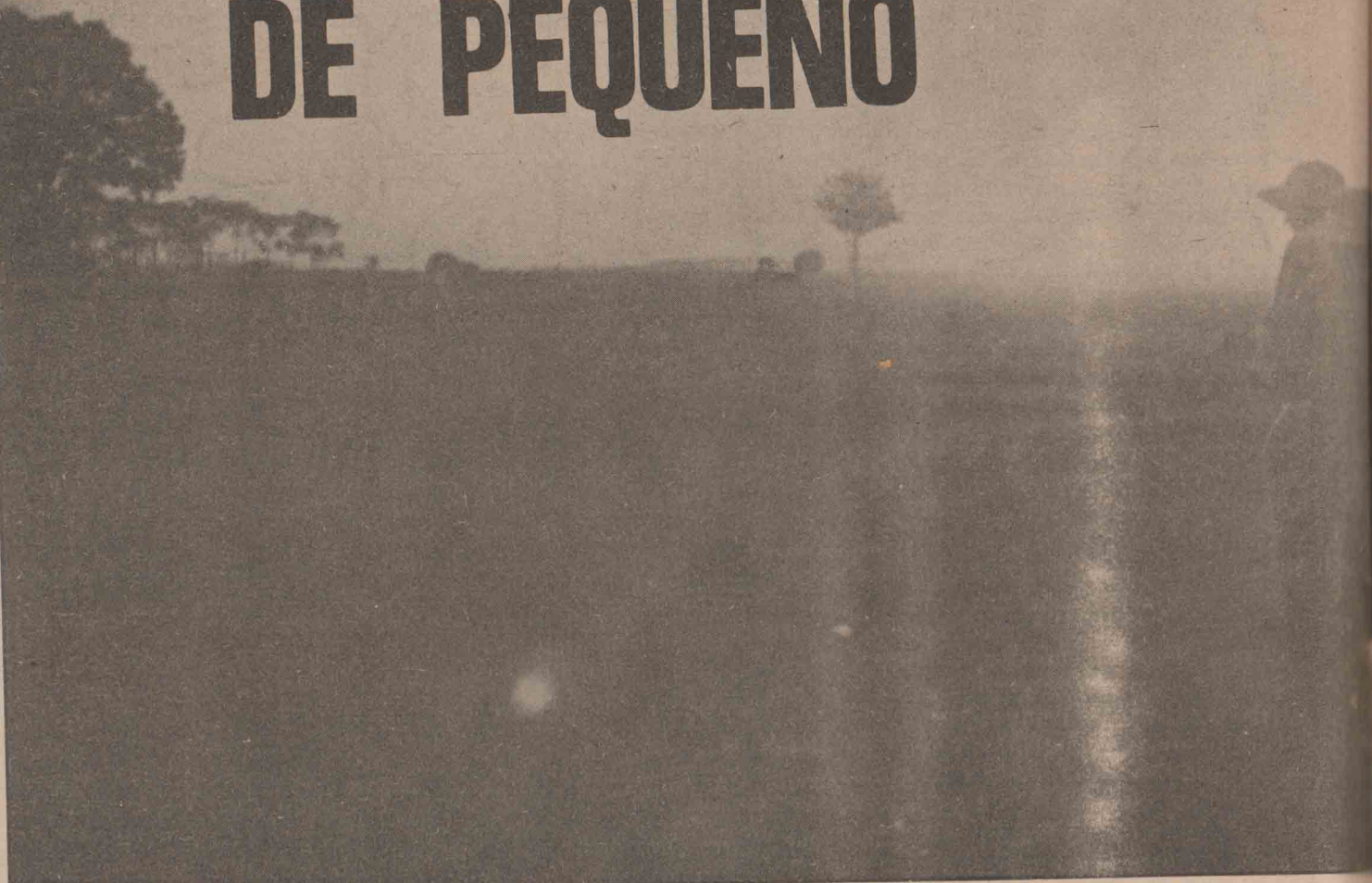
Por volta de 1955, a ocupação da colônia estava encerrada, e novas etapas dos planos de Vargas, para ocupação do Estado, foram sendo levadas adiante. Mas quase nenhuma

outra zona de colonização deu tão certo como essa primeira. Também em Dourados, e mais ou menos por volta de 1940, o município chegou a administrar uma ocupação, onde hoje está um dos principais núcleos de minifundiários da região. Essa colônia municipal abrange hoje o município de Itaporã, e ali a situação é agora mais grave que na colônia federal. As terras, ocupadas sem demarcação, foram sendo divididas ano a ano, e se transformaram em retalhos de lavouras.

São muitas as explicações que surgem, para a fuga dos nordestinos que migraram do atual Mato Grosso do Sul logo que chegaram ao Estado, para as vendas dos lotes da colônia federal anos depois, e para a debanda quase geral que aconteceu na mesma área e em outras regiões a partir da segunda metade de 1970. Para muitos, faltou pulso aos nordestinos que desistiram logo porque não aguentaram o tirão. Para outros, quem vendeu os lotes tempos depois esperava comprar muito mais terra em outras áreas. Mas a preguiça e a ambição não explicam tudo.

Pensando bem, a maioria do pessoal que fala sobre isso concorda que foi há pouco tempo que tudo se modificou por ali. E, examinando melhor, eles também chegam à conclusão de que as mudanças começam a acontecer junto com o crescimento da lavoura de soja, com a entrada do trator, dos venenos, do dinheiro dos financiamentos, e com o fim das plantações de feijão, arroz, amen-

TAMBÉM LUGAR DE PEQUENO



OS COLONIZADORES JÁ FORAM EMBORA

O que é o Mato Grosso? Se ainda hoje pouco se sabe de muitas regiões do país, o que os colonos que povoaram a área federal de Dourados poderiam saber há 40 anos atrás? O Mato Grosso, dividido ao meio em 1977, era então um único e imenso Estado, quando os primeiros colonizadores dos 268 mil hectares começaram a chegar, por volta de 1944. E muitos deles deixaram a região antes mesmo de poderem admitir que aquele plano interminável de terra fértil não passava de ilusão.

Foi isso mesmo o que aconteceu na área destinada à primeira etapa da colonização federal, que pega hoje localidades como Barreirinho, Vila Cruz, Bocajá, Formosa, Vila Vargas. Não foram poucos os que chegaram cheios de confiança numa vida nova, e saíram dali desesperançados. Poucos foram os que ficaram, e estes contam nos dedos os vizinhos e conhecidos que resistiram e ainda estão por perto.

Na Escola Doutor Camilo da Silva, a uns oito quilômetros de Dourados, pode ser encontrado um desses colonizadores que ficaram: o professor Lourival Barbosa, que dirige o colégio desde 1952. Ele é testemunha de tudo o que vem acontecendo

na colônia, sem ter sido, na verdade, um desbravador do cerrado. Lourival, hoje com 50 anos, chegou com o pai, Manoel Felix, e a mãe, dona Maria, em 1950, depois de perambularem uns 13 anos por São Paulo, sempre à procura de terra boa e que fosse só deles.

ISTO AQUI ERA O FIM DO MUNDO

A família era de Alagoas, mas só a mãe e o pai de Lourival chegaram a cuidar mesmo dos 30 hectares que receberam. Ele foi logo nomeado para lecionar na escola, e nunca aceitou a idéia de deixar o colégio para se dedicar à lavoura. Até agora, Lourival conserva o sotaque de nordestino que, no início da colonização, era só o que se ouvia por ali. Os colonos vieram quase todos do Nordeste, de trem, de pau-de-arara (um caminhão improvisado para o transporte de migrantes). E hoje o que há de nordestino na colônia? O professor é quem sabe:

— A maioria foi embora. Eles tinham medo de vir, e por isso muitos voltaram logo. Eu mesmo achava que o Mato Grosso era o fim do mundo. Teve muitos que se vieram descambiando pra cá, por este mundo afora,

e depois desbravaram tudo e foram para o norte, pra Rondônia e outros mundos.

Lourival tem certeza de que é lá no Norte, na outra ponta do Brasil, que estão muitos desses colonizadores, e acredita que em Dourados não existam hoje mais de 20 por cento do pessoal que chegou para ocupar a área. A migração foi tão grande que as seis escolas dessa primeira etapa da colonização federal funcionam atualmente com poucos estudantes: os agricultores debandaram, e é possível que muitos deles estejam nas periferias das cidades de perto e em Dourados. O que aconteceu mesmo, para que o número de crianças reduzisse tanto, foi a diminuição do número de famílias, com a reaglutinação dos lotes.

O professor manteve os 30 hectares do pai em seu poder, com o falecimento do velho Manoel, em 1970, mas arrendou a terra. No início, o arrendatário pagava com porcentagem da produção, variando de ano para ano. Depois, ele fixou um preço de Cr\$ 52 mil por ano, e esse contrato venceu em maio, quando Lourival andava às voltas com uma nova proposta ao arrendatário. Agora, ele quer Cr\$ 500 mil por ano pelo lote, pois está certo de que nos últimos cinco anos perdeu de ganhar dinheiro. Sua mãe, dona Maria, está com 70 anos e ainda mora dentro dessa área.

UM LOTE PARA OS 13 HERDEIROS

Lourival teve a sorte de ser filho único. Mas e os outros tantos filhos dos colonizadores que ainda estão em Dourados, como é que poderão continuar na agricultura? Uma pergunta como essa deixa seu João Marques da Silva e sua mulher, dona Carminda, com uma dúvida: com quem, afinal, vão ficar os 30 hectares? Eles já moravam em Dourados quando ocuparam o lote, em 1950. Hoje, têm 13 filhos, mas destes apenas quatro (dois homens e duas mulheres) continuam em casa. Os outros foram casando e deixando a área. Dona Carminda relembra:

— No início, nem se pensou nos filhos. Antes se trabalhava mais, mas também sobrava mais. Hoje, o que dá só tapa a vergonha, mas sobrar é que não sobra nada. Não dá pros meninos ficar em cima dessa terra, pois o que fazer com isso para uma família toda?

Dona Carminda e seu João acham que foi a soja que mudou muito a colônia. Ele comprou trator, largou das outras culturas, e tem certeza de que a vida agora é "pra se passar pensando no banco, nas dívidas". E ela conclui que, "só se produz hoje abaixo de adubo", enquanto que no começo "se precisava era

continua

doim, algodão e da criação de gado. Está na boca de cada um que os 30 hectares de cada lote foram ficando pequenos para que essa nova agricultura fosse rentável, desse lucro. E, para piorar, os produtores sempre estiveram entregues aos atravessadores, aos vendedores e outros oportunistas.

O FIM DOS PEQUENOS LOTES

Como formar a lavoura, como colher, como escoar a produção, como comercializar? A soja entrou de repente na vida do pessoal, deixando um monte de perguntas no ar. E só quem se alertou para a mudança é que sobreviveu. Nem anos antes, quando até uma cooperativa foi criada, mais para vender mercadorias aos colonos do que para cuidar da produção deles, a situação ficou tão danada. Por isso, a tendência é de fazer com que os pequenos lotes desapareçam de fato, e surjam de repente as grandes lavouras, como já está acontecendo.

Foi na hora de somar os lucros da soja, e avaliar bem as perdas provocadas pelo abandono das culturas tradicionais, que o pessoal se apavorou e a migração andou depressa. Os nordestinos foram sumindo da colônia, e agora o professor Lourival nem sabe por onde anda o velho Crispim Fernandes, que vendeu a terra para ser carpinteiro. E onde estarão o Vigilato Machado e outros tantos, que pretendiam vender verdura na cidade, comprar uma carrocinha de frete, ser pedreiro ou simplesmente fugir da colônia?



Lourival Barbosa: o professor é testemunha do que aconteceu na colônia



João Marques e Carminda Silva: o que sobra só dá para tapar a vergonha

afiar as ferramentas e ir para lavoura". Dos quatro filhos que não foram para a cidade, apenas os dois homens, Juarez com 27 anos, e Jorge, com 20, querem ficar. Dona Carminha acha que, na hora de dividir a terra, eles não decidirão nada:

— Por enquanto, todos se dão bem. Depois, vai para a mão da Justiça, e aí não vai ter quem queira mais ou menos.

POUCOS FILHOS E MAIS 2 LOTES

Outros colonizadores conseguiram evitar tantos filhos e até compraram terras. É o caso do seu Roldão Martins, que aos 64 anos de idade relembra com alguma tristeza sua chegada à colônia. Ele deixou Buritama, no interior de São Paulo, em 1945, com a mulher, uma filha pequena, o sogro e a sogra, numa caravana de nove pessoas. Em poucos dias, seu Roldão perdeu a criança, de um ano e dois meses, por falta de assistência médica, mas não fraquejou. Tanto que hoje tem três lotes, depois de realizar cinco negócios.

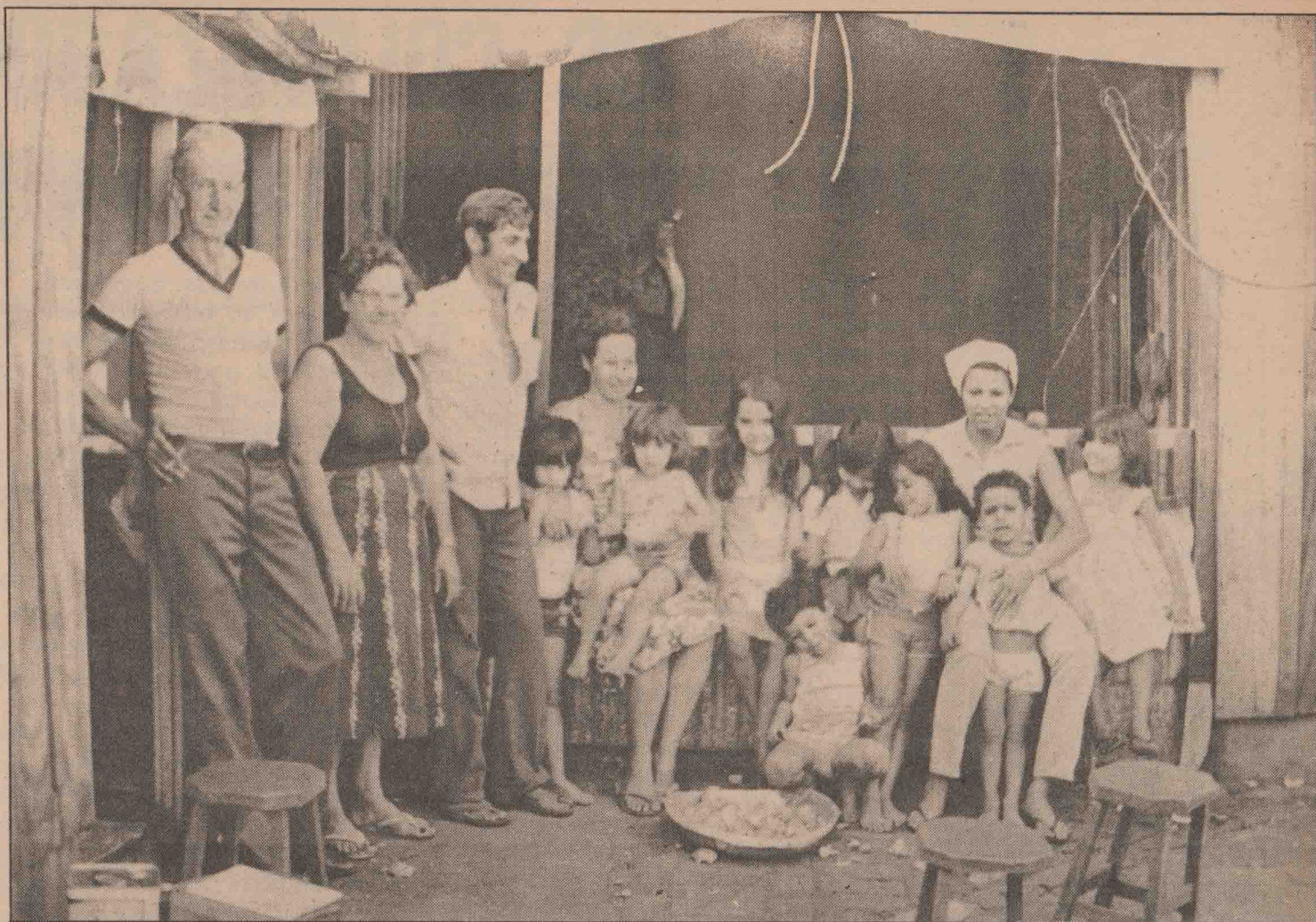
Ele soube da colonização numa festa de reis, num mês de janeiro, e tinha na época 28 anos. Decidiu arriscar e não se lamenta: hoje tem seis filhos, e quatro estão na área, que é administrada pelo mais velho, o João Martins. Seu Roldão lidou muito com gado de corte, mas em 73 ou 74 vendeu as 80 cabeças para botar trigo e soja na terra. "Faz quatro anos que planto trigo, e até hoje nunca precisei de Proagro", conta ele, lembrando que no ano passado colheu 30 sacas por hectare.

Juntando os filhos, as noras e os netos, os três lotes são ocupados por seis famílias, com 24 pessoas. É muita gente, mas dá pra ir levando, como diz João Martins. E não é para menos, pois só a soja vem dando um rendimento de 70 a 80 sacas por hectare. Parece mentira, mas ele acha que isso é natural: a terra mantém o índice de fertilidade lá em cima, nunca se desgastou.

Mas seu Lourival, seu João e seu Roldão fazem parte de uma vizinhança antiga e já escassa da colônia. Eles são alguns dos desbravadores que se contam nos dedos, e ano a ano vão acompanhando a chegada de novos vizinhos, como o seu João Gaúcho. É assim que o pessoal conhece seu João Eberhardt, dono do Sítio Yucumã, que desde 1974, quando apareceu por ali, vem pegando a fama de trabalhador e homem de sorte. Ele mesmo admite isso, pois é dono de cinco lotes na colônia e de mais 200 hectares na localidade de Picadinha.

JOÃO GAÚCHO, UM NOVO VIZINHO

Seu João, a mulher, dona Renata Norma, e os quatro filhos deixaram Miraguá, no Rio Grande do Sul, com Cr\$ 3.800,00 no bolso, duas vacas de leite, 30 galinhas e dois tratores. A mudança aconteceu dois anos depois da compra dos 200 hectares, pagos com os Cr\$ 116 mil conseguidos em 1962, com a venda dos 48 hectares da família em Miraguá. Antes de se mudar para o Mato Grosso



Roldão Martins e sua família: muita gente em três lotes

do Sul, ele ainda plantou nesses 200 hectares, cuidados por um irmão, e numa terra arrendada na reserva indígena de Miraguá. Não colheu nada de trigo, em nenhuma das lavouras, e quase se apavorou.

— Minha velinha apagou por completo, e tive que começar tudo de novo. Aí a soja e o arroz deram bem, e em 74 eu me mudei, com uma sobra de uns 30 mil.

Com esses Cr\$ 30 mil, que foram os primeiros cruzeiros conseguidos no Mato Grosso, seu João começou a vida, e de lote em lote hoje tem os 350 hectares. O último lote ele adquiriu no ano passado, por um milhão e 650 mil cruzeiros. Uma boa diferença para o preço do primeiro, comprado por 70 mil. Somando tudo, e sem fazer correção desse dinheiro, as terras custaram dois milhões e 446 mil cruzeiros. Hoje, seu João não vende um lote desses por menos de Cr\$ 6 milhões, e há até quem diga que cada 30 hectares custam, na verdade, mais de Cr\$ 10 milhões.

Há três anos uma boa parte da colônia tem energia elétrica, e até dona Renata, que no início ficou meio assustada, está satisfeita com a vida nova. "Tudo aqui é gente boa", diz ela, que cuida de uma casa que é quase uma mansão de tão grande. Eles sabem que têm mesmo muita sorte, e acham que o importante foi não desistir no começo, quando nada dava certo, como conta seu João:

— Quando vim pela primeira vez, cheguei de noite aqui. A luz do carro iluminou a lavoura, e eu vi só um fiapinho de trigo. Isso foi em 72, quando não colhi nada e não tinha Proagro. Em 75, eu cheguei a plantar trigo de avião, porque a soja estava madura. A semente foi largada sobre a soja mesmo, e até que deu muito



Seu João e dona Renata Norma Eberhardt: gente de sorte

bem, mas os custos eram altos e eu deixei de lado essa novidade.

E AS MUDANÇAS NÃO PARAM

Além de seu João, metade da família está no Mato Grosso do Sul. Dos dez irmãos, quatro plantam no Estado, e só um está longe dos outros, morando em Barra do Garças, no outro Mato Grosso, o do Norte. Os outros cinco preferiram ficar na Região Pioneira da Cotrijuí. Todos os que decidiram investir em terras novas estão satisfeitos e plantam trigo e soja, como seu João. E ninguém pensa em voltar para o Rio Grande do Sul.

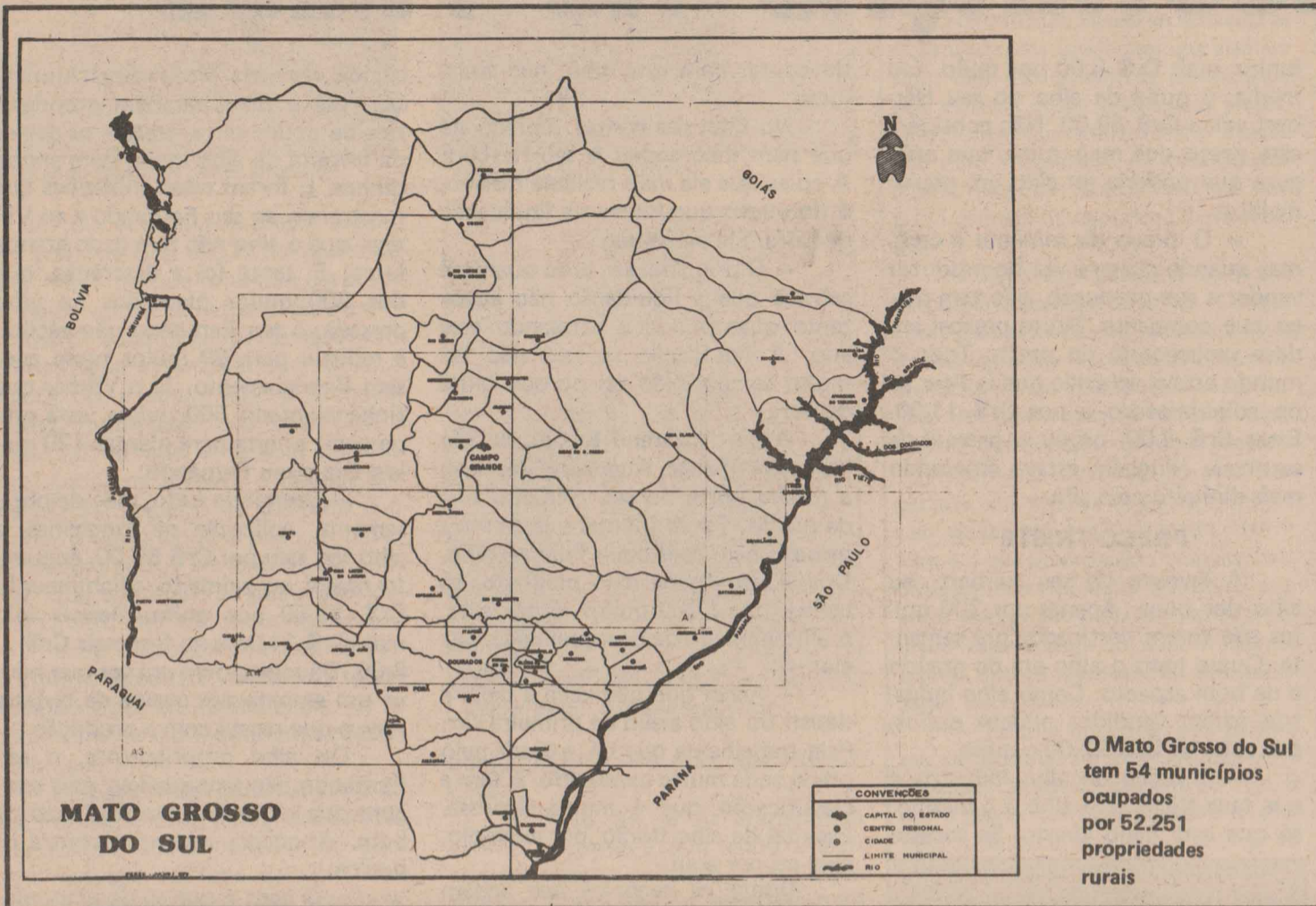
Os Eberhardt servem bem de exemplo da nova vizinhança que a colônia foi ganhando, principalmente a partir de 1975. Gaúchos, paranaenses, paulistas e catarinenses foram ocupando os lotes de cearenses, sergipanos, alagoanos. Os nordestinos debandaram mesmo, e o pessoal do sul se adonou das terras. E hoje, já se sabe até um pouco mais desse Estado

que os colonizadores não conheciam direito. O Mato Grosso de 1940 era só mistério, e nem aparecia nas cartilhas das escolas. O professor Lourival lembra que só em 1954, 10 anos depois da chegada dos primeiros colonos, é que o Estado começou a ser estudado no seu colégio, onde só se aprendia coisas vindas do Rio de Janeiro.

Mato Grosso não existia nem para os alunos de Lourival, uns meninos "meio passados", meio crescidos para começar na primeira série. Era mato mesmo, com famílias amontoadas à espera de terras, gente morrendo em brigas pela posse dos lotes, bailes, mutirões. Hoje, a paisagem é outra, e a colônia serve bem de exemplo para que se aprecie tantas mudanças. Mas, se não mais há colonizações, as terras continuam provocando muitas brigas, e os "novos sulmatogrossenses" ainda chegam de todo lado, agora endinheirados. Só que essa já é outra história, que as cartilhas da Escola Doutor Camilo da Silva dificilmente irão contar.

OUTRO CORREDOR DE MIGRANTES

As porteiras do Estado estão abertas não só para os que entram, mas também para os que não conseguem ficar e seguem rumo ao Norte.



O Mato Grosso do Sul tem 54 municípios ocupados por 52.251 propriedades rurais

Dados do recadastramento realizado pelo INCRA em 1978 dão bem uma idéia da pequena propriedade no Mato Grosso do Sul. O Estado tinha, até aquele ano, 33.606 produtores com até 100 hectares, e a área total ocupada por esses pequenos proprietários chegava a 948.784 hectares. Parece muita terra, se for levada em conta a extensão de outros pequenos Estados brasileiros. Mas o Mato Grosso do Sul tem 352 mil quilômetros quadrados, contra, por exemplo, os 267 mil do Rio Grande do Sul.

Considerando-se que o Estado tem, em 1978, 52.251 propriedades rurais, com um total de 35 milhões e 54 mil hectares, o pequeno produtor de até 100 hectares representa 64,31 por cento do total de proprietários. É um percentual alto, mas a soma das áreas desses pequenos é inexpressiva, dentro de toda a área cadastrada do Mato Grosso do Sul. Os 948.784 hectares dos pequenos ocupam apenas 2,70 por cento do total de terras tomadas pelas propriedades.

Esses números servem para mostrar a que ponto chegou a concentração da terra. Apesar de serem muitos, os pequenos produtores pegam uma área insignificante do Estado, enquanto que 2,74 por cento dos fazendeiros são donos de 52,11 por cento do território Sul-matogrossense.

se. Outro número mostra melhor ainda essa situação: 1.641 proprietários de terras são donos de mais da metade do Mato Grosso, que tem 52.251 proprietários cadastrados. Tudo isso considerando os dados de 1978.

O mapa do cadastramento mostra também que em municípios como Cassilândia cinco proprietários são donos de mais de 203 mil hectares de terra, e esse é apenas um exemplo revelado nos dados fornecidos pelo INCRA. O Mato Grosso do Sul tem apenas 54 municípios, e em pelo menos 27 deles a área total das propriedades é superior a soma de todas as lavouras de soja da última safra, na Região Pioneira da Cotrijuí, que chegou a 370 mil hectares. Cada município do Mato Grosso vale por três ou quatro do Rio Grande do Sul, e isso se se pegar apenas os maiores município gaúchos.

A REGIÃO DO MINIFÚNDIO

Outra revelação desse mapa confirma a característica da Grande Dourados como uma região de minifúndio. Dourados mesmo tem apenas 11 propriedades com mais de cinco mil hectares, e Itaporã, Fátima do Sul, Glória de Dourados e Deodápolis não têm nenhuma propriedade que passe de cinco mil hectares. Em Itaporã, dos 1.264 proprietários, 1.119 têm áreas de até 100 hectares.

Em Fátima do Sul, onde há 1.301 produtores com até 100 hectares, existem apenas 25 com áreas superiores a esta extensão.

Nesses imensos municípios, até as propriedades com 101 a 500 hectares representam pouco no geral, ou seja, 6,84 por cento, e os produtores com essas áreas são 18,19 por cento dos proprietários do Estado. As propriedades com 501 a mil hectares representam 7,06 por cento do total, e os produtores, 6,51. As áreas com 1001 a 5000 hectares chegam a 31,21 por cento, e os proprietários com essas extensões são 8,21 por cento. As áreas de 5.001 a 10 mil hectares somam 17,36 por cento, e os produtores, 1,64; e por último, as de mais de 10 mil hectares ocupam 34,81 por cento do Estado, e seus proprietários representam 1,10 por cento de todos os produtores.

Esses números oficiais apenas esmiuçam um pouco mais a estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul, que não é segredo pra ninguém. É nessa estrutura que não só os pequenos já cadastrados e donos de suas terras tentam sobreviver. O Mato Grosso ainda abriga, e vai continuar abrigando por um bom tempo, milhares e milhares de colonos em situação de penúria. São posseiros, arrendatários, trabalhadores rurais que não encontraram, no meio de tanta

terra, o sossego que procuram há vários anos.

2.000 FAMÍLIAS EXPULSAS

A história da ocupação das terras do Estado inicia muito antes, é claro, da divisão do Mato Grosso ao meio, e vem desde o século passado. E os conflitos talvez entrem no ano 2.000 adentro, como muita gente arrisca dizer. Quem conhece os problemas, não duvida de uma previsão como essa, pois é estimado em dois mil o número de famílias que, por ano, são expulsas das terras que arrendam. Há, aliás, muitas terras arrendadas apenas por um ano, enquanto que o Estatuto da Terra determina um prazo mínimo de três. E os expulsos, que têm o direito de protestar, podem reclamar a quem?

Hoje, existiriam pelo menos 500 famílias zanzando de um lado para outro no Estado, sem terra, sem alimento e sem nenhuma esperança. Há pouco tempo, dezenas dessas famílias invadiram uma área na localidade de Naviraí, e de lá não queriam sair. Outras continuam chegando, todo dia, de todo lado, e ninguém sabe dizer o número exato de colonos que entra no Mato Grosso do Sul, a cada mês, para engrossar a fileira de migrantes sem terra.

O passeio de migrantes ganha, em alguns municípios, o acompanhamento dos índios, donos de reservas demarcadas mas também marginalizados. São muitas as histórias sobre a ocupação das terras indígenas pelos brancos, e algumas delas contam coisas absurdas. Teve tempo, segundo os contadores desses casos, que os brancos tomavam conta da estrada das reservas e cobravam pedágio dos índios: de cada carreta que passava, era tirado um pouco de produto, e só com o pagamento de parte da safra o escoamento da colheita era possível.

Não é à toa que, por causa dessa dificuldade de assegurar espaço aos pequenos, que muitos posseiros começam a deixar as zonas de maior conflito, seguindo Mato Grosso acima. Eles vão para Rondônia ou para o Mato Grosso do Norte. Oficialmente, essa solução é reconhecida como a ideal, e há bem pouco tempo isso foi dito até pela televisão em Dourados. Dá pra se ver, então, que as porteiras do Mato Grosso do Sul continuam abertas, para quem quiser entrar, mas também já estão sendo escancaradas para quem acha que o melhor é sair. Para muitos, não resta mesmo outra alternativa, e para outros o Estado se transformou apenas em mais um corredor de migrantes.

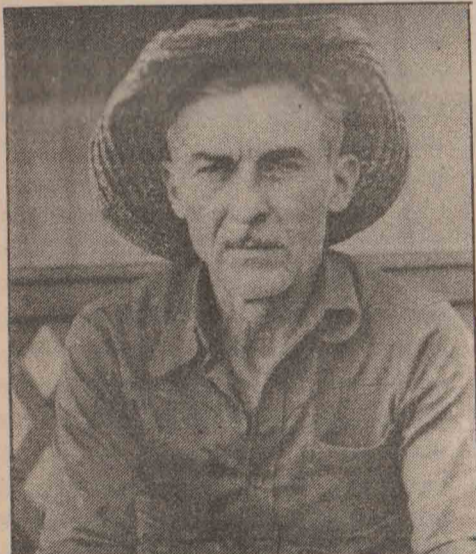
DEPOIS DA COLHEITA A FRUSTRAÇÃO NO PREÇO

O alho rendeu um bom lucro para o seu Herbert Noster, proprietário de 9 hectares na Linha 22 (Ajuricaba). Dos 200 quilos de alho plantados na safra passada, foram colhidos coisa de 1.700 quilos.

Tanto o seu Herbert tem tido sorte com o alho nos seus três anos de experiência, que para a próxima safra está planejando plantar uns 230 quilos, pois assegura que o alho, se comparado com outra cultura, ainda é o melhor negócio prá quem tem pouca terra. Ele fala do alho:

— Mesmo sem contar o pessoal de casa que trabalhou com o alho, ainda assim mesmo tenho certeza que tirei algum lucro. Se todas as plantas dessem lucro igual ao alho, em tão pouca terra, colono nenhum andava nessa crise. A coisa que ainda está judiando bastante é o preço, que não é dos melhores.

Como o seu Herbert só produziu sementes, no primeiro adiantamento, ele recebeu Cr\$ 50,00 pelo quilo de alho. Em fins de março recebeu mais Cr\$ 11,00 e no início de



Herbert Noster: bom lucro

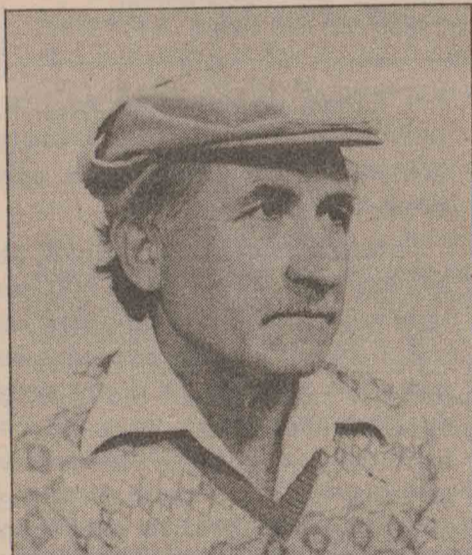
junho mais Cr\$ 8,00 por quilo. Em média, o quilo de alho do seu Herbert valeu Cr\$ 69,00. Não considera este preço dos mais ruins, mas assegura que poderia ter sido um pouco melhor:

— O preço da semente é caro, mas quando chega a vez do produtor vender a sua produção, não tem preço que compense. Muito pessoal andava reclamando do preço. Todo o mundo estava achando que ia ficar só no adiantamento e nos Cr\$ 11,00. Esses Cr\$ 8,00, pegou o pessoal de surpresa. Ninguém estava esperando mais dinheiro pelo alho.

PREÇO TRISTE

A lavoura do seu Herbert deu alho dos bons. Apenas uns 200 quilos não foram destinados prá semente. Quase todo o alho era do graúdo e de bom aspecto. Como alho indústria foram vendidos poucos quilos, por coisa de Cr\$ 22,00 o quilo.

— O preço do alho indústria é que tava triste. E o alho é o mesmo, só que está meio aberto. Se tocasse



Nazareno Rutilli: voltando ao alho

de contar com esse alho, não tinha lucro.

No final das contas, o preço até que nem incomodou o seu Herbert. A coisa que ele mais reclama mesmo, é do atraso que houve na liquidação da safra. Ele comenta:

— O principal em tudo quanto é safra é que a liquidação não atrase tanto quanto andou atrasando esse ano. A liquidação só saiu não faz muito tempo. Não sei porque tanta demora.

O seu Nazareno Rutilli, de São Valentim (Santo Augusto), não teve a mesma sorte no seu primeiro ano de planta. Tanto foi mal que na safra passada nem quis ouvir falar no alho. Dos 70 quilos de alho plantado, só colheu uns 1.000 quilos. E por azar, o alho nem era de boa qualidade. Diz ele:

— Achei que não valia a pena e desisti do alho assim de primeira vez. Pela trabalhama que dá e ainda pelo preço, anda muito explorado. E tem a classificação que é muito rigorosa. Esse tal de alho florão, por exemplo, nem sai por aqui.

Como os negócios não andam muito bom prós lados da agricultura, e ainda por cima o porco anda numa crise que não acaba mais, o seu Nazareno deu uma repensada e decidiu plantar alho esse ano. De saída, já não foi muito de sorte, pois por causa da falta de chuva, o alho nasceu todo desparelho.

A esperança do seu Nazareno é de que na próxima safra a classificação e o preço não judiem tanto do produtor. "Se tem comércio bom, por que o produtor não recebe um preço compensador?"

OS CUSTOS NAS PONTA DO LÁPIS

Fernando e Vilmar da Silva Bra-

sil, de Ramada Madeireira (Ajuricaba), pai e filho, também proprietários de pouca terra, trazem os custos da lavoura de alho muito bem anotadinhos. E foram essas anotações que mostraram ao seu Fernando e ao Vilmar que o alho não tem dado grande lucro. E tanta foi a descrença, que dos 200 quilos plantados na safra passada, o seu Fernando não vacilou e reduziu para 80 quilos nesse ano, sem financiamento. Já o Vilmar que tinha plantado 300 quilos, está preparando a terra para plantar 120 quilos. Diz o seu Fernando:

— Contando tudo, mão-de-obra, semente, aplicação de fungicidas, o alho me saiu por Cr\$ 55,00, enquanto recebi no primeiro adiantamento Cr\$ 36,00 por quilo. Depois veio mais Cr\$ 11,00 e no fim mais Cr\$. . . 8,00. Dá muito bem prá ver que houve um empate dos custos da lavoura com o que recebi com a produção.

Do alho propriamente, o seu Fernando não tem queixas, pois assegura que o rendimento foi louco de bom. A queixa mesmo é contra os preços:

— O caso é que só do alho ninguém tem condições de viver. Temos trabalhado com o alho e não temos recebido um preço justo. Quem lida com o alho, quase nem tem tempo de lidar com uma outra cultura, ainda mais prá quem tem pouca terra.

O Vilmar foi um pouco melhor com o alho. Dos 300 quilos, tirou uma colheita de 2.000 quilos. Não teve muita sorte com o alho "Amarante" que nem chegou a fechar em 2 por 1 de planta. A outra variedade, a comum, fechou em três quilos por um.

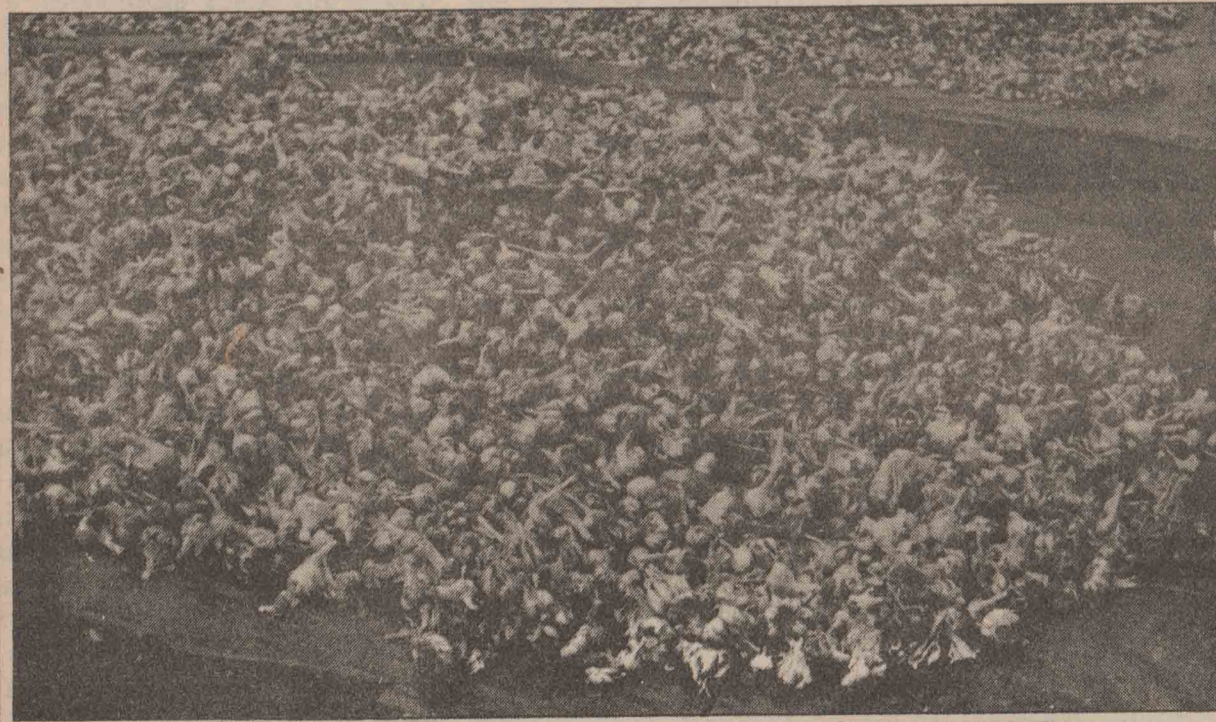
OS GASTOS

Somando os gastos que teve na lavoura, o Vilmar pode concluir que deu prá tirar um lucro maior que o do seu pai. Mas, nem por isso deixa de dizer que o preço do alho não anda recompensando. Mostrando os gastos, o Vilmar conta que levou uns 15 dias só para debulhar os 300 quilos de semente. No preparo do solo, canteiros, plantio, foram gastos 60 dias. Em limpeza da lavoura, 20 dias. Colheita e transporte da produção da lavoura até o galpão, ocuparam uns 30 dias e ainda mais uns 10 dias para estaleirar e atar. Diz o Vilmar:

— Se perde muito tempo na planta. Tinha plantado milho e não sobrou tempo para pôr a soja no meio do milho. Nesse sentido é que acho que o alho não compensa.

O pior de tudo, segundo o Vilmar não é o tempo gasto na lavoura e sim o preço. No primeiro adiantamento o Vilmar recebeu Cr\$ 59.000,00; no segundo Cr\$ 19.700,00 e no terceiro mais Cr\$

continua



O preço não compensou depois de todo trabalho com a planta



Fernando Brasil: os gastos anotados

11.087,00. A média de preços andou por volta de Cr\$ 60,00 por quilo de alho, "isso porque uma boa parte foi entregue como semente". Só com o primeiro adiantamento já deu pro Vilmar pagar o contrato de Cr\$. . . 46.000,00 e ainda tirar o dinheiro gasto com um peão, que foi de Cr\$. . 5.985,00, já que o pessoal de casa que ajudar na lavoura é pouco. Somando as despesas de contrato e o dinheiro gasto com o peão, o custo da lavoura andou em Cr\$ 51.985,00. Daí que sobraram de lucro pro Vilmar Cr\$ 37.802,00. Ele se queixa:

— Se a cooperativa vem exigindo que o produtor melhore a qualidade do alho, ela também tem de se comprometer em ajudar com melhores preços.

Embora o descontentamento do seu Fernando e do Vilmar em relação aos preços tenha contribuído para uma redução na área de alho, eles pretendem continuar na atividade, "pois quem é pequeno produtor tem que continuar aventurando, sempre na esperança de que o preço melhore", diz o Vilmar.

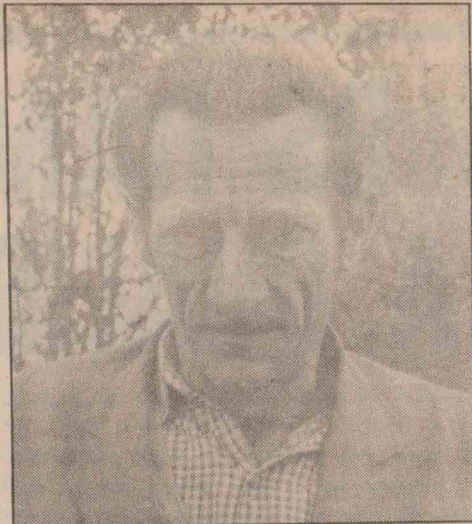
LIQUIDANDO COM ATRASO

Mas não foi só o preço do alho que andou incomodando muito produtor de alho da safra passada. Uma das maiores reclamações foi quanto ao atraso na liquidação da safra. Por exemplo, o Vilmar conta que recebeu os Cr\$ 59.000,00 quando entregou a produção e o restante só veio quase 6 meses depois. "O dinheiro perdeu o valor", explica Vilmar. O seu Fernando também reclama muito do atraso.

— O pessoal da cooperativa prometeu pagar até o dia 12 de janeiro e não pagou. Eu paguei juros pelo contrato, porque venceu e eu não tinha dinheiro para pagar.

A FRUSTRAÇÃO DO ALHO

O seu Ivo Barth, da Linha São José (Chiapetta) foi tão mal com o alho que nem quis saber o quanto colheu. Só sabe que plantou 400 quilos, recebeu Cr\$ 39,00 pelo quilo e que o dinheiro não deu para pagar o contrato de Cr\$ 51.000,00. O seu Ivo foi mal com o alho, por causa de um fungo de solo que atacou a lavoura bem na época do desenvolvimento. Foi um trabalho em vão. A lavoura não deu quase nada. A tristeza do seu Ivo foi tão grande, que ele se decidiu plantar só uns 20 quilos por



Ivo Barth: faltou dinheiro



Vilmar Brasil: dinheiro sem valor

conta própria. Ele fala das frustrações:

— Nem fui lá na cooperativa acertar as contas e nem tenho dinheiro para pagar o contrato. Estou esperando o preço da soja melhorar para poder pagar o que falta. Prá mim o alho não teve graça nenhuma. Não é possível trabalhar prá não tirar lucro nenhum.

O preço também contou, e em muito, na desilusão do seu Ivo. Diz ele que nesse ano, "enquanto tudo subiu em 100 por cento, o preço do alho baixou. Se dá algum lucro, não tem trabalhama que incomode". O pior de tudo, segundo o seu Ivo, é produzir e não receber um preço justo ou então, perder tempo em lavoura que não vai produzir coisa alguma. O seu Ivo fala da reclamação do preço:

— Fiquei com nojo do alho. Foram 90 dias por nada. Como é que pode tanto trabalho, para no final das contas não pegar nenhum dinheiro e ainda ficar devendo? E tem muita gente descontente com o preço do alho, porque antes da colheita, foi prometido que o preço ficaria em torno de Cr\$ 80,00 pelo quilo do alho florão. No final das contas, ficou em torno de Cr\$ 55,00. Não foi resultado nenhum e tem muito produtor desgostoso.

Uma coisa é certa: o seu Ivo não quer nem ver a variedade "Centenário" pela frente, "essa não deu nem pro remédio". E tão cedo, quer ver se não investe tanto quanto investiu na safra passada. O que pretende plantar é com recursos próprios. "Se deu, tudo bem. Vou procurar vender pelo melhor preço. Se não der, a despesa não vai ser tão grande".

Isto foi o melhor que se conseguiu

Não são mais novidades nenhuma as reclamações dos produtores que plantam alho. Eles não gostam da classificação, por acharem rígida demais, dos preços, "por ficarem abaixo da realidade" e ainda por cima a liquidação da safra passada atrasou quase seis meses. Com tanto tempo, o dinheiro da safra ficou desvalorizado.

O Hélio Ito Polhmann, agrônomo do departamento técnico da Cotrijuí (Ijuí) e o Nelcyr Baroni, gerente do Setor de Hortigranjeiro e responsável pela comercialização do alho, dizem que na verdade não houve nenhum atraso de liquidação e que os preços dados aos produtores foram os melhores obtidos pela Cooperativa com a venda da produção. Explicam ainda que o que acontece com o alho é o que normalmente acontece com qualquer outro produto. Quando o produtor entrega a colheita, ele recebe o primeiro adiantamento. O resto é dado de acordo com os resultados da comercialização. Diz o Hélio:

— Tanto a liquidação não atrasou, que até agora não foi feita nenhuma outra liquidação de safra, a não ser a do trigo. É que o pessoal estava acostumado a receber todo o dinheiro logo após a entrega do produto e isso só acontecia com o alho.

O prazo da cooperativa para a entrega da produção de alho vai de dezembro a 15 de janeiro. O produtor que entregou o alho dentro desse prazo, recebeu o adiantamento em seguida, tendo, portanto, condições de saldar o contrato, que vence em 15 de janeiro. Agora aquele produtor que só entregou depois do dia 15 e até em fins de fevereiro, "logicamente que só poderia ter o seu adiantamento retardado", comenta o Hélio. E esse foi o caso de muitos produtores de alho. Fala o Hélio:

— Esse atraso na entrega da produção para a cooperativa dificultou a operação de liquidação final, que só saiu em maio, em período posterior ao recebimento do último produto. Se toda a produção tivesse sido entregue até o dia 15 de janeiro, a liquidação teria saído mais cedo.

A fixação de um prazo para a entrega da produção tem uma justificativa. É preciso aproveitar o tempo em que não entra alho importado, para melhor comercializar o que é produzido aqui dentro. O Baroni é quem explica:

— Como o mercado de alho não é local, e a produção toda é vendida para outros Estados, é preciso obedecer a um esquema de vendas e a única época para a comercialização do alho nacional vai de dezembro até 15 de janeiro. Lá pelo dia 22 de janeiro começa a entrar o alho argentino, que tem melhor qualidade. Se o alho brasileiro não for comercializado até essa data, terá de concorrer com o alho importado.

ALTERNATIVAS

Por causa das tantas queixas, o Hélio sugere duas alternativas para que a li-

quidação se processe mais rápido, embora acredite que nenhuma delas seja eficaz. Uma seria a de receber a produção dentro de um prazo fixo. "Só que se esse processo for seguido", comenta, "muito produtor poderá sair prejudicado. Nesse ano, por exemplo, grande número de produtores entregou a safra lá pelo mês de fevereiro, bem fora de época".

Uma outra alternativa seria a de fazer a liquidação por estimativa, "o que fere os princípios cooperativistas". Neste caso também pode acontecer de eventualmente esse sistema ser bom para o produtor e ruim para a cooperativa como organização, pois o produto pode não conseguir a remuneração esperada. Ou então ruim para o produtor, no caso do produto alcançar uma colocação mais alta do que a estimada. Também neste caso o produtor seria prejudicado, já que não poderia participar dos resultados positivos da venda da produção.

FORMAÇÃO DO PREÇO

A formação do preço do alho é outra coisa que tanto o Hélio como o Baroni fazem questão de explicar. O Baroni explica como o preço médio das classes ao produtor ficou em Cr\$ 55,00 e não em Cr\$ 80,00, como queriam os produtores:

— Os Cr\$ 80,00 por quilo foram tomados como base de venda, ficando inserido aí, o ICM, fretes, embalagens. . . dando portanto, um adiantamento de Cr\$ 55,00. Em algumas reuniões foi dito que se o mercado comportasse além dos Cr\$. . . 80,00 por quilo, o beneficiado seria o próprio produtor, como de fato aconteceu.

O Hélio reforça ainda mais a questão dos preços, explicando que os Cr\$. . . 80,00 foi um preço de referência de possível venda da cooperativa para o alho florão e de Cr\$ 65,00 pro alho graúdo. Na prática, segundo o Hélio, a comercialização foi acima desses valores. Ou seja, o alho graúdo pegou um preço de referência, de Cr\$ 80,00. Só que desses Cr\$. . . 80,00, tirou o ICM (Imposto sobre circulação de mercadorias) em tomo de Cr\$ 12,40; a embalagem em Cr\$ 3,00; o frete em Cr\$ 2,00 e ainda a mão-de-obra, juros, fretes internos e armazenagem em Cr\$ 3,60. A despesa total ficou em Cr\$ 21,00. Ainda sobrou para o produtor Cr\$ 59,00 pelo quilo do alho. Isso tudo numa hipótese, só para melhor mostrar a formação do preço do alho.

OS MESMOS CUSTOS

Ainda falando em preços, o Hélio Polhmann levanta a questão da qualidade da produção. É preciso lembrar que os preços variam de acordo com o produto e a maioria do alho entregue na Cotrijuí é de baixa qualidade. "Quase todo o alho comercializado foi destinado à indústria, onde a cotação de mercado é inferior, embora os custos sejam iguais aos do alho de qualidade superior".

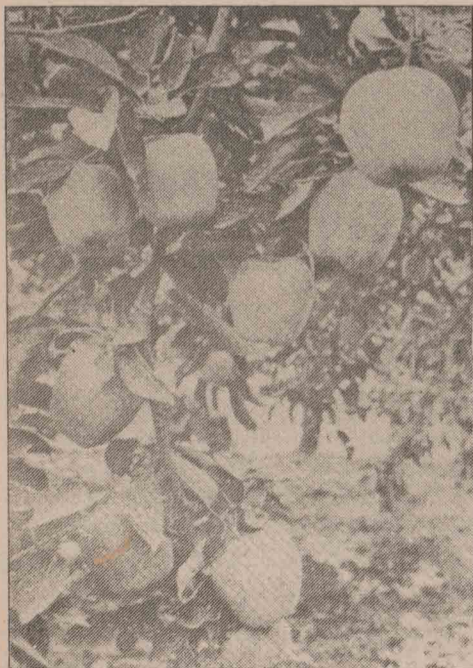
SEM PODAR OS RAMOS CAI MUITO A QUALIDADE

Não é todos os pomares caseiros que os produtores têm o hábito de fazer a poda de suas árvores frutíferas. Na verdade, a poda não vai modificar em muita coisa o volume de produção de frutos. Podando ou não estas árvores, a colheita vai dar praticamente a mesma coisa em peso total. A vantagem da poda está mais na qualidade desta produção, tanto em tamanho como em aspecto e sabor dos frutos. Em algumas espécies de frutíferas, esta poda precisa ser refeita a cada ano, provocando assim sempre uma nova brotação e permitindo a colheita de frutas maiores e mais gostosas.

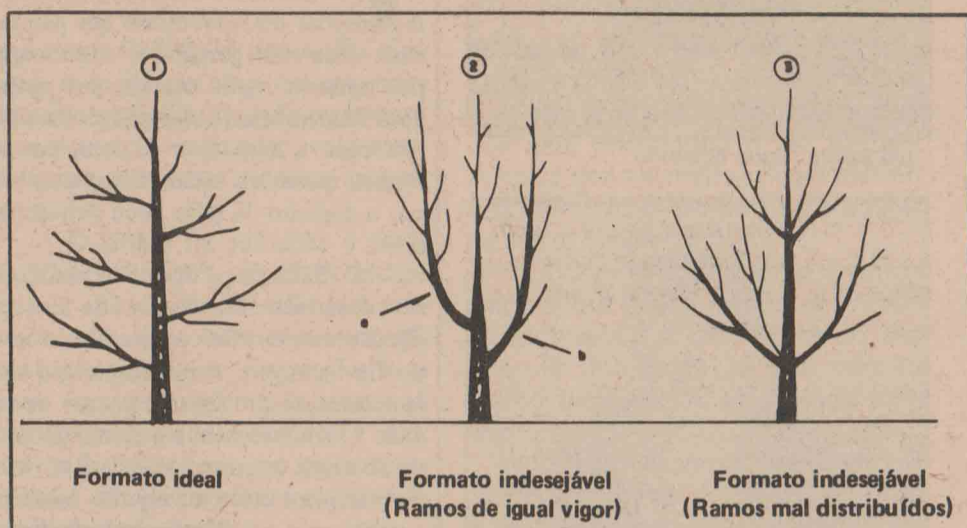
A época da poda, como explica o engenheiro florestal da Cotrijuí, Nilo Ruben Leal da Silva, é no final do mês de julho na maior parte do estado do Rio Grande do Sul. Neste período a planta está no estágio chamado de "repouso vegetativo". Pelos seus galhos não está circulando a seiva, isto em razão do frio que atinge a região durante esta época. Desta forma, o corte dos galhos não vai prejudicar em nada o desenvolvimento da planta.

Fazer uma poda é coisa que exige um certo cuidado e conhecimento por parte do produtor. Se for feita fora de uma técnica adequada, especialmente em espécies mais sensíveis — como as perreiras e pessegueiros — a produção pode até mesmo ser toda comprometida. Já em outros casos, como em todas as frutas chamadas de cítricas (laranja, bergamota e limão) a poda é bem mais simples de executar e inclusive menos trabalhosa. É que no caso dos cítricos, não é necessário fazer uma poda anual, como acontece com as perreiras, pessegueiros, etc.

Já com as perreiras acontece



A qualidade dos frutos melhora bastante



A poda irá permitir a condução certa da árvore

uma situação diferente, como explica o agrônomo Hélio Ito Pohlmann; não é preciso nem mexer nas árvores. O desenvolvimento das pereiras se dá muito melhor deixando-as crescer e se desenvolver normalmente, sem lançar mão do recurso da poda para permitir uma melhor brotação.

OS TIPOS DE PODA

Toda frutífera exige uma poda de formação. Ela deve ser feita no máximo até o terceiro inverno após o plantio da muda. Esta poda serve para dar uma conformação adequada para a copa da árvore, distribuindo melhor os galhos. Se não for feita uma poda de formação, a árvore pode dar muito alta, o que vai atrapalhar a colheita dos frutos. Além disso os galhos, estando mal distribuídos, podem fazer a árvore pesar muito para um lado.

Outra poda que também é comum a muitas frutíferas é a chamada poda de limpeza, que serve para eliminar os galhos quebrados, secos ou doentes. No caso dos galhos doentes a recomendação é que depois de cortados eles sejam queimados, para impedir que os fungos que provocaram a doença possam se alastrar por outras árvores do pomar. É que estes fungos são carregados inclusive pelo vento, podendo atingir grande parte das frutíferas do local.

Para cada espécie de frutíferas existe uma ou mais formas de executar a poda. As informações técnicas sobre este trabalho foram conseguidas com o agrônomo Lauro Küllkamp, que trabalha na unidade da Cotrijuí em Tenente Portela, e acompanha mais de perto o desenvolvimento da fruticultura na região. Também conversamos com um produtor de uvas, o Léo Piccoli — de Arroio das Antas, em Ijuí — que é muito entendido na poda de perreiras. É ele que explica a forma que vem em

gor que apresentarem. Se for um ramo mais forte, irá suportar uma poda a um terço do seu comprimento.

Nos invernos seguintes, a poda de encurtamento deve prosseguir, procurando-se cortar mais energicamente os ramos mais vigorosos. Os ramos mais fracos devem ficar um pouco mais longos.

FIGUEIRA

Poda de formação — no ano seguinte ao da produção da muda, deve ser despontada a haste principal da árvore mais ou menos a uma altura de meio metro do solo. Durante o período de vegetação das gemas terminais (as localizadas nas pontas dos galhos) surgem de três a quatro ramos laterais que formam a parte básica da copa da figueira. O último ramo deverá ficar aproximadamente a 25 ou 30 centímetros do solo. No segundo ano estes ramos deverão ser novamente podados, fazendo um corte aproximadamente a 20 centímetros do corte anterior. Em cada ramo deverão se desenvolver dois novos ramos laterais, dispostos em lados diferentes do ramo principal. No terceiro ano após a produção da muda deve ser repetida esta operação, o que vai permitir a forma de uma copa em "vaso baixo", que apresentará de 12 a 16 ramos.

Poda de frutificação — é feita no inverno do terceiro ano após o plantio da muda. Ela se resume em deixar os ramos com 10 centímetros de comprimento. Deste modo, cada ramo dará origem apenas a uma única haste frutífera. Esta poda deve ser repetida a cada inverno.

Poda verde — começa a ser feita quando surgem as primeiras brotações e prossegue até o outono. O objetivo principal desta poda é evitar a ocorrência de brocas, o que prejudica muito a produção de frutos. A poda consiste na eliminação de todas as brotações laterais.

PESSEQUEIRO, AMEIXEIRA, NECTARINA

Poda de formação — é iniciada ainda no viveiro ou por ocasião do plantio, procurando formar uma copa do tipo "taça aberta". Ela consiste em despontar a haste principal a mais ou menos 60 a 80 centímetros de altura, o que vai provocar a emissão de ramos laterais. Depois deste desponte, deve-se escolher de três a cinco ramos laterais bem simétricos, distanciados de 10 a 15 centímetros uns dos outros. Os ramos restantes devem ser eliminados. Os ramos escolhidos devem ser despontados no inverno, conservando-os com 40 a 50

pregando para conservar sempre mais produtivos seus três hectares de parreiras.

LARANJEIRA, BERGAMOTEIRA LIMOEIRO

Poda de formação — a primeira coisa a fazer é despontar as mudas a mais ou menos uma altura de 80 centímetros do solo. Normalmente este corte é feito pelo próprio viveirista na época do transplante, assim, quem já plantou uma muda pronta não precisa fazer esta operação. No ano seguinte ao plantio se faz a poda, deixando de três a quatro ramos laterais a partir dos 60 centímetros do solo. Estes ramos devem ser bem distribuídos tanto em direção como em altura, eliminando as demais brotações. Depois desta primeira poda, só o que é preciso fazer nas árvores de cítricos é eliminar alguns ramos que sombreiem demais o interior da copa, os ladrões (que são os ramos que crescem em posição vertical) e as brotações do cavalo.

Poda de limpeza — eliminar os ramos doentes, danificados ou secos, que dificultam o desenvolvimento da planta e facilitam o alastramento de pragas e moléstias.

Poda de frutificação — não é necessária nas plantas cítricas.

CAQUIZEIRO

Poda de formação — o objetivo desta poda é permitir a constituição de uma árvore capaz de suportar cargas pesadas de frutos. Ela é feita após o plantio, a partir de uma altura de meio metro do solo. Deixa-se crescer, sobre um único tronco, três ou quatro ramos bem escolhidos e bem distribuídos. Eles devem ficar colocados cerca de 25 centímetros uns dos outros. Todos os demais ramos devem ser eliminados rente ao tronco. No fim do primeiro ano do plantio, no mês de julho, os ramos que ficaram são podados a um terço ou metade do seu comprimento, conforme o vi-

centímetros de comprimento. Durante a época de brotação surgem inúmeros ramos que também devem ser eliminados, deixando apenas dois ramos laterais em cada um dos ramos principais. No inverno seguinte estes ramos voltam a ser despontados numa distância de 40 a 50 centímetros do corte anterior.

Quando a planta entra em repouso — no mês de julho — é feita a última poda de formação, que consiste em deixar sobre cada ramo do ano anterior dois ramos com seu comprimento reduzido a um terço do tamanho original. Desta forma, estes ramos estarão em condições de frutificar. O recomendado é sempre fazer o corte logo acima de uma gema de lenha (aquela que é a mais pontiaguda e vai produzir um ramo) que esteja voltada para o lado externo da copa. Podando acima da gema do lado interno, a brotação irá se dar em direção ao interior da copa, o que vai emaranhar muito todos os galhos.

Poda de frutificação — elimina-se pela base o excesso de ramos lenhosos da periferia da copa, bem como os ramos verticais (chamados de ladrões), do interior da copa, os ramos que se cruzam, os secos e os quebrados. O que se conserva, com esta poda de frutificação, são os ramos mais fortes que ficam por volta da copa da árvore. Escolhe-se sempre aqueles ramos que ficam em posição mais aberta e estejam bem distribuídos. Estes ramos devem ser despontados em um terço ou metade do seu comprimento.

Os ramos mais fracos, também chamados de "mistos", geralmente podem ser conservados. Quando a árvore for de uma variedade excessivamente produtiva, a recomendação é fazer um raleio destes ramos mais fracos para reduzir a carga dos frutos. Dos cultivares mais produtivos, e também no caso de pessegueiros especiais para compota, elimina-se mais da metade destes ramos mistos, tendo-se sempre o cuidado de despontá-los logo acima de uma gema de lenha. Nos cultivares pouco produtivos, eles devem ser despontados apenas em um terço.

Desbaste dos frutos — mesmo que violentamente podados, muitos cultivares ainda conservam sobre as plantas uma carga exagerada de frutos, que não conseguem se desenvolver satisfatoriamente, pois existe uma deficiência de nutrientes para todos os frutos. Nestas ocasiões é necessário fazer um raleio, mais ou menos 30 dias depois da queda das pétalas, deixando apenas um fruto para cada 5 ou 6 folhas da árvore. Este raleio irá permitir que todas as frutas atinjam um melhor tamanho e consigam se desenvolver melhor. Dependendo da ocorrência de geadas na época da floração, o ideal é fazer o raleio leve nesta época, corrigindo mais tarde, quando os frutos alcançarem o tamanho de uma azeitona.

Tudo uma questão de prática

O agricultor Léo Piccoli, de Arroio das Antas, em Ijuí, quase pode dizer que se criou no meio de parreiras. Pelo que ele se lembra do tempo de criança, sua família sempre tinha um bom pedaço de terra reservado para o cultivo de uvas. Mais tarde, numa das boas épocas do porco, os Piccoli meio que deixaram de lado esta atividade, que garantia não só a uva de mesa consumida pela família como também a produção de vinho que tornava a adega dos Piccoli bem conhecida pelas redondezas.

É o Léo quem conta que o plantio de parreirais só voltou a ter incentivo maior na família quando ele terminou seu curso de técnico agrícola em Ijuí e voltou para trabalhar na terra como agricultor. O que ele aprendeu na escola apenas complementou o que já sabia sobre o cultivo de uvas. E agora, com a experiência de vários anos, ele é bastante conhecido por sua habilidade em podar os parreirais, não só os da família como também os de muita vizinhança.

É na poda que ele explica estar um dos segredos da produção de uva em qualidade e também em quantidade. É claro que existem outros fatores que tem sua influência, como uma muda bem feita, o local de implantação do parreiral — sempre escolhendo um terreno ventilado, de preferência num declive voltado para o lado Norte — e os tratamentos contra as doenças, que, na sua grande maioria não tem cura nenhuma. O melhor é prevenir um ataque de antracnose, por exemplo, que é conhecida como pinta preta e estraga muito os grãos de uva, porque cura pra doença ainda não se descobriu.

PODA SEM SEGREDO

Se a poda é um dos segredos da boa parreira, não existe, por outro lado, nenhum segredo maior para fazer esta poda. O que é preciso atentar é para a variedade de uva que está sendo cultivada, pois muda a altura do corte de uma variedade para a outra. Aqui na região a variedade mais difundida é a Niagara, uma uva que serve tanto para a produção de vinho como para mesa. Existe também algum parreiral da variedade Concord, mais conhecida como francesa preta, que é mais uva de mesa, e também de Itália, outra uva que não se presta muito bem para a produção de vinhos.

É o Léo quem conta que o mais difícil é se conseguir uma muda boa pelas redondezas. É preciso conhecer muito bem o trabalho de viveiro para fazer uma muda de pega garantida. O Léo explica que no ano seguinte ao plantio do cavalo (o que pode ser feito de maio até fins de julho) se faz o enxerto da variedade escolhida. Este enxerto também deve ser feito no inverno.



Léo Piccoli: a poda é um dos segredos da boa parreira

Se o cavalo é bom, a muda chega a dar um galho de até 10 metros de comprimento. O Léo lembra:

— O certo é quando o enxerto alcança o fio do parreiral e ali é cortado, produzindo dois galhos novos, que se chama de galho produtivo. Se puxa um galho para cada lado, amarrando no fio com um barbante de nylon. Um barbante de estopa não serve, porque apodrece logo. Depois se deixa desenvolver este galho, que não vai produzir praticamente nada no primeiro ano do plantio.

UMA TÉCNICA

A poda propriamente dita vai iniciar no ano seguinte e precisa ser refeita a cada inverno, lá pelo fim do mês de julho:

— Depois que os galhos estão brotando já não presta podar, que os cortes vão prejudicar e enfraquecer a seiva que já está circulando. A gente, como tem muita parreira, nota direitinho este prejuízo quando se atrasa um pouco na poda.

O Léo faz questão de deixar bem claro que existem muitas técnicas de poda. A que ele explica é a que usa em seus parreirais, baseado na experiência que já acumulou no estudar e no lidar com o assunto:

— Se deve deixar galhos de um ano sobre galho de dois anos, escolhendo sempre os galhos mais redondos, que são os mais produtivos e desenvolvidos. Os galhos achatados, mesmo que sejam produtivos, não é aconselhável deixar na parreira.

Nas uvas da variedade Niagara e Concord ele recomenda cortar os

galhos depois do segundo olho (se chama esporão), pois elas têm o defeito de produzir apenas cachos nos olhos que ficaram mais próximos do galho. Dá também para deixar até cinco ou seis olhos, só que com isto se vai deixar um parreiral muito grande sem aumentar muito a produção. Já na variedade Itália, é preciso deixar o galho mais comprido, pois os olhos produtivos são aqueles que estão exatamente mais longe dos galhos:

— Quando a parreira é forte dá para deixar mais esporões. Se ela é fraca, tem que encurtar um pouco mais. Com o tempo se vai pegando a prática e descobrindo o jeito. O caso é que uma parreira fraca é melhor que produza menos, pois senão ela tende a morrer.

O vigor das parreiras vai depender muito também do tipo do solo e sua fertilidade, além de contar bastante a localização e a limpeza do local onde foi instalada. Parreira não gosta de lugar inçado:

— O preferível é pôr capim seco ou palha embaixo da parreira. Muito inço vai tirar os nutrientes do solo que deveriam estar alimentando a muda.

Depois do corte dos galhos também ainda se pode fazer o desbaste dos cachos e de alguns grãos, conduzindo a produção da parreira de acordo com o vigor de cada galho. Não se pode querer exigir muito de uma parreira pois, por ser uma planta bastante sensível, ela pode acabar morrendo. E é uma pena desperdiçar uma parreira que pode produzir até por mais de 20 anos.

CUIDADO COM O TREMOÇO DEPOIS DA SOJA

O tremoço não é planta nova por estas redondezas. É antiga mesmo, talvez até mais do que o próprio trigo, uma lavoura que foi tomando o espaço de muitas culturas de inverno abandonadas pelos produtores por problemas de colocação no mercado e de preço para sua colheita. Só que mesmo sendo planta antiga, na verdade é pouca coisa que os produtores conseguiram guardar de experiência no cultivo desta leguminosa, cultivada há anos atrás apenas como adubação verde.

Agora, há coisa de três anos, começou a voltar o interesse pelo plantio do tremoço e, desta vez, com duas razões: para adubar a terra, aproveitando para não deixá-la descoberta nas áreas onde se foi deixando de plantar trigo, e para produzir semente, buscando atender uma procura cada vez maior por esta planta. E com esta verdadeira febre do tremoço, os técnicos começaram a se preocupar com as conseqüências que ainda pode trazer o plantio sem maior planejamento desta cultura pelas lavouras da região. Só pela procura por semente dá para sentir bem de perto que a área com tremoço vai ocupar uma parte considerável das lavouras de inverno de toda região.

Quem mais fala da preocupação que existe entre os técnicos é o agrônomo Rivaldo Albino Dhein, do Departamento

Técnico da Cotrijuí. Segundo o Rivaldo o plantio de tremoço em sucessão à soja pode acabar trazendo problemas maiores para o solo e para a economia do agricultor do que o próprio binômio trigo-soja.

— Tecnicamente a prática de plantar tremoço depois de soja não é recomendada, pois ambas as plantas são da mesma família — as leguminosas — e sofrem os mesmos problemas de doença. Isto a pesquisa já demonstrou e mesmo alguns produtores já puderam constatar no tremoço a incidência de uma doença chamada de rhizoctonia e conhecida como “mancha em rebolreira”.

O Rivaldo enfatiza que o tremoço é mais sensível que a soja a esta doença e, por esta razão, quando houve algum ataque no tremoço não foi encarado com tanta preocupação pelos produtores. Se a doença desse de atacar a soja muita gente poderia se apavorar, pois a tal da mancha seca a planta e impede a produção de grãos:

— O tremoço, sendo mais suscetível, traz a doença e a deixa no solo. Mais cedo ou mais tarde ela pode atacar a soja se insistirmos em plantar tremoço e soja, na mesma área, durante alguns anos seguidos. Hoje, o problema maior seria esta doença. Mas, com o tempo várias outras doenças começarão também a preocupar.

NÃO É ROTAÇÃO

Para o Rivaldo, trocar o plantio do trigo pelo plantio do tremoço do inverno não é fazer nenhuma rotação de culturas. Só o que se estará fazendo é trocar o tipo de cultura e, ainda por cima, com prejuízo:

— O trigo ainda é uma gramínea, que é uma planta recomendada para ser plantada após uma leguminosa, o que é o caso da soja.

Outro ponto é que uma rotação de culturas não é algo feito apenas com duas plantas, uma de inverno e outra de verão. Rotação é plantar um pouco de cada coisa e sempre em áreas diferentes, cuidando, como diz o Rivaldo, “de alternar gramíneas, como o trigo, a aveia, o centeio, com leguminosas (soja e tremoço) ou brassicas (o caso da colza)”.

O tipo de rotação ideal com o tremoço é plantar no verão uma lavoura de milho na mesma área, ou então de milheto ou sorgo, que também são plantas da família das gramíneas. Estas são plantas que irão se aproveitar bastante da capacidade que tem o tremoço — assim todas leguminosas — de captar o Nitrogênio que existe no ar e depositá-lo no solo. Mas aí também é preciso um certo cuidado:

— Plantar tremoço no inverno e mi-

lho no verão, sempre nas mesmas áreas e em anos seguidos, também não é fazer rotação. Isto é fazer uma rotação de binômio.

AGRICULTURA NÃO É MATEMÁTICA

Rivaldo também diz que é até natural que muitos produtores não tenham ainda encontrado problema nenhum em plantar soja depois de tremoço. E, além de não encontrar problema, até mesmo tenham visto vantagem neste tipo de sistema de plantio:

— Na agricultura nada é exato matemático. Em agricultura, pode ser que somando dois mais dois se chegue a um resultado de cinco, e não de quatro. Mas tudo que é recomendado pela agricultura é resultado de pesquisa, onde se mostram as maiores probabilidades. E este é o caso do tremoço plantado depois da soja e da soja plantada depois do tremoço. Pode ser que alguns produtores plantem por vários anos neste sistema de sucessão de culturas, sem que a soja — como cultura mais importante no momento, e da qual se espera o maior resultado econômico — apresente qualquer problema. Mas se entrarmos num ciclo vicioso, vamos viver com problemas seríssimos. Mais sérios, talvez, que do trigo e da soja.

A experiência ainda é pouca

Experiência maior com o tremoço é fato que poucos agricultores têm para contar. A maioria do pessoal que se interessou em provar outra vez esta cultura, andou pensando mais em recuperar a terra e poupar no adubo da planta de soja ou de milho. Já outros pensaram ainda na dupla finalidade do tremoço: colher para semente e incorporar a matéria verde, usando como adubação.

O seu Dante Boniatti, que planta em conjunto com seus irmãos 70 hectares na Colônia Santo Antônio, em Ijuí, está cultivando pelo quarto ano uma área de tremoço. A planta, pra ele, não é nova. Há coisa de 28 anos atrás, como recorda, já se plantava o tremoço. A chegada do trigo e a perspectiva de ter um rendimento com planta de inverno, fez os Boniatti desistirem do tremoço que usavam apenas como adubação verde:

— Quando voltei a plantar tremoço comecei com pouca coisa, sete, oito hectares. No primeiro ano colhi pra semente e nos outros dois se enterrou e colheu um pouco para o gasto. Este ano se plantou com tremoço 30 hectares. Com trigo e colza se ocupou uns 10 hectares.

Pois o seu Dante tem plantado três anos seguidos tremoço na mesma terra, botando

em cima depois, no verão, a lavoura de soja. E viu vantagem de longe: tanto onde enterrou a massa verde como onde deixou para colher semente, a soja rendeu muito mais do que nas áreas onde não tinha tremoço no inverno. Nestes anos brabos de seca, também a falta de água teve menos efeito na soja do que nas outras áreas:

— É outra planta de soja, que fica uma terra fofa e solta.

Na soja seu Dante só achou vantagem em plantar nas áreas onde antes existia tremoço:

— Mas no tremoço, onde foi três anos seguidos, já apareceu a mancha e morreu a planta.

FICAR ATENTO

Seu Dante até nem sabia desde problema de doença que

podia passar do tremoço para a soja. Tanto que voltou a plantar na mesma área dos anos anteriores. Agora diz que vai ficar mais atento para este problema. Mesmo assim achou difícil plantar milho de semente no tremoço: “nós fizemos o milho, só não controlei se a colza em setembro e novembro, o tremoço é pequeno e não dá para enterrar”.

Foi por pensar em adubação verde que Jaime Hentz, de Chiapetta, resolveu plantar o tremoço de três anos para cá, isto pensando em evitar “de ficar sem terra com o tempo”. Nestes anos de planta ainda não conseguiu reparar resultado nenhum nas terras onde plantou esta cultura de inverno, onde nunca repetiu a mesma área de cultivo:

— Diferença não notei

nenhuma. Por azar ainda tive até que replantar a soja plantada em cima do tremoço, pois veio uma bomba d'água que levou toda lavoura. A ajuda que vi, foi usar menos adubo. Plantei o tremoço na pior terra que tinha, só não controlei se a colza em setembro e novembro, o tremoço é pequeno e não dá para enterrar”.

Ele até nem acredita que seja no primeiro ano que os resultados apareçam: “eles vêm quando a palha estiver mais decomposta. Não dá no ano da planta, mas sim no ano seguinte”. Se não reparou resultado positivo, o Jaime não viu nada que não recomendasse o plantio da soja depois do tremoço. Quem sabe, também com o tempo, estas conseqüências acabem aparecendo.

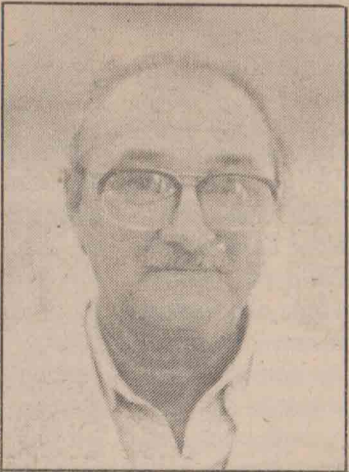
COMPARAR RESULTADOS

Um dos agricultores com mais experiência com tremoço por toda redondeza é o seu Arnaldo Doberstein, que plantou quase toda sua área de 31 hectares em Coronel Barros (Ijuí) com tremoço neste inverno. É o quinto ano que faz a lavoura, que ocupa nesta safra perto de 20 hectares de sua propriedade. No ano passado ele reparou uma doença no tremoço, isto tanto numa área que plantou para si como na área de um vizinho, separada de sua lavoura apenas por uma estrada:

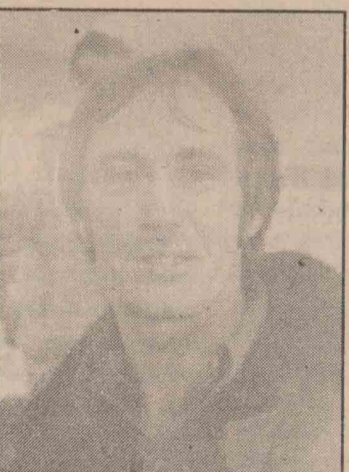
— Reparei primeiro no meu e depois apareceu no vizinho. Daí nós incorporamos. Mas na soja não apareceu problema. Até antes de plantar tremoço eu tinha problema com a soja e depois não apareceu mais. Até agora não achei diferença, só vantagem. Todo agricultor deve fazer um pouco de lavoura de tremoço e o que é para fazer hoje é melhor não deixar para o ano que vem.

Ele também já andou experimentando plantar milho em cima de terra onde incorporou o tremoço:

— Ai não tem dúvida. Quem planta vê o resultado. Dá gosto de trabalhar na terra que tinha tremoço, ela fica mais fértil e fofa. Este ano quero ver se faço mais experiência. Vou plantar trigo onde tinha tremoço e deixar uma tira sem adubo só para comparar os resultados.



Dante Boniatti: só vantagens



Jaime Hentz: resultado não é imediato



Arnaldo Doberstein: reparou a doença

ARROZEIROS NAS RUAS

Produtores de arroz repetem situação do confisco da soja: máquinas na rua em protesto contra o preço.

Ninguém poderia imaginar que uma simples assembléia fosse dar início ao movimento reivindicatório que a classe arroseira já vem fazendo desde o início do mês. Tudo começou no dia 10 de junho, na cidade de Tapes, onde cerca de 400 produtores de arroz de várias cidades gaúchas estiverem reunidos para analisar os problemas da classe. Os produtores já vinham demonstrando há algum tempo o seu descontentamento em relação aos preços mínimos do arroz, considerados muito aquém da realidade, se comparados com os preços exorbitantes dos insumos. Analisando a situação, o pessoal ligado ao arroz achou que estava na hora de se tomar uma posição frente aos descasos por parte das autoridades governamentais em relação à política de preços para o produto.

O movimento ainda ganhou mais força após o 18º Congresso Estadual de Orizicultores, realizado em Rio Grande, também de onde saiu a "Carta de Rio Grande", contendo as reivindicações mais urgentes da classe. A adesão ao movimento vem crescendo todos os dias e, nestas alturas, já são raros os municípios produtores de arroz do Estado que ainda não fazem parte da paralisação. Pode-se dizer que 27 municípios estão participando do movimento, e mais de sete mil máquinas agrícolas deixaram as lavouras para estacionarem em volta das praças, nas ruas e estradas, como sinal de protesto.

AS REIVINDICAÇÕES

Os orizicultores estão reivindi-

cando empréstimos de custeio integrais, ou melhor, VBC em 100 por cento, capazes de atender as reais necessidades da lavoura arroseira; faixas de financiamentos e investimentos suficientes, a juros compatíveis, para atender a renovação do maquinário; preços de comercialização para o IRGA, de acordo com os valores atuais dos custos de produção, com efeito retroativo para as compras que já foram feitas; fixação do preço mínimo em agosto e revisão no início da colheita e ainda a retirada do Governo no mercado, assim como a proibição da importação do arroz.

AMEAÇA DE BOICOTE

Nem mesmo a retirada da produção de arroz importado de mercado e a liberação pela Cacex — Carteira de Comércio Exterior — da cota de 50 mil toneladas de arroz para a exportação, esfriou os ânimos dos orizicultores, que insistem em verem atendidas todas as suas reivindicações. E se a desatenção, por parte das autoridades, continuar, a classe já está ameaçando com uma paralisação total e por tempo indeterminado da comercialização da produção. Outras alternativas ainda em estudo pela classe, para pressionar ao atendimento das reivindicações, seriam o de reduzir a área de arroz para a próxima safra e um apelo direto ao presidente Figueiredo, desconhecendo, portanto, o Ministério do Planejamento, "já que tem demonstrado tanta intransigência em relação às reivindicações da classe".

Feira do Terneiro: sucesso em Ijuí

Mesmo para uma época em que a comercialização de gado anda meio parada, o sucesso da última Feira do Terneiro de Ijuí foi muito grande. Não era para menos a satisfação dos promotores: a Feira de Ijuí foi considerada a maior entre as 18 já realizadas, numa promoção da Secretaria da Agricultura. Mais de 5.500 animais estavam inscritos na Feira para serem comercializados, "e o que veio, foi vendido", assegura Waldir Groff, veterinário da Cotrijuí e um dos organizadores da Feira.

A Feira do Terneiro, realizada dias 1º, 2 e 3 de junho passado, no Parque de Exposições "Assis Brasil", contou ainda com o apoio da Prefeitura Municipal, Cotrijuí e Sindicato Rural.

AS VENDAS

O valor total alcançado com as ven-

das dos 2.202 terneiros comercializados, foi de Cr\$ 25.444.300,00. "Uma cifra recorde, se levado em conta o movimento das outras Feiras do Estado", comenta o Waldir. No final das contas, a média por cabeça, de cada animal comercializado, foi de Cr\$ 11.555,00, e a média por quilo andou em Cr\$ 62,80.

O animal que alcançou o preço mais alto foi adquirido por Cr\$ 17.400,00. O menor preço alcançado foi Cr\$ 8 mil.

A Feira, segundo o Waldir, serviu ainda para mostrar a importância que o novilho de engorde vem adquirindo na região. "Só na Feira de Ijuí, 25 associados da Cotrijuí estiveram comprando animais. Isso vem demonstrar claramente que o número de produtores participantes na engorda de novilhos tem aumentado em muito nos últimos anos".



Foto: Arquivo Zero Hora

A manifestação levou máquinas para as cidades. . .

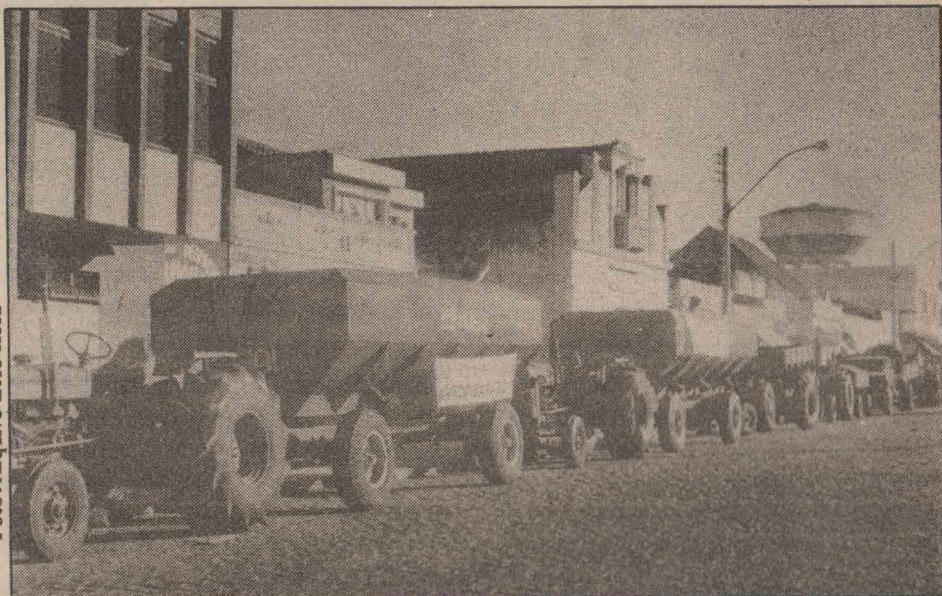


Foto: Arquivo Zero Hora

. . . e sem resolver a situação os produtores ameaçam com boicote



**COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA
SERRANA LTDA. — COTRIJUI**

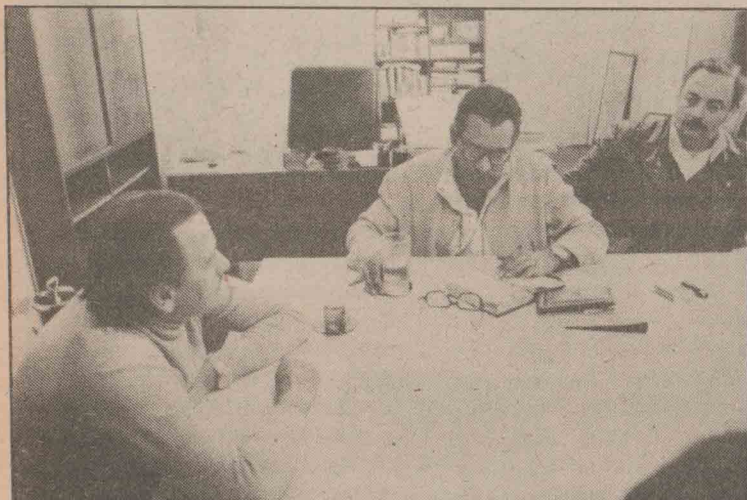
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA VENDA DE MÁQUINAS

A Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda., — COTRIJUI — com sede na rua das Chácaras, 1513, Ijuí/RS., inscrita no CGC.MF sob o nº 90726506/0001-75, comunica aos seus associados que esta procedendo a tomada de preços para venda das seguintes máquinas:

- 1 — Máquinas a venda:
02 (duas) colheitadeiras de procedência francesa, marca BRAUD, modelo 108, especiais para colheita de milho, ano de fabricação 1971, motor Perkins 6 cilindros em linha, turboalimentado, 152 HP. Colhe 4 linhas de milho plantadas a distância de 0,80 mts. Máquinas equipadas com cabine climatizada, descarregador hidráulico, graneleiro para 40 sacos, transmissão hidrostática, reservatório para 341l., direção hidráulica.
 - 2 — As máquinas acham-se expostas no setor de transportes da Cotrijuí, na rua das Chácaras, 1513, nesta cidade.
 - 3 — A cooperativa receberá as propostas dos associados interessandos até as 18 horas do dia 20 de julho de 1981.
 - 4 — As propostas para aquisição de uma ou das duas máquinas deverão ser entregues em envelope fechado, na unidade a que pertencer o associado proponente e dirigido à "Cotrijuí — Concorrência para Máquinas Braud".
 - 5 — Somente poderão concorrer os associados da Cotrijuí.
 - 6 — Podem concorrer os associados de toda a área de ação da cooperativa, inclusive Mato Grosso do Sul, Dom Pedrito e Rio Grande.
 - 7 — O (s) associado (s) que tiver (em) sua (s) proposta (s) aceita (s) terá (ão) o prazo de 15 (quinze) dias para providenciar (em) a proposta para financiamento, relativa a (s) máquina (s) adquirida (s).
 - 8 — A falta de condições para financiamento implicará na perda do direito à aquisição.
 - 9 — A cooperativa se reserva o direito de aceitar uma ou rejeitar todas as propostas, sem obrigação de fornecer qualquer explicação de seu procedimento.
- Melhores informações poderão ser obtidas nas gerências das unidades da Cotrijuí.

Ijuí, 23 de junho de 1981
Euclides Casagrande
Diretor de Operações

Angola busca nossa experiência com a soja



A libertação da Angola, um país africano que tem um oitavo da área territorial do Brasil, custou caro para a economia do país. Durante vários anos foi mantida uma luta armada até acontecer a libertação angolana do regime colonial de Portugal. E até hoje, desde a independência que aconteceu em 1975, os angolanos não conseguiram reestruturar a produção primária nacional.

Foi procurando aprender alguma coisa de concreto sobre a agricultura brasileira, especialmente em relação à soja, que o responsável pelo Departamento de Agricultura do Ministério do Planejamento de Angola, o agrônomo João Maria Peres do Amaral, passou uma tarde reunido com técnicos e o vice-presidente da Cotrijuí, Arnaldo Drews. Sua visita aconteceu no dia 24 de junho e aqui ele manifestou seu interesse em saber o que vem sendo feito na área da produção da soja no Brasil, para poder aplicar uma experiência semelhante na economia agrícola angolana.

Mesmo que o Rio Grande do Sul não tenha nem clima e nem solo semelhantes aos de Angola, é aqui, segundo Amaral, "que está o reino da soja". Em algumas regiões do Brasil, porém, como o Mato Grosso, as semelhanças são muito grandes, e foi mais sobre os resultados que se têm obtido com a soja naquela região que se falou durante a visita. Amaral lem-

brou que depois da independência, restaram poucos agrônomos no seu país:

— Temos uma grande deficiência de técnicos. Hoje Angola tem só meia dúzia de agrônomos. Se nós esperarmos estruturar desde o início uma cultura este será um processo muito demorado até atingirmos a satisfação de nossas necessidades em produção agrícola. Temos que aproveitar a experiência de países amigos, que é o caminho mais curto para atingirmos esta satisfação.

Dos técnicos da Cotrijuí ele ouviu muitas explicações sobre a técnica empregada na produção desta oleaginosa, desde a época do plantio até o armazenamento. O interesse angolano na produção de soja está muito ligado às necessidades internas de produção de óleo comestível e de proteína vegetal para a fabricação de ração. Seu objetivo é transformar esta proteína vegetal em carne de suínos e aves, onde é mais rápido o crescimento e a oferta de carne.

A razão de uma visita ao Brasil está também muito ligada a facilidade que representa a comunicação, já que em ambos os países o idioma falado é o mesmo português. Junto com a facilidade da língua, também pesou na decisão de uma viagem ao Brasil as semelhanças entre os dois países, existindo a intenção de se traçar um programa de cooperação mútua.

CONSOJA MOVIMENTA O MS

Uma proposta de deputados estaduais do Paraná, de criar uma Comissão Nacional para a Soja, a exemplo dos Conselhos do Café e Pecuária, vem despertando grande interesse entre os produtores. Este será um dos assuntos levantados durante o 1º Congresso Nacional da Soja, que acontece em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, de 13 a 17 de julho. A justificativa para a criação do Conselho da Soja, é que a divisão da produção rural em Agricultura de Exportação, Alimentos, Energética e Pecuária, meio que andou esvaziando a capacidade de representação dos meios rurais.

Foram criados setores sem representatividade nenhuma e sem capacidade de levarem adiante os problemas da classe. A discussão de hoje é de que já está na hora de cada setor se organizar e promover sua representatividade junto ao produtor rural. É o caso que ocorre tanto com a soja, como com o arroz e o açúcar, áreas sem nenhuma representatividade.

Alertam os deputados paranaenses e gaúchos de que o momento, a política rural e a conjuntura econômica nacional, estão a exigir a organização do produtor. "O produtor precisa se organizar de tal forma que tenha condições de reivindicar soluções para os problemas da agricultura", dizem os deputados. E, ao mesmo tempo, prometem somar suas forças às do produtor rural.

A "Carta de Campo Grande", programada para sair no final do Congresso Nacional da Soja, deverá ser o documento básico, a contra-proposta dos produtores à política agrícola do Governo. Esse debate em torno da criação de uma Comissão da Soja poderá se intensificar e ganhar força ainda mais em julho, quando estará sendo programada a primeira safra com juros de adubos e com o dinheiro mais caro.

A CLASSIFICAÇÃO

A última reunião da Secretaria Nacional de Abastecimento, Setor de Normas e Padrões de Clas-

sificação da Soja, no Mato Grosso do Sul, não foi vista com bons olhos pelos produtores. A portaria, de número 228/80, que define as normas de classificação e entrega de produtos, diz que a todo produto de melhor qualidade será pago um pouco mais pela saca. Na verdade, a maioria dos produtores está se queixando de que essa remuneração não vem sendo paga. As reclamações do pessoal têm sido grandes. Romeu Nogueira de Paula, do Ministério da Agricultura, por sua vez, diz que as normas de classificação e recebimento de produto precisam ser melhor discutidas. Segundo comunicado de Nogueira de Paula às autoridades do Estado, essa reunião para a redefinição de normas de classificação de produtos poderá ser feita durante o 1º Consoja.

A PARTICIPAÇÃO

O primeiro Congresso Nacional da Soja contará com a participação de cerca de 1.500 pessoas, entre autoridades governamentais, produtores, técnicos e empresários.

Os produtores sulmato-grossenses estão prometendo uma participação significativa durante o Congresso e, para tanto, estão preparando diversos trabalhos que deverão ser debatidos e incluídos nos resultados finais do Consoja. Entendem que é de grande importância a apresentação de um documento, elaborado pela classe, e que espelhe a realidade do homem do meio rural.

Como o Mato Grosso do Sul está constituído por regiões completamente distintas, como as matas tropicais de Dourados — e sua "terra roxa" — e os cerrados do Norte, as condições de produção da soja e as distâncias para o transporte da produção, sempre acabam por elevar os custos. Portanto, cabe a cada uma destas regiões apresentar, durante o Congresso, as suas reivindicações, os seus problemas e as suas sugestões.

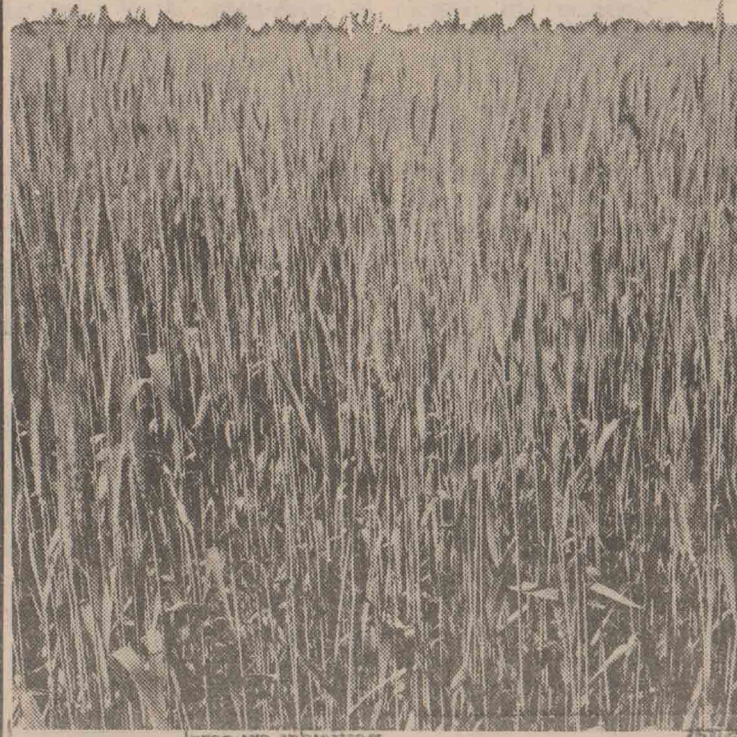
Faça a prova do trigo!

Quando você usar herbicida na soja, não deixe de usar Dual pelo menos em uma parte de sua lavoura. Na hora de plantar o trigo faça a prova: onde passou Dual não há mais resíduos que impedem que o seu trigo cresça forte e bonito.

CIBA-GEIGY



Dual, o herbicida para a soja e que respeita o trigo.



HIPER HUMUS

Agricultor,

Se o senhor não tem esterco ou o esterco custa muito caro, use HIPER HUMUS — Adubo Orgânico Científico —, que custa barato. Procure HIPER HUMUS na sua Cooperativa, ou com nosso Representante de sua cidade.

HIPER HUMUS é o barato que é ótimo!

ELDORADO AGRO PECUÁRIA IND. E COM. LTDA.

Av. Ipiranga nº 978 — 8º andar — cj. 805

Fones: 223-2327/223-1422 — São Paulo — SP.

No Mato Grosso, um estímulo à formação de pastagens

A formação de pastagens perenes, uma prática não muito comum no Mato Grosso do Sul, começa a ser estimulada pela Cotrijuí. O programa vem sendo desenvolvido desde outubro, com a criação de campos experimentais nas unidades de Dourados, Maracaju, Rio Brilhante e Sidrolândia. O técnico agrícola Lucimar Lacerda foi quem cuidou da implantação dos experimentos, com uns 50 cultivares, entre gramíneas e leguminosas, próprios para o clima tropical do Estado.

O trabalho tem a colaboração da Embrapa e do Centro de Treinamento da Cotrijuí, que forneceram as sementes, e agora passa à coordenação do zootécnico Daltro Feltrin. As áreas onde foram plantadas gramíneas como colônias africanas, setária, braquiária, e leguminosas como centrosema, soja perene e leucenas, têm sido visitadas com certa frequência pelos produtores, pois estão localizadas ao lado das unidades.

Segundo Feltrin, a Cooperativa pretende estimular o plantio consorciado de gramíneas e leguminosas, para que os criadores de gado tenham pasto



Lucimar e Daltro: orientações aos produtores

durante o período de junho a setembro. O plantio deve acontecer por volta de outubro, e a intenção é de fazer com que os criadores tenham feno em pé no inverno, sem a necessidade de corte e armazenamento.

Assim, o pessoal do Mato Grosso do Sul acredita que começa a implantar parte da estrutura para incentivo à criação de gado de leite, pois esse também é um projeto prioritário para a região. Além de Dourados, também as outras unidades deverão contar, dentro de algum tempo, com um técnico que vai orientar o produtor na formação e manejo das pasta-

gens. Feltrin lembra que, além de garantir alimentação para o gado no inverno, o pasto vai contribuir para os cuidados com o solo.

Os produtores serão orientados no sentido de implantarem as pastagens em áreas já cultivadas, para que haja recuperação do solo. A proposta é meio nova no Estado, e por isso o técnico acredita que o trabalho vai conseguir resultados a médio prazo, até que os criadores se acostumem com a idéia. O Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte, no Mato Grosso, e o CTC, de Augusto Pestana, irão garantir o fornecimento de sementes.

Seminário sobre Toxicologia

Os produtores e os próprios consumidores de alimentos poderão ficar um pouco mais distantes das ameaças dos defensivos agrícolas, que já intoxicaram e mataram tanta gente nos últimos anos. O agrônomo Sebastião Pinheiro, da Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul e do Sindicato da categoria no Estado, é quem está estimulando uma saída para que esses venenos deixem de prejudicar os que lidam diretamente com inseticidas, fungicidas e outros químicos, e também parem de poluir

rios e colocar em risco a saúde de grande parte das populações das regiões agrícolas.

Pinheiro participou do Seminário sobre Toxicologia, promovido no dia 24 de junho pela diretoria técnica e pela área feminina do departamento de Comunicação da Cotrijuí, em Ijuí. O que ele sugere é que os próprios municípios criem uma legislação especial de controle do uso dos defensivos, pois reconhece que as leis atuais pouco ou nada auxiliam nisso. Assim, jicaria a carga dos

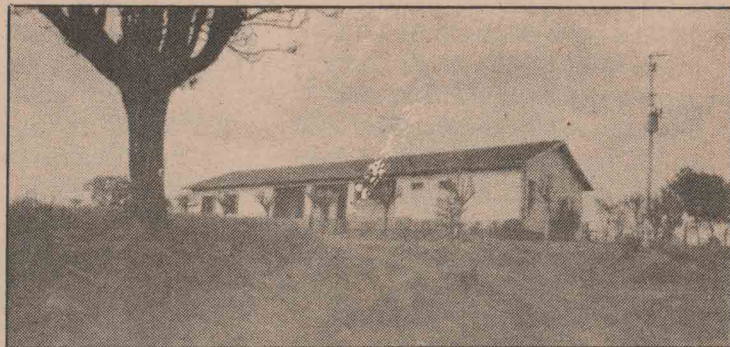
agrônomo, técnicos e outros profissionais de cada cidade, o encaminhamento de sugestões, no caso às Câmaras de Vereadores e à Prefeitura, para que se proíba mesmo o uso de determinados produtos.

A palestra do agrônomo, a colegas da Cotrijuí, veterinários, comunicadores e outras pessoas interessadas no assunto, tratou das conseqüências dos efeitos residuais dos defensivos, que vão se acumulando no organismo humano pouco a pouco. Ele falou para umas 100 pessoas, no auditório da Cooperativa, pela manhã. À tarde, o seminário teve continuidade na Afucotri, com outra palestra, do agrônomo Jorge Brandão Linhares, do Centro de Estudos de Toxicologia, da Universidade Federal de Pelotas. Ele abordou assuntos bem técnicos relacionados com toxicologia, detalhando os efeitos de vários venenos. Ele enfatizou que o receituário agrônomo é uma das medidas fundamentais para combater o uso indiscriminado de venenos, não só de inseticidas como de pesticidas em geral.



Muita gente interessada foi ouvir as palestras

Uma escola em Chiapetta com o nome de Fogliatto



Desde o dia 29 de abril deste ano a antiga Escola Rural Fazenda As Brancas — da localidade de As Brancas, em Chiapetta — leva o nome de Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Luiz Fogliatto. Esta foi a forma que a comunidade, através do Círculo de Pais e Mestres da Escola, encontrou para homenagear o líder cooperativista, que foi presidente da Cotrijuí de 1966 a 1972, ano em que faleceu.

Há quase quatro anos atrás o CPM mandou um ofício para a Secretaria Estadual de Educação comunicando a sua decisão. Mas só agora, em abril, é que o nome ficou oficializado, com a publicação de uma portaria no Diário Oficial do Estado.

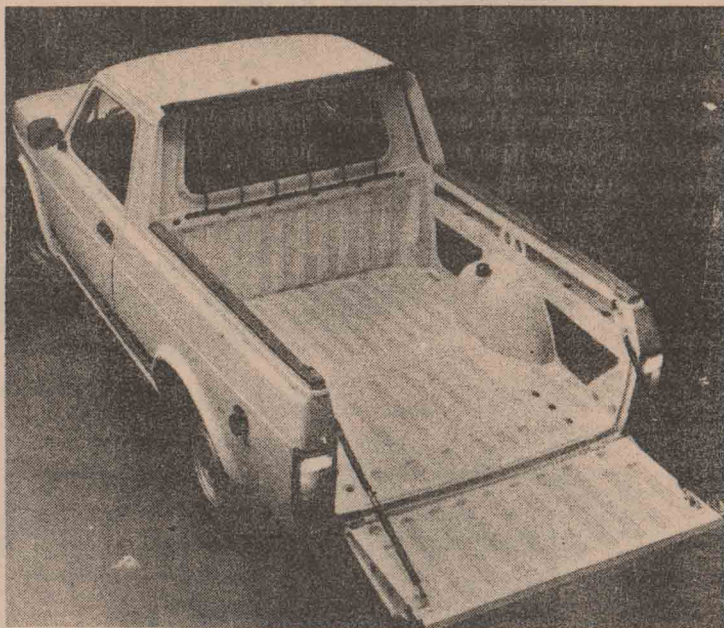
No ofício encaminhado pelo CPM, eles justificam o nome de Luiz Fogliatto como patrono da escola, por sua grande influência no desenvolvimento

da agricultura na região. Ainda comentam que "as idéias lançadas pelo Sr. Luiz Fogliatto no campo na agricultura trouxeram grandes transformações sócio-econômicas", além de "ter sido o grande cooperativista um dos pioneiros na lavoura mecanizada no plantio do trigo e da soja" e "um incentivador e colaborador nas iniciativas que visassem o bem-estar das crianças".

Outro ponto lembrado pelo CPM foi "o grande apoio da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. à Escola, tendo inclusive executado um projeto de arborização, plantando 350 árvores de essências florestais e 100 de árvores frutíferas, dando um belo exemplo à comunidade".

A escola atualmente tem 37 alunos matriculados nas cinco primeiras séries do 1º grau, onde recebem a orientação dos professores Milton José e Eni Ana Savarez.

CARGUINHA PESADA.



A NOVA PICK-UP FIAT TRANSPORTA MEIA TONELADA.

Chegou a nova Pick-up Fiat. Agora com a capacidade aumentada de carga de 1/2 tonelada. Tem a agilidade e todas as qualidades dos veículos da linha Fiat. É prática. No compartimento de carga você pode levar tudo o que precisar. Além disso ela tem a porta traseira basculante, o que permite acomodar maiores volumes e facilita o transporte de objetos longos. É versátil. As dimensões externas fazem da Pick-up Fiat o transporte ideal para as áreas urbanas. É sua suspensão redimensionada permite que ela enfrente com tranquilidade as estradas e os terrenos difíceis da área rural. É confortável. Bancos anatômicos, teto forrado, painéis em material antichoque com instrumentos de leitura fácil. É econômica. Com seu moderno motor 1.300 cc a gasolina ou a álcool, a Pick-up Fiat apresenta ótima economia e excelente desempenho. Resultado da tecnologia Fiat reconhecida em todo o mundo. Peça numa concessionária para conhecer a nova Pick-up Fiat.



A FUNÇÃO DA CENTRAL

Em assembléia geral extraordinária do dia 16 de junho passado, foi eleita a nova diretoria da Cooperativa Central Gaúcha de Hortigranjeiros. Hermes Antonio Bitencourt, da Coopibi (Cooperativa Agrícola Mista de Ibiraiaras), e Reni Pedro Ely, da Coopave (Cooperativa Mista do Alto Taquari) foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da CCGH.

Criada ainda no ano passado, a Central de Hortigranjeiros está constituída por 10 outras cooperativas singulares, que são a Cotrijuí, Coopave, Coopibi, Rolante, Antonio Prado, Cosulagri, Sobradinho, Coapel, Cotrisel e Nova Petrópolis.

O Centro de Administração da Central está instalado na rua Fernando Ferrari, 1001, Loja 5, Porto Alegre. A parte operacional fixa, encarregada pelo recebimento e comercialização dos produtos hortigranjeiros, está instalada nos boxes 17, 18, 19 e 20, bloco A-1, na Casa (Centrais de Abastecimento S.A.), em Porto Alegre.

PRIMEIROS CONTATOS

Mesmo ainda em fase de estruturação burocrática, a nova diretoria da CCGH já está procurando ter um contato mais direto com as cooperativas associadas. "É um trabalho de sondagem, que começamos pela Cotrijuí", falou o presidente da CCGH, no final de junho, durante a reunião com diretores e pessoal técnico da Cotrijuí.

Num primeiro momento, antes mesmo que se inicie o trabalho de comercialização dos produtos a serem entregues, a CCGH está procurando saber o que cada uma das cooperativas associadas espera da Central. Está se informando tam-

bém da possibilidade de produção de hortigranjeiros de cada uma e, ainda, que tipos de produtos poderão ser fornecidos.

Também paralelamente a este trabalho de sondagem, está sendo feito um levantamento, à nível de consumo estadual, para saber bem



Hermes Bitencourt: trabalhar em cima de dados

ao certo, os tipos de hortigranjeiros mais consumidos. "Queremos saber o que o Estado está importando, a quantidade e a época", diz o Hermes Bitencourt. "Somente a partir desses dados é que teremos condições de orientar nossas associadas quanto a produção de hortigranjeiros, nas épocas em que precisaremos comprar de fora". O que a Central quer mesmo é que não aconteça muito de se produzir determinado produto em excesso:

— É preciso que haja um certo equilíbrio de produção. Que não sobre produto numa época e que não falte noutra.

As intenções da nova diretoria da CCGH são de começar a comercializar produtos, tão logo suas associadas tenham condições de oferecer hortigranjeiros para colocar no mercado. A Central vai atuar como compradora desses produtos, e repassar a outras cooperativas, que podem ser as próprias associa-

das que não disponham daquele produto, ou ainda com terceiros.

PREOCUPAÇÕES

Hermes Bitencourt e Leonardo Melagarejo, gerente da Central, durante os contatos que fizeram na Cotrijuí, ouviram as sugestões e as preocupações da diretoria da cooperativa, com relação ao funcionamento da Central. Diretores e técnicos da Cotrijuí falaram de suas dúvidas com relação a capitalização, a formação de preços, a quantidade de produtos a serem comercializados pela CCGH, a administração dos Centros Regionais e a forma de abastecimento desses centros. A Central vai ter condições de comercializar tudo o que suas associadas produzirem? Ou as cooperativas só devem produzir aquela quantidade que a Central programar? O tratamento dado a terceiros, em termos de preços, deverá ser o mesmo dispensado às cooperativas associadas? Estas, e outras tantas perguntas, demonstraram claramente a preocupação da Cotrijuí com relação ao funcionamento da Central.

O pessoal da CCGH, que veio a ljuí mais para ouvir do que para falar, levou várias sugestões, que deverão ser debatidas, também nas outras cooperativas, sobre o funcionamento da Central. Bem no fim, Luis Régis do Amaral, diretor superintendente da Cotrijuí, disse que "estamos vivendo uma época em que muita gente fala em diversificação, quando na realidade, nem mesmo o próprio produtor tem capacidade de diversificar pela falta de estrutura. Por essa razão, estamos confiantes na Central. Achamos que ela deverá ser o marco inicial da capitalização do produtor".



Uma reunião para buscar informações e trocar idéias

Compre nas
Lojas Cotrijuí
os produtos
da Walita

WALITA
Produtos Honestos

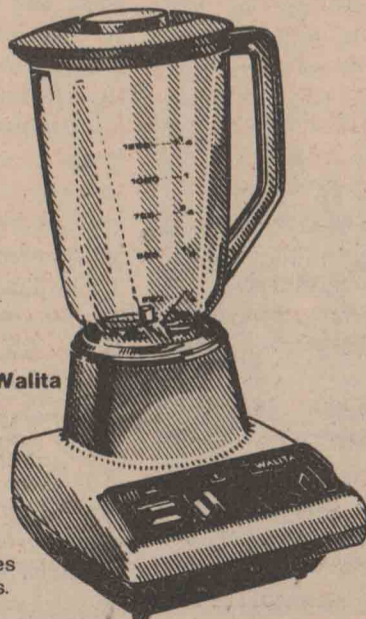


Novo Aspirador Portátil Walita.

• Acessórios para aspirar tudo: tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, móveis estofados e até o pó dos cantos mais difíceis

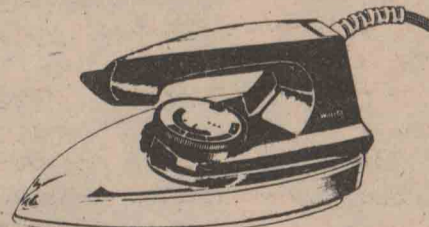
Liquidificador Walita Polivalente - LI

- Motor com avançados recursos. Não desperdiça energia.
- Dez velocidades pré-programadas.



Batedeira Walita - Topa-Tudo

- Topa qualquer massa. Moderníssima. Muito leve.



Ferro Automático Walita

- Levíssimo. Uma temperatura certa para cada tipo de tecido.

A LAVOURA NO MÊS



HORTALIÇAS DIVERSAS

Os meses de junho e julho são ainda apropriados para efetuar o transplante de hortaliças, pois como a umidade do solo agora está aumentando, normalmente se tem um índice de pega muito bom.

A semeadura de hortaliças de inverno pode ser continuada, sendo que seu transplante deve acontecer durante o mês de agosto, garantindo assim a continuidade da produção.

Mesmo que a maioria das hortaliças resista bem ao inverno, algumas espécies podem ser prejudicadas se as geadas e o frio forem muito intensos. Este é o caso, por exemplo, da alface e do repolho.



PARREIRA

O tratamento das videiras durante o inverno é decisivo para que se obtenha um melhor resultado na produção. Se não fizermos um tratamento de inverno, também os tratamentos de verão terão uma eficiência baixa. Alguns fungos e cochonilhas são eliminados com este tratamento, usando produtos que não podem ser empregados na fase de crescimento da videira, pois causam sérios danos à massa verde.

Assim, recomenda-se a calda sulfocaleira, onde o enxofre e o cal são os componentes de ação fungicida. São produtos baratos,

pouco tóxicos e pouco poluentes. A calda é constituída na razão de 10 litros de água, dois quilos de enxofre e um quilo de cal virgem.

Sua preparação pode acontecer da seguinte forma: ferver a água; peneirar o enxofre; misturar uma parte de água com espalhante e enxofre num balde, até ficar uniforme; queimar a cal em outro recipiente; despejar o enxofre com água sobre a cal que está sendo queimada e ferver esta mistura; completar a dosagem de água e deixar ferver por uma hora; deixar esfriar, peneirar e guardar.

Esta calda pronta pode ser misturada na proporção de 5 por cento (0,5 litros para cada 10 litros de água) para a aplicação no parreiral.



ALHO

As recentes chuvas têm contribuído para uma maior uniformidade das lavouras de alho. Desta forma, atualmente, o aspecto vegetativo tem melhorado sensivelmente.

Neste período ainda podem ser plantados os alhos das variedades tardias, como a "Portela". Quem tiver alguma semente da variedade "Chonan" também ainda pode cuidar do plantio, mesmo que normalmente esta variedade não tenha apresentado bom desenvolvimento nesta região do Estado.

A limpeza da lavoura deve ser observada, pois a concorrência com o inço na fase inicial do desenvolvimento da planta pode reduzir bastante a produção.

Lembra-se também aos produtores que devem observar se a planta está em pleno desenvolvimento, pois se o vigor for baixo deve-se aplicar uréia para corrigir esta situação. O

bórax também deve ser aplicado neste período. Apesar deste produto não mostrar os seus resultados imediatamente na lavoura, ele é muito importante para manter a consistência dos bulbos após a colheita, diminuindo assim o chochamento e a quebra de peso.



CEBOLA

Região Pioneira: o transplante de cebola está em pleno andamento, com

as mudas apresentando uma excelente condição de desenvolvimento.

As invasoras — inços — de inverno estão agora começando competir com a cebola. É por esta razão que se deve observar bem a limpeza da área, pois neste período inicial elas podem reduzir bastante o potencial de produção da lavoura. Recomenda-se a capina manual como prática mais econômica e eficiente de controle dos inços.

A cobertura com uréia pode agora ser efetuada, aplicando a dosagem de 50 quilos por hectare. Esta operação beneficia sensivelmente a produção, mas deve-se ter o cuidado de não fazer a cobertura com uréia muito tarde, pois então a planta

terá a tendência de se tornar muito vigorosa e produzir um produto de baixa qualidade.

BATATA

Os produtores que se dedicam ao cultivo de batata já podem reservar a semente junto às unidades da Cooperativa. Quem quiser financiar sua lavoura pode procurar o Departamento Técnico, que elaborará as propostas que serão encaminhadas ao Banco do Brasil.

A Cooperativa dispõe de produto para forçar a brotação da batata, obtendo-se assim maior uniformidade na lavoura. Para maiores informações consulte os integrantes do Departamento Técnico na sua unidade.

Sojicultor: (011) 284-2322 - S. Paulo
10 segundos para sua lavoura.

K-Mag®

K₂O 22%
Mg 11%
S 22%

ESTE TELEFONE TEM UMA ÓTIMA NOTÍCIA PARA A ADUBAÇÃO RACIONAL DE SUA LAVOURA.

A racionalização na adubação está ao alcance de suas mãos. Ligue agora mesmo e em dez segundos você fica sabendo como obter ótimos resultados para as culturas de café, soja, trigo, milho, pastagens e fruticultura.

K-Mag, sulfato de potássio e magnésio, contém 3 nutrientes indispensáveis para a sua lavoura.

Pode ser usado como elemento simples ou, se solicitado ao seu fornecedor, pode ser incluído nas fórmulas NPK.

K-Mag: 22% de K₂O,

11% de Mg, 22% de S.

K-Mag, como fonte de potássio é isento de cloro.

K-Mag contém magnésio numa forma alta e prontamente solúvel e serve como complemento aos calcários dolomíticos e calcíticos.

K-Mag, como fonte de enxofre, induz

a melhor absorção do nitrogênio disponível no solo.

K-Mag, além de suas características técnicas exclusivas, não altera o pH do solo e mantém uma adequada relação de equilíbrio entre potássio e magnésio nas plantas.

Ligue, agora mesmo, são só dez segundos. Mas se demorar um pouquinho mais, não desista. Sabe, é que tem muita gente querendo K-Mag.

K-Mag é registrado na CATI (SP) n.º 07438

TRANSQUÍMICA INTERNACIONAL

REPRESENTANTE NO BRASIL DE:

TRANSQUÍMICA INTERNACIONAL REPRESENTAÇÕES LTDA.
Avenida Paulista, 453 - 2º andar - Fone: (011) 284-2322
CEP 01311 - Telex: (011) 22885 TRRL - São Paulo - SP

DUVAL SALES CORPORATION
PENNZOIL PLACE P.O. BOX 2967
HOUSTON - TEXAS 77001 - USA

PROAGRO: COMO É FÁCIL CULPAR O PRODUTOR

Um técnico credenciado por algum órgão do governo, para vistoriar lavouras, pode entrar até no galpão de um produtor, para saber se não há produto escondido? Se pode ou não pode, isso vem acontecendo, e não é de hoje que os produtores se sentem constrangidos com a fiscalização que esses órgãos fazem em suas propriedades. Agora, essa questão ganha maior importância, e vira uma queixa principalmente do pessoal que se viu acusado de ter usado indevidamente os recursos da última safra de inverno, ou de ter desviado parte da produção.

Uma parte desses produtores acusados já está com solução encaminhada. Nesse caso, estão os que tiveram problemas com as medições de suas lavouras. Na hora de confrontar a área declarada pelo produtor e a constatada pelos medidores, o Banco disse que muita gente havia plantado em lavouras com extensões menores que as reveladas nos contratos de financiamentos. Essa história deu muito o que falar, e aí pelo início de maio o Banco do Brasil recebeu uma instrução de Brasília, para exame de cada caso.

A maioria dos produtores que solicitaram o Proagro e que tiveram lavouras com redução, segundo o Banco, teve cobertura da indenização apenas sobre a área que teria sido plantada. O resto da lavoura ficou sem garantia do Proagro, e o produtor teve que devolver o dinheiro do financiamento referente a parte não-plantada.

O JURO CORRE

Mas o problema não termina aí. Outros produtores, que também tiveram Proagro indeferido, continuam numa situação danada de difícil. Estes tiveram uma safra bem inferior à colheita prevista pelos técnicos que vistoriaram a lavoura, e agora estão ameaçados de ter que devolver parte do financiamento retirado, mesmo que pouco tenham colhido. Enquanto os envolvidos no caso das medições eram acusados de desviarem verbas do custeio, estes são apontados como "desviadores" da produção. É claro que essa acusação não é dita assim, diretamente, mas fica clara a partir do momento em que o Proagro foi negado.

O indeferimento do Proagro é parcial. Explicando melhor, a indenização não cobrirá parte da produção que o banco diz ter faltado, considerando as estimativas dos técnicos que fizeram as vistorias. E também nesse caso o produtor terá que devolver o dinheiro da produção que faltou. Os recursos desses agricultores estão em Brasília, sendo examinados pela Comissão Central de Recursos do Banco Central, e até agora não se tem resposta desse órgão. Enquanto a resposta não vem, o juro vai correndo, pois o produtor terá que devolver o dinheiro do custeio corrigido, com uma taxa de mais ou menos 70 por cento ao ano.

TÉCNICO DESCONFIADO

Alcei Cerezer, de São Pedro do Pontão (Tupanciretã), é um dos muitos agricultores nessa situação. Foi na sua propriedade que um agrônomo das vistorias andou querendo ver o galpão, por desconfiar que havia trigo estocado. Alcei plantou 11 hectares de trigo na última safra, e depois da geadada forte de setembro comunicou as perdas, e calculou a quebra em 80 por cento. Tempos depois, o agrônomo apareceu por lá, para fazer a estimativa de colheita, e achou que a quebra seria de apenas 40 por cento. Alcei é quem conta:

— Eu disse que o trigo estava ruim, mas ele disse que não, que ainda saía muita coisa. Depois da colheita ele voltou e até perguntou: mas ué, o trigo voou da lavoura? Disse isso e quis ver o galpão.

Alcei acha estranho que sua opinião não tenha sido considerada, e fica aborrecido com tanta desconfiança. "Se eu não colhi, como os outros também não colheram nada, por que eu não ganho Proagro?" — pergunta ele. Alcei vai ter que pagar uns Cr\$ 83 mil ao banco, se o Proagro for mesmo indeferido. "Vou ter que me virar e arranjar um jeito de pagar, mas isso não era coisa que se pagasse". Ele lembra até que outros agrônomos que olharam sua lavoura haviam dito que dali não saía nada de trigo. No fim, ele colhe só uns 30 sacos.

DUAS ESTIMATIVAS

Seu Theobaldo Menno Voigt, da Ponte do Ijuizinho



Alcei Cerezer: vistoria até no galpão

(Augusto Pestana), enfrentou a mesma coisa. Ele plantou 27 hectares de trigo, e a geadada terminou com a lavoura. O agrônomo da vistoria, que se apresentou como credenciado pela Emater, até arriscou afirmar que ele não colheria 10 por cento do previsto. Se fosse assim como o técnico disse, e calculando um rendimento inicial de mil quilos por hectare, seu Theobaldo não colheria 2.700 quilos daquela safra. Mas quando foi chamado ao banco, para tratar do Proagro, o produtor levou um susto:

— O agrônomo tinha previsto uma safra de 14 mil quilos, e no fim eu acabei colhendo só uns 4.700 quilos. Quer dizer que no início ele disse que eu não colheria 10 por cento, e depois apareceu a estimativa de 14 mil quilos. Como é que isso acontece?

Norbert Voigt, filho do seu Theobaldo, lembra até que em duas lavouras de perto aconteceram coisas também bastante curiosas. Uma lavoura está ao lado da outra, e o técnico disse que numa delas o trigo poderia até ser queimado, que não daria nada. Pois o dono da lavoura não obedeceu a ordem e colheu uns seis sacos por um. Norbert estranha que os técnicos das vistorias façam recomendações como essas, e até dêem parecer diferentes para uma lavoura do lado da outra. Mas ele não se espanta, porque tem um irmão que é agrônomo de outra região e dia desses apareceu em Augusto Pestana dizendo que não conhecia uma lavoura de linhaça.

— Para a vistoria do ano passado, veio até gente de Estrela ver o trigo, sem saber nada de trigo. Agora eles alegam que a gente roubou trigo. Nós vamos ter que pagar uns Cr\$ 67 mil, sem contar os juros.



Norbert e Theobaldo Voigt: ficam Cr\$ 67 mil por pagar



Alvin Bonamann: acusação ofende

MAIS DE 100 POR CENTO?

Norbert concorda com o Alcei Cerezer, que sugere que os agrônomos estejam na lavoura na hora da colheita, "se é que têm tanta desconfiança". A acusação ofende mesmo o agricultor, como diz o seu Alvin Carlos Bonamann, das Linhas 4 e 5 Oeste (Ijuí). Seu Alvin plantou 21 hectares de trigo, e enfrentou os dois problemas: o da medição e o da estimativa. Mesmo que sua lavoura tenha sido medida depois, a pedido dele, e que a redução acusada pelo banco tenha sido desmentida, de nada adiantou essa providência, e ele pagou Cr\$ 28 mil.

No caso da estimativa, o agrônomo que fez a vistoria, depois da geadada, previu uma colheita de 450 sacos. No fim, seu Alvin colheu um pouco mais de 20 sacos e ficou sem o Proagro. É tudo isso aconteceu, apesar de ter comunicado uma perda estimada em 100 por cento, pois o trigo foi arrasado. Numa carta que recebeu do banco, seu Alvin foi comunicado de que deveria comunicar as perdas que aconteceram depois da geadada, e aí é que ele se surpreende:

— Mas como é que eu ia comunicar novas perdas, se eu já tinha perdido tudo? Se eu ficar sem o Proagro, vou ter que devolver uns Cr\$ 150 mil.



José de Medeiros: largar financiamentos

O que eu estranho é que na hora do financiamento, a parte do Proagro já é apartada, mas depois na hora de pagar surge tudo isso.

TRIGUILHO NÃO SERVE

Em Esquina São João, em Coronel Bicaco, o seu José Odracil Fanezi de Medeiros faz a mesma queixa. Ele já pensou até em devolver o dinheiro ao banco, para se ver livre da acusação "e largar dos financiamentos de uma vez". Mas e tirar quase dois milhões de cruzeiros da onde? Essa é quantia que seu José tem que devolver, porque colheu quase só triguielho. O agrônomo achava que ele deveria colher trigo, e nesse caso vale é a opinião do técnico, porque seu José nem ficou sabendo da estimativa dos dois homens que fizeram a vistoria.

Além da geadada de setembro, a lavoura de seu José, com 100 hectares, pegou chuva forte antes da colheita. Mas isso, segundo ele, também parece que não conta. Ele e os outros produtores que estão nessa enrascada vão ter que esperar uma decisão de Brasília. E, enquanto esperam, a maioria desses produtores se pergunta se esses técnicos que pouco entendem de trigo, que invadem galpões, que fazem estimativas erradas, são mesmo os culpados dessa fiscalização que pune muito e orienta pouco.



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

UM COSTUME INTERESSANTE

Na época da escravidão, a separação entre brancos e escravos era muito forte. Em Minas Gerais, na cidade de Ouro Preto, ainda hoje existem igrejas que eram usadas pelos brancos e outras que eram usadas pelos negros. Contam por lá que, na época da mineração, os negros passavam graxa nos cabelos antes de entrar na mina do Morro Queimado, para extrair ouro para seus senhores. Ao saírem da mina eles iam para a sua igreja fazer seu agradecimento. Os brancos não entendiam o porquê deste costume. Acontece que fazia parte do ritual de agradecimento lavar a cabeça em uma pia especial, cuja água ia sendo depositada em um grande tanque. No fundo deste concentrava-se pouco a pouco o ouro em pó que havia grudado na carapinha dos

negros durante o trabalho. O ouro foi sendo juntado pouco a pouco e utilizado para alforriar, isto é, comprar a liberdade de muitos negros. Contam, inclusive, que entre os escravos libertos estava Chico Rei. Enquanto vivia na África, antes da escravidão, o escravo Chico Rei era um homem e governava seu povo. Agora com a alforria ele organizou os negros que foram sendo libertados e trabalhavam para conseguir recursos e assim comprar a alforria de outros escravos. Para os brancos esta organização dos negros em Quilombos foi tornando-se perigosa, pois eles sentiam que fortaleciam-se cada vez mais os movimentos dos negros na busca de sua liberdade perdida.



Alô, amiguinhos!

Estamos felizes porque vocês estão enviando para o Cotrisol, suas colaborações, através de bonitas cartinhas como estas:

"Cada um tem o direito de viver. Para um dia poder contar a sua história"... Assim inicia a cartinha de Marilene Checalski dos Santos, de 10 anos. Ela nos conta que mora longe da vila - Vila Jóia - Tupã.

Sandra Denise Simão, escreve de Fundo Grande: "Acho o Cotrisol muito interessante e penso que ele ajuda a nós crianças crescermos um pouco mais em nosso conhecimento".

Da Linha 23 - Ajuricaba - Carlos Arlei Bandeira "... Escrevo ao Cotrisol que eu gosto muito. A cada mês tô ligado nele...!"

Também enviaram cartinhas, com muitas contribuições, que publicaremos nos próximos números, os seguintes leitores:

Patrícia Simonian, de 10 anos - IJUI - Leonel Cortes Bueno e Adilson Hintz de Coronel Barros - Alice Woieichoski, de Madeireira, Ajuricaba - Fábio André Walter - 7 anos, de Augusto Pestana, Adriane R. Santos - Esquina Renz, Augusto Pestana, e Getúlio Cortes Bueno, de Coronel Barros (Ijuí)..

Ei, você aí!
Por que está assim pensativo? Anima-se e participe, você também do Cotrisol, assim, como fazem seus amigos.



LIBERDADE AOS ESCRAVOS

Paulo Afonso Zarth



Quando se fala em escravo nós logo imaginamos um homem negro trabalhando nos canaviais ou cafezais, uma mulher negra cuidando da casa de uma portuguesa enérgica e exigente, vários homens pretos acorrentados e chicoteados por um português chapeludo e de arma na mão. Pois é verdadeira essa imaginação, eram essas situações enfrentadas pelos africanos trazidos para o Brasil à força, empilhados em navios sujos e fedorentos.

Depois de relembrarmos esta situação danada do escravo, voltamos para o ano de 1888 quando imaginamos o fim da escravidão, liberdade para os escravos. Os deputados teriam ficado comovidos com os escravos? A Princesa Isabel teria levantado de bom humor e resolvido assinar a Lei Áurea? Vamos ver como aconteceu isso:

Os ingleses haviam

proibido o tráfico de escravos: primeira lei a favor dos escravos. — Pelo menos os negros africanos não mais andariam naquele navio imundo. — Mais tarde decidiu-se que os filhos de escravos nascidos a partir do ano de 1871 seriam livres. Com isso os negrinhos estavam libertados mas teriam que ser criados pelos proprietários até completarem oito anos. "Negrinho, encilhe o cavalo. Busque isso, faça aquilo" — lá ia bem mandando o menino "livre", trabalhando para o patrão.

Falta gente para trabalhar na lavoura de café: escravo da África inglês não deixa trazer. "Vamos buscar alemães, italianos e japoneses e pagaremos salário a eles!" E vieram os imigrantes em busca de trabalho e de salário. O fazendeiro não era dono do imigrante como o era do escravo, mas comprava o trabalho dele a troco de

um salário miserável que acabava por ficar no bolicho do próprio fazendeiro. Na verdade era mais negócio pagar pelo serviço do imigrante do que comprar escravo e sustentá-lo.

Por que então não libertar o escravo e pagar um mísero salário para ele? De fato, assim se fez e mais de setecentos mil homens pretos passaram a ganhar salário e gastar este dinheiro. Eram 700 mil novos compradores, para as indústrias de manufaturados.

Libertar os escravos não foi bondade de ninguém, foi um bom negócio!

No dia 13 de maio os escravos ficaram faceiros, festejaram e cantaram, afinal estavam livres! — Nos dias seguintes os homens livres estavam trabalhando nas fazendas como empregados. Sem terra, sem casa e sem comida, o homem preto continuou na sua miséria.

LOTERIA INSTRUTIVA

Se a primeira resposta for certa, marque coluna um; se a correta for a segunda, marque coluna dois; se as duas estiverem erradas, marque coluna do meio; e se as duas estiverem certas, marque colunas 1 e 2.

		1	X	2
1	Instrumento musical de origem africana é: Flauta e Gaita x Tamborim e Reco-Reco	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	O ano da "Abolição da Escravatura": 1888 x 1808	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	Data voltada ao negro: 13 de Maio x 20 de Novembro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4	A Lei do Ventre Livre representou para a criança negra: A Liberdade dos fazendeiros x continuou dependente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5	O negro africano foi trazido pela necessidade de braços para: Agricultura x Mineração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6	Os escravos fugitivos juntaram-se aos: Quilombos x Senzalas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7	Abolição dos Escravos na área econômica proporcionou: Crescimento do mercado x mais consumidores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8	O comportamento do negro caracterizou-se pela obediência, serviço e submissão aos brancos: Não x Sim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9	O trabalho dos abolicionistas pretendia: Uma solução para o negro x Interesses próprios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	Diferença entre o branco e o negro: Ainda existem x Não existem mais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	Os portugueses trouxeram escravos da África porque: Camponeses da Europa não viriam x O negro é trabalhador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	Banzo é: Tribo africana x Doença da saudade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	O negro, quando eventualmente enriquece: Fortalece sua cultura x Desinteressa-se pela causa do negro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

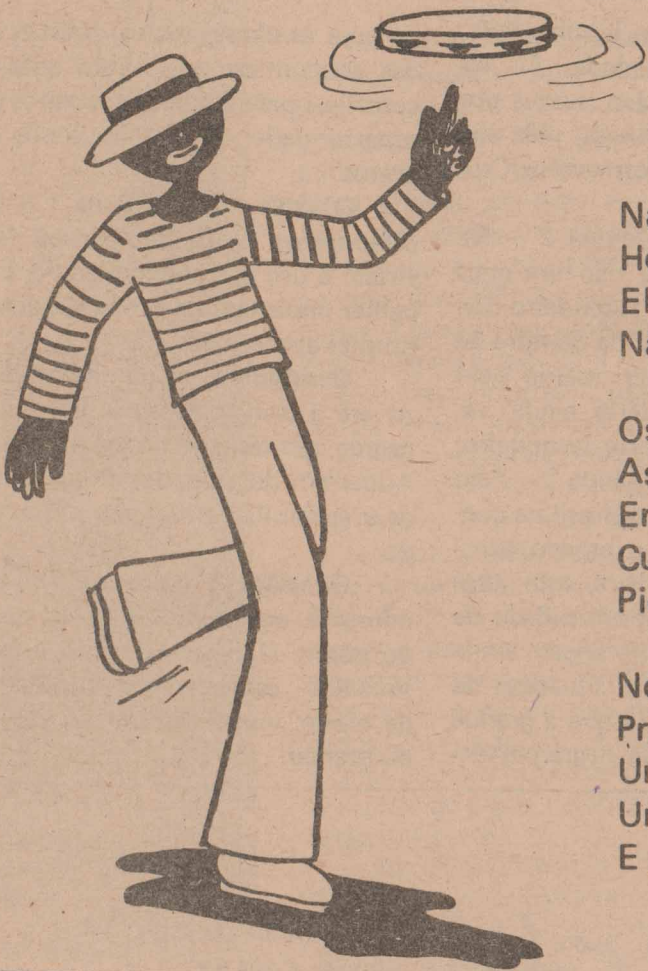


UM SAMBINHA

Na música de origem africana, o ritmo é marcante. O samba é um exemplo. Na maioria das vezes, os instrumentos usados no samba são: o pandeiro, a bateria, o tambor, o côco.

A Morte de Chico Preto

Clementina de Jesus



Na morte de Chico Preto
Houve muita tristeza no arraiaá
Ele era compadre de todos,
Não havia crianças pagãs no lugá

Os grandes rezavam em excelência
As crianças chamando o padrinho a chorá
Era mestre benzedura
Curava quebrante, tosse e queimadura
Picada de cobra não soube curá

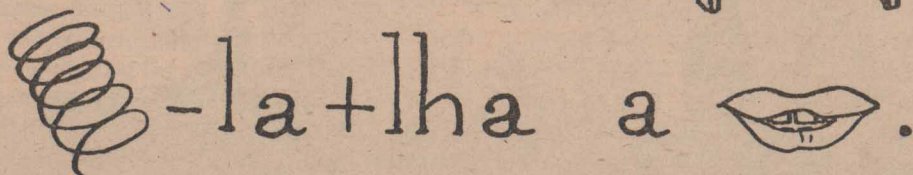
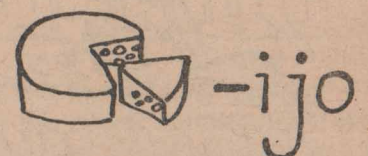
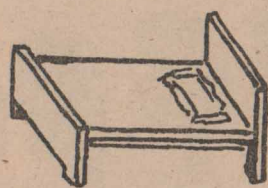
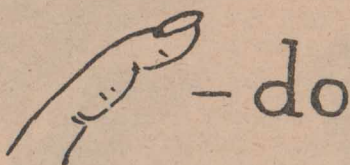
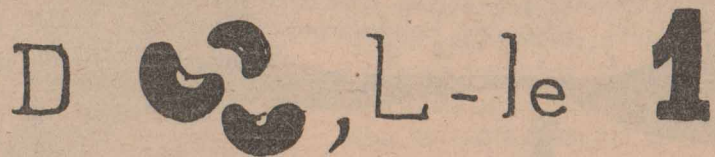
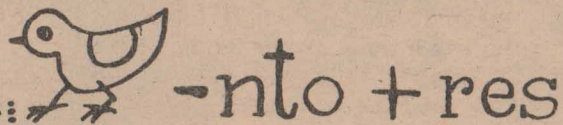
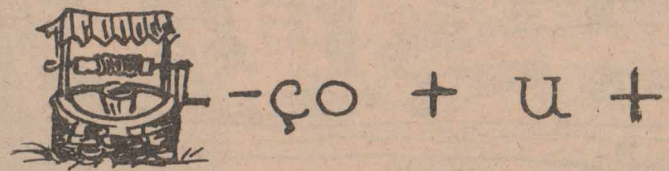
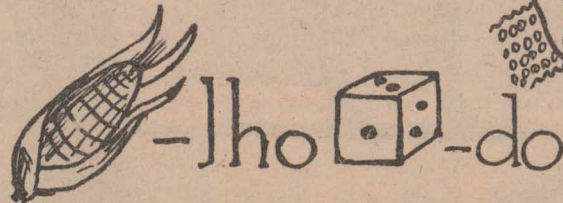
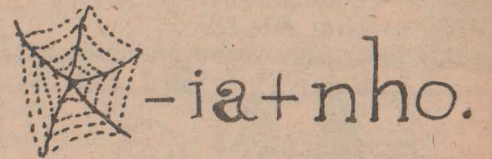
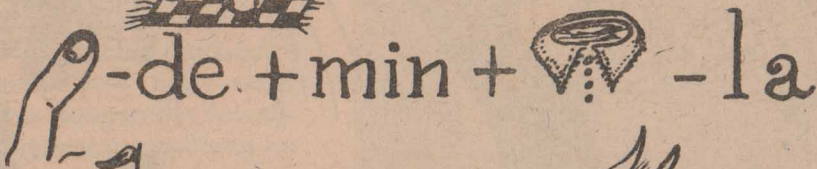
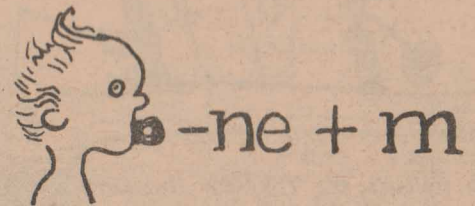
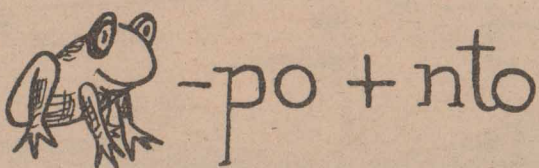
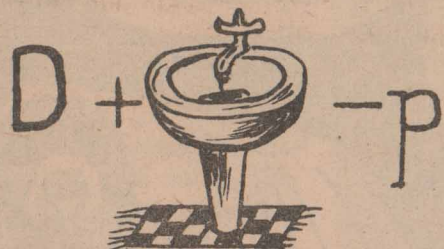
Nóis estava na lavoura
Prá ganhá algum dinheiro
Urutu tava na moita
Urutu tava na moita
E picou meu companheiro

A Comadre Dona Benta,
Ele deixou com herança
Um banquinho e uma esteira
E também quatro crianças.
Três machos barrigudinhos
Uma moringa e um violão
Que Chico Preto tocava
Sobre o luar do sertão.

Deixou também Marininha
A pobre e triste menina
Tão pequenina a coitada,
Mas já tem a sua sina
Vocês daqui nada sabem,
O que vai pelo sertão:
Menina quando é bonita,
É presente prô filho do patrão.

Decifre

Machado de Assis, em 1887, escreveu um poema satírico onde defendia o negro e criticava os parlamentares da época. Decifre o poema enigmático e envie para o Cotrisol -- Rua das Chácaras -- nº 1513 -- IJUI -- RS.



RESPOSTAS DA LOTERIA

Questão 1 – Coluna 2 – Os africanos trouxeram para o Brasil os instrumentos de repercussão – instrumentos hoje usados na Batucada.

Questão 2 – Coluna 1 – No ano de 1808, aconteceu a vinda da Família Imperial no Brasil, que aqui chegou para refugiar-se de Napoleão.

Questão 3 – Colunas 1 e 2 – 13 de maio “comemora-se” a Abolição da Escravatura e 20 de novembro lembra a morte de Zumbi, um dos maiores líderes negros do Quilombo dos Palmares.

Questão 4 – Coluna 2 – A criança ao nascer, fica com a mãe até os 8 anos. Esta, era escrava, por isso a criança continuava a viver na senzala. Ao completar os 8 anos, ela não tinha onde ficar. Enfim continuava na casa grande prestando serviços para o fazendeiro. Caso

não acontecesse isso, era “largada”, tornando-se assim um marginal, para poder sobreviver.

Questão 5 – Coluna 1 – O escravo foi trazido inicialmente para o Brasil para o trabalho na agricultura. Mais tarde, foram trazidos do Nordeste para o sul – Migração Interna.

Questão 6 – Coluna 1 – Quilombos eram redutos de negros livres que se organizavam em sociedade: para defesa de ataques de brancos.

Questão 7 – Colunas 1 e 2 – A libertação transformou os escravos em assalariados e portanto novos consumidores. Basta salientar que com a abolição, o mercado interno, foi acrescido por cerca de 700.000 e tantos novos consumidores.

Questão 8 – Coluna 1 – O ne-

gro na África, era um homem livre, organizado em sociedade. Ao vir ao Brasil como escravo, lutava por todos os meios possíveis, pela sua liberdade, fugindo formava os Quilombos.

Questão 9 – Coluna 2 – Na época, o escravo, já não era mais um bom negócio. O fazendeiro não precisaria mais gastar na compra de escravos. Pagariam um salário pelo trabalho, e este salário ainda retornaria para o próprio fazendeiro.

Questão 10 – Coluna 1 – Pelo fato de o negro vir ao Brasil na condição de escravo e o branco europeu como homem livre, este teve mais condições e oportunidade de progredir. Estas diferenças ainda continuam em muitas situações de vida. Não é por nada que a grande maioria da população negra pertenc-

ce hoje às classes menos privilegiadas economicamente. Este quadro contribui para reforçar conceitos de superioridade do branco sobre os pretos.

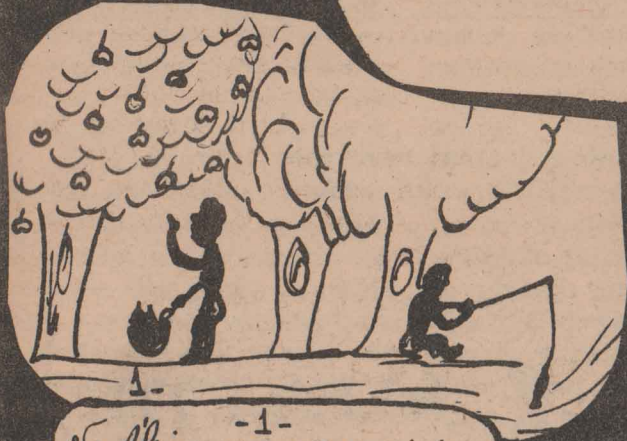
Questão 11 – Coluna 1 – Os camponeses livres da Europa não viriam a um país desconhecido, trabalhar neste tipo de produção, como simples assalariados.

Questão 12 – Coluna 2 – Banzo era a principal causa de muitos negros não resistirem nem à viagem. Adoeciam de saudades da sua terra, de suas famílias, e acabavam morrendo.

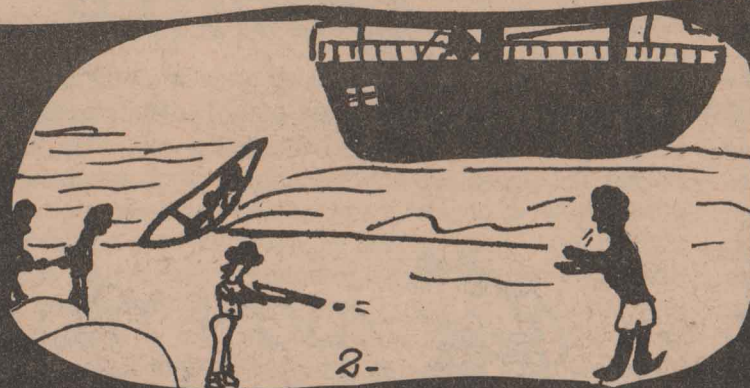
Questão 13 – Coluna 2 – Geralmente desinteressava-se pela causa do negro. O negro, quando é bem sucedido esquece dos problemas da classe, vindo assumir os valores do branco.

A história dos negros

escrita por Carla Adriana da Silva
6ª série - Escola "Francisco de Assis" - Uví



-1-
Na África, os negros viviam livremente. Podiam correr, brincar, pescar....



-2-
Os negros eram capturados e não podiam se defender



-3-
Os negros eram levados em navios negreiros



Quem quer? Ele é forte!...



-4-
Os negros eram leiloados



-5-
As negras eram encarregadas do trabalho doméstico: lavar, arrumar a casa, fazer comida.



-6-
Os negros eram obrigados a trabalhar nas lavouras



-7-
A escravidão acabou e os negros passaram a ter trabalho assalariado

EDUCAÇÃO

COMUNIDADE – FAMÍLIA – ESCOLA

Suplemento elaborado pelo Grupo de Assessoria aos Professores Rurais – Convênio Cotrijuí/Fidene

A MULHER E O MAPA

Estranha a manchete que colocamos para fazer a apresentação dos artigos desta edição do nosso Suplemento de Educação, vocês não acham? O que tem a ver a mulher com mapa? Dizem até que tem “mulher que não tá no mapa”. Mas há quem afirme existirem semelhanças entre ambos. Uma delas é que, tanto a mulher como também o mapa, se saírem da “linha” estão errados. Outra, os dois possuem “linhas curvas”.

Mas deixemos de brincadeira e vamos para um assunto sério mulher. Quem desta vez resolveu escrever sobre este assunto foi a Ruth. “Um jeito de Mulher” é o artigo que começa descrevendo uma cena acontecida numa família de agricultores para depois fazer uma colocação muito importante sobre a função da mulher no lar e na sociedade. Aborda sobre o trabalho feminino, suas tarefas, sua importância para o funcionamento da casa. Fala da mulher “eficiente” tanto no serviço como também na educação dos filhos. Por fim, questiona, provoca e propõe para as mulheres e também para os homens, uma reflexão e uma tomada de posição a respeito do mundo em que vivemos.

Já a Dolair e o Leonardo foram dar uma olhada nos livros didáticos de 1a. a 4a. série, e viram que brincadeira de mau gosto é o que estes livros propõem em termos de trabalhos com mapas. É realmente muito pouco o que se faz de atividades com o uso de mapas em nossas escolas. Assim, constatando esta deficiência e, para dar seqüência a uma série de artigos sobre o trabalho do dia-a-dia escolar (já publicamos sobre o ensino de Língua Portuguesa e Matemática), estamos publicando uma matéria relacionada a área de Estudos Sociais.

Nesta matéria, dividida em três partes, procuramos inicialmente dar algumas informações gerais sobre mapas. As crianças e os mapas é o título da segunda parte do nosso trabalho, na qual procuramos situar as condições de entendimento das crianças sobre este assunto. Na terceira parte, apresentamos algumas sugestões de atividades que podem ser utilizadas pelos colegas professores.

Com estes artigos, completamos mais um número de Suplemento de Educação. Mais uma vez procuramos diversificar. A matéria sobre mapas e dirigida aos colegas professores e alunos, enfim, para a escola. Já o que escrevemos sobre a mulher, é mais abrangente, pois envolve também a família e a comunidade. Esperamos que todos gostem e tenham um bom proveito do nosso trabalho.

PARA ENTENDER OS MAPAS

* O mapa é uma das formas de representar a “realidade”. Se os alunos elaboram um desenho de sua casa ou sala de aula, estão representando graficamente aspectos de seu meio. Assim, também um mapa de um Estado é a representação gráfica de aspectos desta realidade.

* Em se tratando de uma representação, os mapas não se constituem em objeto concreto. Eles são, como já afirmamos, apenas uma representação gráfica do concreto. Esta representação se dará em tamanho diferente do real. Geralmente o mapa é feito em tamanho menor do que o espaço representado. Por exemplo, a sala de aula será mapeada (e isto seria chamado mais propriamente de planta) numa folha de papel. Deve haver uma diminuição proporcional das medidas reais para as desenhadas. É o que chamamos de escala.

* As informações contidas nos mapas muitas vezes são expressas através de símbolos ou convenções determinadas pela Cartografia, que é a ciência que trata deste assunto. Para exemplos de convenções teríamos os rios, que são representados em qualquer mapa com um risco azul; os mares, oceanos e lagos também são pintados de azul; as cidades são representadas através de pontos pretos, etc. . . Estes símbolos que expressam as informações podem estar convencionados numa legenda, que é a lista de símbolos e seus significados. Além dos símbolos estabelecidos como mais permanentes, pode-se convencionar outros específicos. Por exemplo um ramo de trigo para indicar produção de trigo, ou uma cuia de chimarrão para indicar produção de erva mate.

* Os tipos de mapas são definidos a partir das informações que eles contém. Para nós interessam os seguintes tipos:

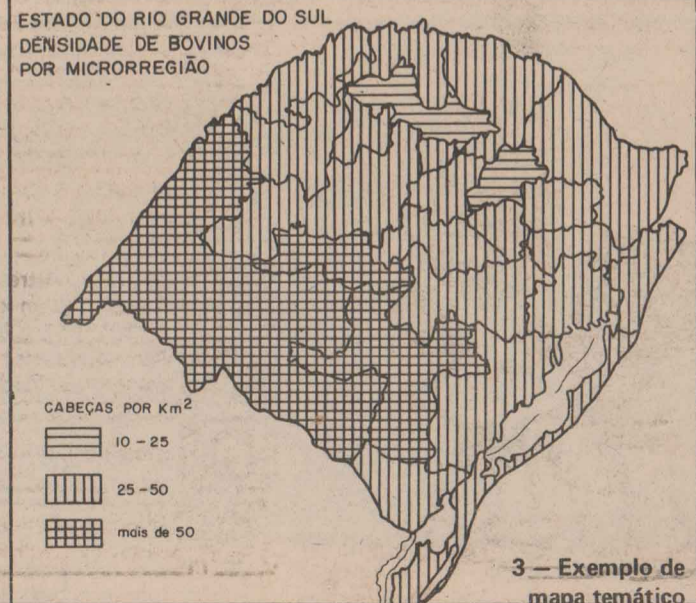
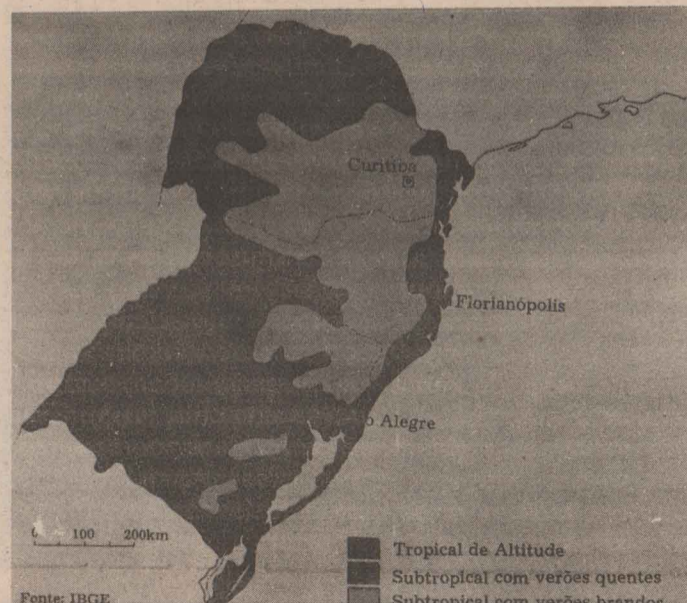
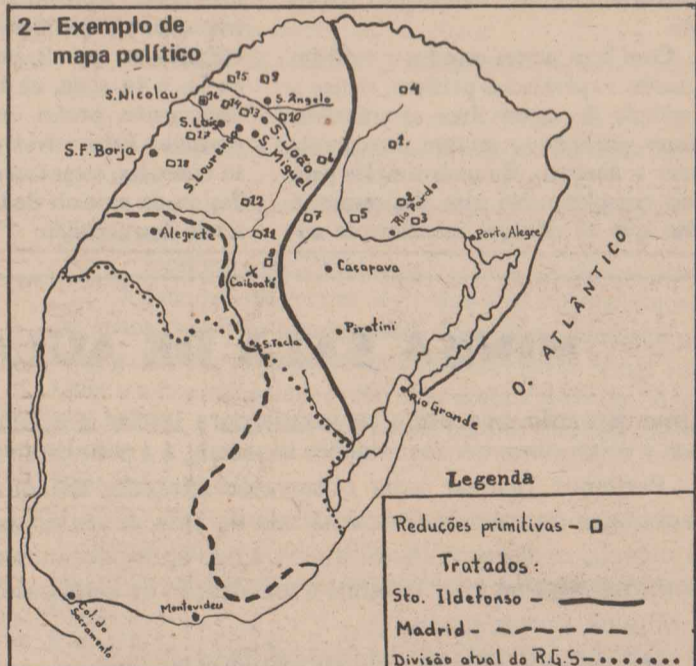
1 – mapas físicos – indicam elementos da natureza tais como, relêvo, clima, vegetação, hidrografia. . .

2 – mapas políticos – indicam as fronteiras, os limites, entre municípios, estados, países. . ., localização de cidades, portos. . .

3 – mapas temáticos – indicam elementos específicos, tais como informações sobre a produção agrícola ou industrial, rede de transportes. . .

* Os mapas também podem ser geográficos ou históricos. Os geográficos representam a atualidade, sobre a qual são elaborados, sem a perspectiva de tempo. Os históricos apresentam a perspectiva de tempo. Estes são principalmente os mapas políticos que se modificaram pela ação dos homens.

* Quanto a forma mais usada de apresentação gráfica de aspectos do real temos: 1 – os mapas murais que são os de pendurar na parede; 2 – os atlas; 3 – o globo.



AS CRIANÇAS E OS MAPAS

Se colocarmos diante das crianças, por exemplo, um mapa de um município do Rio Grande do Sul ou do Brasil, elas certamente não irão compreender as informações nele expressas. Para as crianças, o desenho do mapa, suas cores, suas legendas, poderão significar apenas um bonito desenho.

Os mapas, como já afirmamos, são uma representação de aspectos do real. Para compreendê-los é necessário que o pensamento ou o raciocínio da pessoa ligue o que está no mapa com os aspectos da realidade apresentados. Muitas vezes as crianças ainda não possuem a capacidade de fazer esta ligação. Isto ocorre porque o seu organismo, a sua mente ainda não desenvolveu este nível de compreensão. É oportuno salientar que os mapas existentes são de adultos para adultos, e nós queremos que eles sejam "fidos" pelas crianças. Precisamos, portanto, repensar muito bem esta questão.

Esta capacidade de compreensão de mapas da qual falamos, está muito relacionada com a capacidade das crianças em perceberem o espaço em que vivem. Estudos sobre esta questão indicam que as crianças compreendem primeiro o espaço concreto, ou seja, aquele espaço onde elas desenvolvem as atividades do seu dia-a-dia. Somente num segundo momento é que as crianças conseguem entender as realidades não presentes, conseguem transferir o seu pensamento para realidades distantes, para realidades de outros municípios, para o estado.

Com base nestes estudos e também nas nossas experiências práticas, vemos a necessidade de desenvolver os trabalhos escolares partindo-se sempre do concreto para o abstrato, do mais simples para o mais complexo. No caso dos mapas, é preciso que as crianças inicialmente ad-

quiram algumas habilidades ou algumas noções de compreensão do espaço, para terem condições de evoluir no entendimento dos mesmos. Para isto, se observarmos atentamente, veremos que de uma forma quase que espontânea, as crianças no seu mundo definem-se por vários componentes espaciais. Por exemplo: possuem lugares preferidos para brincar, definem limites de espaço para seus jogos ou brinquedos tais como sapata, esconde-esconde, roda, bola, casinha, etc. Estes limites ou espaços dos jogos ou brinquedos podem ser representados graficamente pelas crianças. Assim, também, os espaços onde eles moram, estudam, trabalham, os trajetos onde elas andam, são espaços concretos que podem ser representados em desenhos pelas crianças. Estaremos, assim procedendo, iniciando um processo de compreensão sobre mapas.

Se no entanto o espaço em questão for o município todo ou o estado do Rio Grande do Sul, então este espaço já não será mais aquele diretamente vivido pelas crianças. Deste espaço elas só vão ver a representação gráfica, o mapa. Dizemos então que é preciso que as crianças possuam a capacidade de compreender aspectos desse espaço que não está na sua frente, a partir de observação ou leitura do mapa.

No trabalho em sala de aula, professores e alunos, podem desenvolver muitas atividades que poderão ser trabalhadas, principalmente com alunos de 1a. a 4a. série, na área de Estudos Sociais. Antes porém uma observação importante: Estas atividades devem, no nosso entender, estar fazendo parte do trabalho ou da unidade de trabalho que estiver sendo desenvolvido.

O TRABALHO DOS ALUNOS

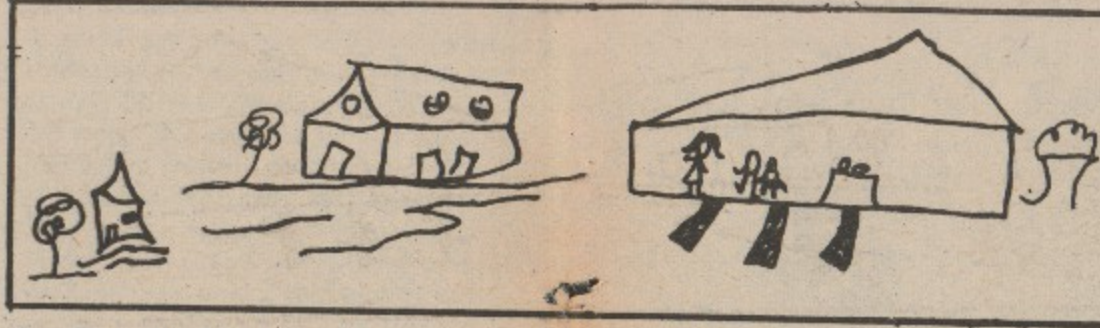
DO DESENHO LIVRE À APRENDIZAGEM DE MAPAS

Vamos supor que o assunto em estudo seja comercialização. Podemos solicitar aos alunos a representação gráfica do que a família vende ou do que compra, para quem vende e de quem compra. Num segundo momento podemos solicitar que desenhem também os locais dos estabelecimentos de compra e venda dos produtos em relação a sua casa. É necessário orientá-los quanto a direção e a distância de um local até outro. Trabalha-se antes as primeiras noções de orientação espacial (distância, direção, direita-esquerda, pontos cardeais), isto sempre a partir do concreto, do conhecimento real da criança. Num terceiro momento, para reforçar a percepção deste espaço, solicita-se que seja representado o percurso dos lugares de compra e venda até a casa onde mora o agricultor.

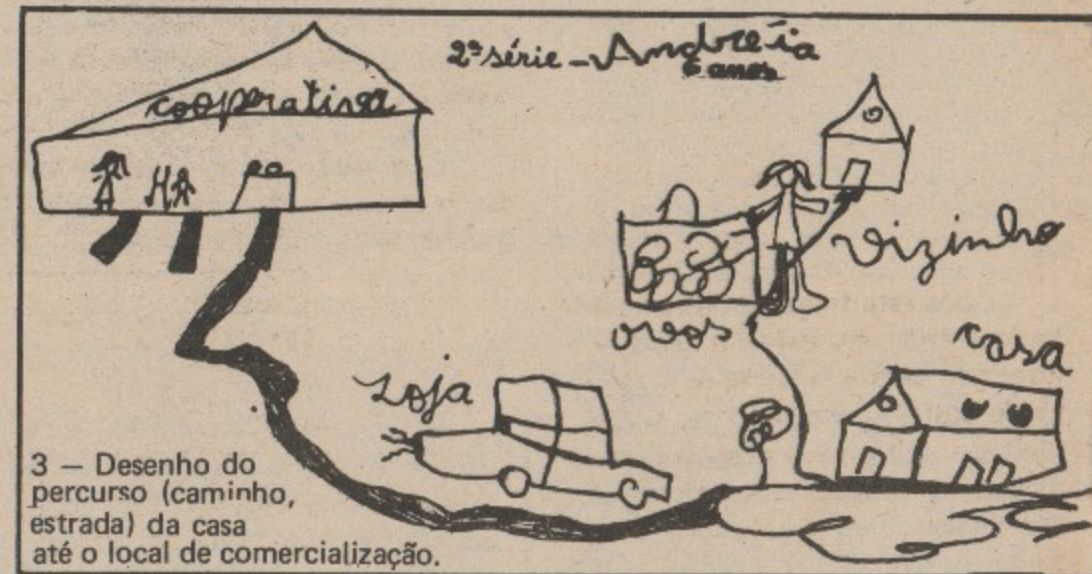
Exemplificando com desenhos de criança de 2ª série:



1 - Desenho de produtos que são vendidos e comprados pela família.



2 - Desenho do local de compra e venda dos produtos.



3 - Desenho do percurso (caminho, estrada) da casa até o local de comercialização.

Após este trabalho de representação gráfica, é possível e necessário fazermos outros exercícios para fixação destes conhecimentos, que são fundamentais para o desenvolvimento das capacidades de compreensão das noções de espaço e para a leitura de outros mapas.

OS LIMITES DO NOSSO MUNICÍPIO



Observando um mapa político do Rio Grande do Sul vamos localizar, por exemplo, o município de Coronel Bicaco. Vamos ver os seus vizinhos - os limites do município - e organizar uma nova tabela, a exemplo da que fizemos sobre a sala de aula (trabalho do professor).

Colocando todos os municípios que se limitam com Coronel Bicaco na linha e na coluna, estaremos preparando uma tabela de dupla entrada cujo resultado é este:

	CORONEL BICACO	REUDENTORA	BRAGA	CAMPO NOVO	SANTO AUGUSTO	FILMEIRA DAS MISSÕES
CORONEL BICACO	X	X	X	X	X	X
REUDENTORA	X		X			X
BRAGA	X	X		X		
CAMPO NOVO	X		X		X	
SANTO AUGUSTO	X			X		X
FILMEIRA DAS MISSÕES	X				X	X

Obs: - tanto esta tabela como a anterior deverão ser preenchidas pelos alunos.
Aplicamos sobre esta tabela questões para interpretação, a



partir das quais os alunos podem ser orientados para a produção de um texto.

- Por que na linha e na coluna de Coronel Bicaco todos os municípios da tabela foram marcados?
- Por que os demais municípios têm menos marcas?
- Os demais municípios têm outros limites além dos que aparecem na tabela?
- O que teríamos que fazer para obtermos todos os limites dos municípios desta região?

Ainda, relacionando a tabela com o mapa parcial do RS, podemos fazer outros exercícios, tais como:

- localizar os municípios limites em relação aos pontos cardeais;
- organizar novas tabelas de outros municípios ou da região;
- descrever a localização do município ou região em relação ao estado;
- representar, em contorno maior, apenas o contorno de nosso município;
- localizar neste último mapa a cidade, as vilas, as estradas.

Vejam que são muitas as atividades ou exercícios que podem ser feitos através de estudos sobre mapas. Estes exemplos que citamos podem ser ampliados e aplicados em muitas outras situações. Cabe a todos nós pensar e criar estas novas alternativas. Aguardaremos críticas e sugestões dos nossos leitores sobre esta importante questão.

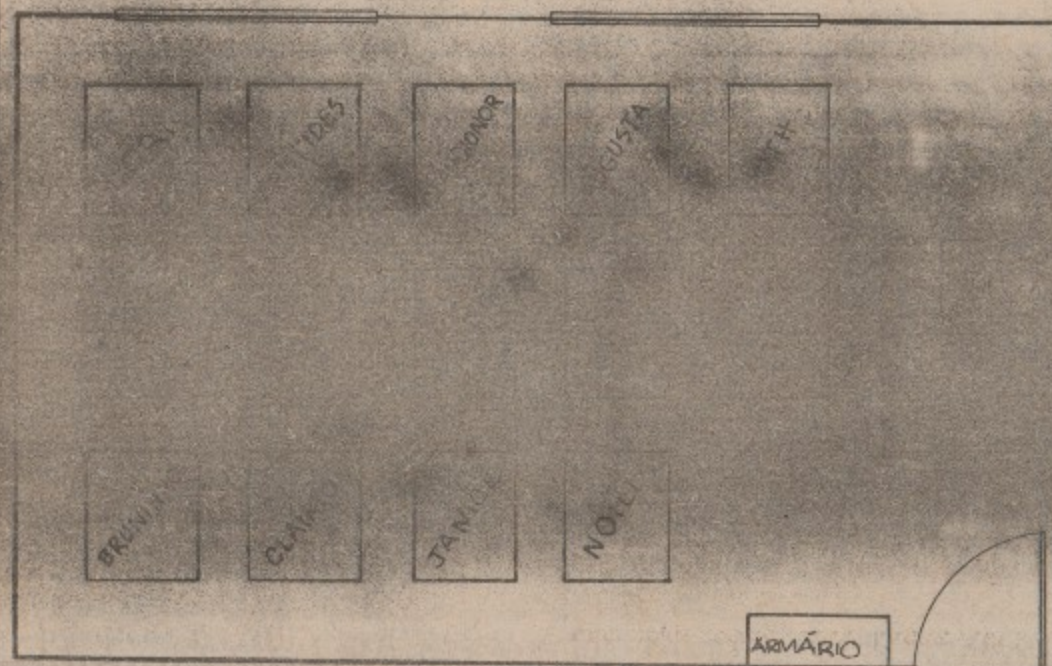
Fontes Consultadas:
NIEDELCOFF, Teresa Maria. A Escola e a compreensão da realidade, Brasileira, São Paulo, 1980, 103p.
OLIVEIRA, Livia, Estudo metodológico e cognitivo do mapa. Rio Claro, 1977.
PAGANELLI, Tomoko Iyda, Orientações sobre atividades, incurso sobre Metodologia para 1º Grau, Fidene, 1980.

MINHA SALA DE AULA

Uma situação que pode ser usada para iniciar a aprendizagem do uso de mapas e entendimento das relações espaciais, é a própria sala de aula da criança.

Podemos realizar uma observação dirigida, em que as crianças serão orientadas a perceber a forma da sala de aula, o uso do espaço, a distribuição dos móveis, os espaços livres, etc. Logo após podemos solicitar a realização de um desenho no qual faremos a localização de cada pessoa que ocupa a sala, dos objetos, portas, janelas...

O resultado pode ser este apresentado abaixo:



Após o desenho estar pronto, podemos aproveitá-lo para sistematizar a noção de limites. As crianças já devem saber a noção de limites. As crianças já devem saber as noções básicas de orientação, as quais serão aqui fixadas.

Para desenhar a sala de aula, a criança. Nela podemos colorir os nomes de todas as crianças, na coluna e na linha e assinalar os vizinhos de cada uma. Eis como a tabela poderá ser feita:

	MARIO	JANICE	NOILI	OLÍVIO	CLAUDIONOR	RUTH	AMÉLIA	IRINEU	CLAIRTON	ARISTIDES	BRUNINHO	MARGARETE	LORI	AUGUSTA
MARIA						X	X							
JANICE			X						X			X		
NOILI		X					X							
OLÍVIO								X	X	X		X		
CLAUDIONOR										X	X		X	
RUTH	X													X

UM JEITO DE MULHER

Eis uma cena comum no meio rural: "Na noite fechada ainda, Gessi se mexe no seu canto e, sem mesmo pensar, levanta, ajeita o corpo amassado de dormir. Sem barulho (ou quase sem) passa perto do homem; tenta sentir a respiração dos pequenos ...

— Tão dormindo.

Pega o balde, a canequinha e busca um pouco d'água. Seus movimentos, antes lentos, agora já são feitos às pressas, como se alguém (seu íntimo) lhe estivesse controlando:

— "Gessi, você tá se atrasando, se atrasando".

Bem, mas já a essa hora o fogo está feito, o leite coado, o café passando ligeirinho e ela já pode respirar um pouco. Senta no canto do banco, tomando um chimarrão:

— "Muito boa aquela "schmier" que fiz ontem, está no ponto de ir prá mesa" — pensa sozinha. Nem bem pensa e já a schmier está na mesa.

"Ai, minha nossa, vou acordá os "malandrinhos". Se me descuido, dormem até o meio dia, e já tá na hora de ir prá escola".

Agora, já ao redor da mesa, os meninos estão tomando o café e ela lasca:

— Tira o dedo do nariz, menino. Olha os "modo".

— Deixa teu pai sabê que você foi corré por aí a matá passarinho em vez de fazê a lição de casa. Quando chegá a hora do teste é que eu quero vê.

Sem uma palavra o homem vem, lava a cara, senta "na" mesa e bebe o café. Liga o "radinho", escuta o noticiário e resmunga qualquer coisa que ninguém entende, mas nenhum se arrisca a perguntar o que significa aquele resmungo.

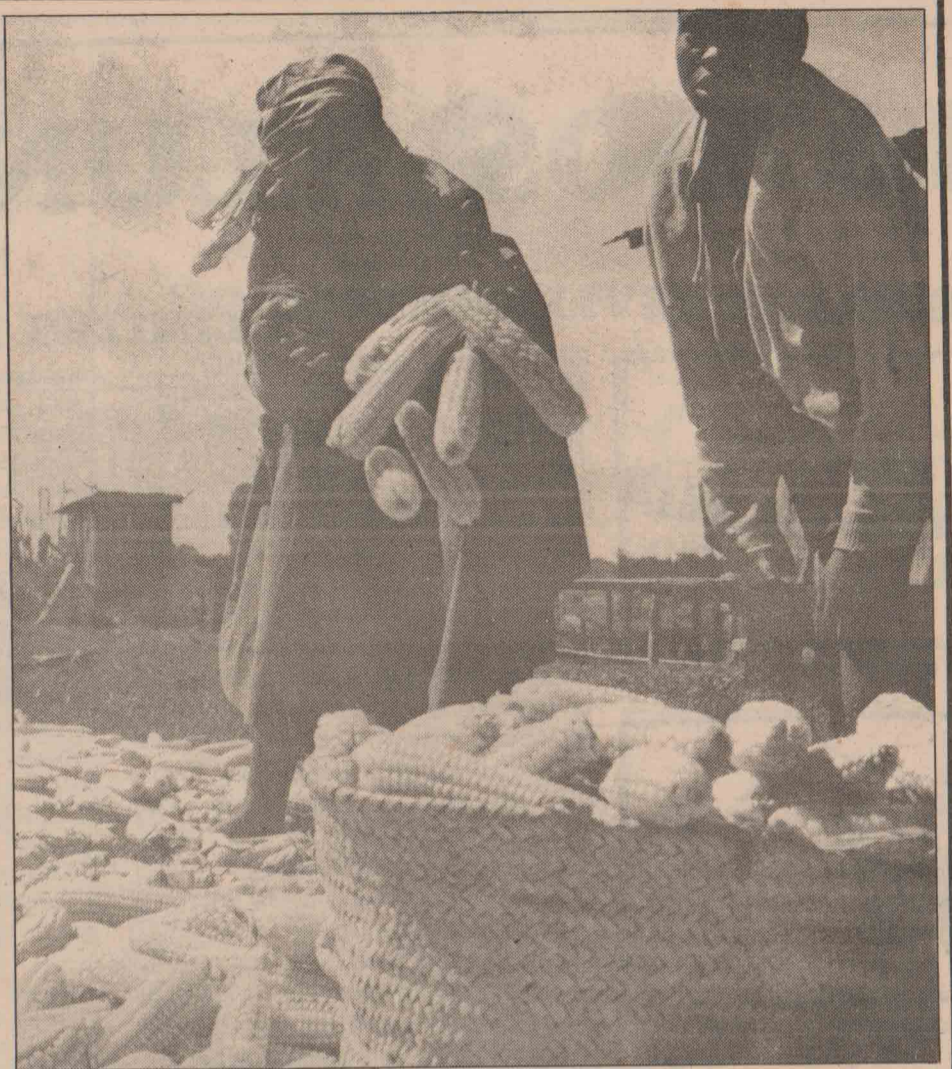
Então Gessi fala com o marido:

— Quer mais alguma coisa? Hoje, se você vai na venda, eu preciso de sal. Também dá uma reparada se já chegô veneno prá bichera. A zebua tá com problema e não dá prá esperá mais. Ah, tira essa camisa, bota a xadrez que hoje é dia de lavá a roupa.

Enquanto isso ele pergunta:

— Mulher, você vai na roça hoje? O serviço tá apertado e o Nico não vem. Vai sobrar enxada ...

— Tinha pensando em não ir. Mas posso deixá a roupa prá volta ...



O SERVIÇO DOMÉSTICO

A partir dessa história, podemos refletir em torno do "ser mulher" na sociedade atual. História essa que acontece num lugar e num tempo determinados, mas que se assemelha a tantas outras histórias vivenciadas por muitas mulheres.

Existe uma forma de divisão de trabalho em nossa sociedade. Nela o homem fica com a tarefa de sustentar a casa. Aparentemente esta é a tarefa principal, ou seja, a de maior destaque e, como tal, cabe a ele a autoridade, o poder de decisão, na família. Por outro lado, a mulher fica mais com os serviços domésticos. Estes serviços são considerados marginais, destituídos de maior importância e que facilmente se tornam desvalorizados. Esta marginalidade é extensiva à própria mulher.

Podemos dizer que existem, realmente, algumas tarefas que por natureza cabem à mulher. Tarefas essas que estão intimamente relacionadas com o fato dela ser mulher e nas quais não pode ser substituída, ao menos por enquanto. Trata-se da gestação, do parto e da amamentação. Tarefas estas que dão conta do papel da mulher como elemento, que garante, por assim dizer, a continuidade da espécie.

Caso observemos um pouco mais cuidadosamente a história da "Gessi" vamos perceber que a garantia da continuidade da espécie acaba por ter muitos outros significados além do significado das tarefas "naturais". Ela, a mulher, "se encarrega" de cuidar das necessidades mais elementares do trabalhador. É ela que acaba cuidando da alimentação, do vestuário, da moradia. E ela aceita isso quase como

uma tarefa natural. Os filhos e o marido são bem fiscalizados, bem controlados por ela. Na história da Gessi, expressões como "tira essa camisa", "tira o dedo do nariz", são reveladoras dessa função.

Ela também "se impõe" muitas outras tarefas que garantem a satisfação dessas necessidades. E isso no meio rural fica bem caracterizado. O dinheiro do leite é para a despesa, para a compra de roupas. Além disso, ela cuida de fazer uma horta, de preparar a comida, de fazer a "schmier". Faz a sua "contabilidade", controla os gastos, o consumo e trata de repôr as faltas. Ela sabe exatamente o que está faltando nas prateleiras.

Cria-se, desse modo, toda uma dependência, dos membros da família em relação à mulher. Esta dependência nem sempre é percebida. No entanto, se a mulher faltar, a sua falta se tornará evidente. Nesta hora falta a peça principal nesta forma de divisão de trabalho. Fato este que vem comprovar a eficiência da mulher no cumprimento de "suas" tarefas.

E, se o homem tem necessidades básicas para se manter como força de trabalho, a sociedade tem também uma série de necessidades para ter continuidade, para se manter, para garantir sua sobrevivência. Estas necessidades estão expressas no conjunto de regras, de valores que regulam nosso modo de viver, de ver, e de fazer as coisas. Quando nascemos as regras já estão aí e parece que só nos resta cumprilas, como se fossem as únicas possíveis, as que melhores benefícios trouxessem para o homem.

E para isso, inicialmente, novamente a mulher é que serve. É ela quem vai garantir a transmissão desses valores dessa "cultura" aos filhos; é ela quem se encarrega de controlar o cumprimento dessas regras, o seguimento desses valores no seio da família e, por extensão, no seio da sociedade mais ampla. Essa ligação com a figura materna dá aos mesmos uma aparência de verdades inquestionáveis, sobre as quais não se pode ter dúvidas se são ou não as melhores em relação às necessidades reais do ser humano. Isto porque duvidar vai significar não uma análise e uma busca de melhoria, mas um rompimento direto com a própria mãe, defensora e representante que é destes valores e regras. E isto fica bem claro na história da "Gessi", quando ela se encarrega de iniciar os pequeninos no jogo social: "Não põe o dedo no nariz!" "Tenha modos". "Deixa teu pai saber que..." A criança não ousa reclamar, foi a mãe que disse.

Vejam só que eficiência neste desempenho! Mas, é eficiente em função de nosso bem-estar ou é eficiente para segurar as pontas deste tipo de sociedade? Nós nos habituamos a defender valores e regras com "unhas e dentes" perdendo com isso a visão do todo.

Mas analisemos um pouquinho mais a fundo esse conjunto de regras e valores tão importantes em termos de sociedade. Quais são os "modos" que se exige de uma criança? Que fique quieta, que não responda, que não emita opinião, que só faça o que for determinado, etc. . . Esses "modos" necessariamente devem gerar uma criança padrão, "bem comportada", como se costuma dizer, uma criança que sabe o seu lugar. Mas, vejam bem, isto é o que se costuma dizer. Por trás desses "modos" o que se vai co-

brar da criança é uma obediência cega, a crença de que existe apenas uma maneira de ver e fazer as coisas, a dependência, a não organização em função de seus interesses como criança, a sua não inserção no "mundo" que é dos adultos e nos quais aqueles que mandam é que sabem das coisas.

E nos perguntamos novamente, a quem interessam esses valores? Nossa sociedade se caracteriza pela exploração do homem pelo próprio homem. E à medida em que reproduzimos, enfatizamos e cobramos os valores acima analisados, estamos reforçando esse esquema de exploração e comprometidos com a sua continuidade. É realmente essa exploração que nos interessa que continue? Não sei, não!

A maioria das mulheres entra no "roldão" da vida sem ao menos pensar nisso ou dar-se conta do que e do modo como esta vida está acontecendo. Fica satisfeita e pensa estar agindo da melhor maneira possível. Mas será que essa competência e essa reconhecida eficiência não poderiam ser direcionadas para o bem-estar da maioria da população de maneira que mais gente pudesse viver dignamente? A mulher faz parte dessa sociedade e, desse modo, também é responsável pelo rumo que ela toma (mesmo que não queria ou que não tenha consciência disso).

Milhares de fatos estão acontecendo todo dia junto de nós. Bastaria, portanto, que olhássemos os mesmos com um pouco mais de atenção prá percebermos prá além do que foi escrito neste texto. Se a mulher é explorada e entra no jogo, homens e crianças também o são. Necessariamente as modificações acontecerão quando juntos buscarem e escolherem outra forma de viver.